

Tempo da Ciência

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

REITOR

Alcibiades Luiz Orlando

VICE-REITOR

Benedito Martins Gomes

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Cárliton Vieira dos Santos

DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO

José Dilson Silva de Oliveira

DIRETOR DO CCHS – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CAMPUS DE TOLEDO

Osmir Dombrowski

Tempo da Ciência

Revista de Ciências Humanas e Sociais

EDITOR CIENTÍFICO

Roberto Biscoli

CONSELHO EDITORIAL - TEMPO DA CIÊNCIA

Osmir Dombrowski – Presidente

Ernelo Schallenger

Silvio Antônio Colognese

José Luiz Ames

Luis César Yanzer Portela

Roberto Biscoli

Tarcilio Ciotta

CONSELHO CONSULTIVO

Adriano Correia - UFGO, Ana Cleide Chiarotti Cesário – UEL, Andrea Luisa Bucchile Faggion - UEM, Antonio Edmilson Paschoal – PUCPR, Antonio Pimentel Pontes Filho - UNIOESTE, Aylton Barbieri Durão - UEL, Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto – Unioeste, Carla Cecília Rodrigues Almeida – UEM, Celso Antonio Fávero - UNEB, Clodomiro José Bannwart Júnior - UEL, Daniel Omar Perez - PUC-PR, Edmilson Alves de Azevedo – UFPB, Eliane Christina de Souza - UFSCAR, Evaldo Mendes da Silva - UFAL, Eric Sabourin - CIRAD/França, Ernelo Schallenger - Unioeste, Fábio Lopes Alves - UNIOESTE, Flávio Rocha de Oliveira – FESPSP, Gustavo Biasoli Alves - Unioeste, Horacio Luján Martinez - Unioeste, Hugo José Rhoden - Unioeste, Ileiizi Luciana Fiorelli Silva – UEL, João Virgílio Tagliavini - UFSCAR, José Nicolau Heck – UFG / UCG / PUC-RS, José Fernandes Weber – UEL, Leonilde Servolo de Medeiros – UFRRJ, Márcio Ghizzo - UFTPR, Marco Antonio Valentim - UFPR, Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista - Unioeste, Miguel Ângelo Lazzaretti - Unioeste, Oscar Calavia Sáez – UFSC, Osmir Dombrowski - Unioeste, Otávio Velho – UFRJ, Roberto Biscoli - UNIOESTE, René E. Gertz - PUCRS e UFRGS, Riberti de Almeida Felisbino – UNITINS, Ricardo Cid Fernandes – UFPR, Sidney Jard da Silva –UFABC, Wagner Pralon Mancuso – USP, Yonissa Marmitt Wadi – Unioeste
Tarcilio Ciotta – Unioeste

SECRETARIA DOS CONSELHOS

Caroline Andressa Momente Melo

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CCHS - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CAMPUS DE TOLEDO

Tempo da Ciência

Volume 18 Número 36 2º semestre 2011

EDUNIOESTE
CASCAVEL
2011

© 2011, EDUNIOESTE

Capa

Douglas Luiz da Silva Ganança

Projeto Gráfico

Rachel Cotrim

Diagramação

André Crepaldi

Revisão Ortográfica

Giovane da Silva Lozano

Ficha Catalográfica

Marilene de Fátima Donadel - CRB 9/924

T288

Tempo da Ciência : revista de ciências sociais e humanas / Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE, Campus de Toledo. -- v. 1, n. 1 (1994) - . -- Toledo : Ed. Toledo, 1994.

Semestral.

v.2, n.3 - 1º semestre de 1995

v.2, n.4 - 2º semestre de 1995

A partir do v. 4, n. 8 passou a ser editada pela EDUNIOESTE, Cascavel.

ISSN: 1414-3089

Indexadores:

GeoDados: <http://geodados.pg.utfpr.edu.br>

Sumários de Revistas Brasileiras: <http://www.sumarios.org>

1. Ciências sociais - Periódicos 2. Ciências humanas - Periódicos I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Toledo

CDD - 20. ed. 300.5

Permutas

Biblioteca Universitária - Campus de Toledo

Rua da Faculdade, 645 - Jardim La Salle

Caixa Postal 520

85903-000 Toledo Paraná Brasil

Sumário

APRESENTAÇÃO 7

ARTIGOS

Immanuel Kant: considerações sobre a teoria do homem como “cidadão de dois mundos” 09

Luciano Carlos Utteich

Vanessa Brun Bicalho

Uma abordagem sociológica e filosófica do conceito de identidade 21

Jaqueline Stefani

Julice Salvagni

A sociologia weberiana: aspectos históricos teóricos e metodológicos 35

Paulo Roberto Azevedo

Transformações socioculturais e espaciais no norte do estado de Mato Grosso -
Um processo de colonialidade 49

Sirlei Ana Falchetti

O trabalho como bem: contribuições ao debate sobre as desigualdades
sociais 73

Alex Pizzio

O ator e as novas configurações do social na contemporaneidade..... 97

Enaide Tereza Rempel

Roberto Alves de Arruda

A intersubjetividade do poder no pensamento de Foucault 109

Victoria Elena Santillán Bricenõ

Ángel Manuel Ortiz Marin

Capital social e comunitarismo 125

Francisco Uribam Xavier de Holanda

Gerações, fronteiras e italianidade no sul do Brasil	137
<i>Silvio Antonio Colognese</i>	
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	153
PADRÕES EDITORIAIS	155

Apresentação

Estamos colocando em circulação mais um número da Revista Tempo da Ciência. Para o presente número trazemos o artigo do Dr. em filosofia, Luciano Carlos Utteich que, em parceria com Vanessa Brun Bicalho, apresentam a concepção kantiana do homem como cidadão de dois mundos, que ao falar do homem como cidadão tanto do mundo sensível como do mundo inteligível, é incisivo em assinalar o modo pelo qual deve ser adotada tal perspectiva. No decorrer do estudo demonstram porque o filósofo admite claramente apenas a distinção conceitual e por isso, possível apenas desde a esfera do puro pensamento.

Jaqueline Stefani e Julice Salvagni em seu artigo propõem uma análise sobre o conceito de identidade através de uma abordagem filosófica e sociológica. Através de teorias filosóficas como a de Paul Ricoeur e de teorias sociológicas embasadas especialmente em Stuart Hall procuram responder algumas questões: Como se constitui a identidade? Que relação existe, nessa construção, entre o indivíduo e a alteridade? Qual a importância, para a construção da identidade, da linguagem, da ética e da cultura?

Já em seu artigo, Paulo Roberto Azevedo, apresenta uma visão geral da sociologia weberiana. Inicia abordando o contexto histórico geográfico onde a sociologia de Max Weber se originou. Analisa as principais influências intelectuais que produziram e estão presentes em sua obra, e conclui tratando das principais características epistemológicas e metodológicas de uma das principais vertentes teóricas da sociologia.

O artigo de Sirlei Ana Falchetti procurou analisar a percepção de atores sociais do município de Sinop/MT, sobre o processo de colonização ocorrido na região a partir

da década de 1970, resultado de ações do Estado e iniciativas privadas. Os resultados mostram que na percepção dos atores sociais, a ocupação do espaço pautou-se na política do Estado de ocupação dos espaços vazios da Amazônia Matogrossense e na apologia ao lema Integrar para não entregar.

A justiça social tendo como referência o mundo do trabalho é o objeto de reflexão de Alex Pizzio, seu estudo retoma as teorias sobre os bens no intuito de refletir acerca do papel desempenhado pelos bens na vida cotidiana, a distribuição do trabalho no espaço público e suas conseqüências.

Enaide Tereza Rempel e Roberto Alves de Arruda em seu artigo refletem sobre alguns dos elementos que compõem o novo cenário de organização econômica política e social da sociedade ocidental, em que a centralidade das demandas por direitos e por reconhecimento se constitui a partir dos conflitos.

O artigo da Dr^a Victoria Elena Santillán Briceño e do Dr. Angel Manuel Ortiz Marin, discute a intersubjetividade do poder no pensamento de Michel Foucault.

O conceito de capital social é o alvo da reflexão do doutor em sociologia Francisco Uribam Xavier de Holanda que o aborda da forma analítica e descritiva apresentando-o como portador de características práticas capazes de reconstruir um processo de relações comunitárias como contraponto ao processo de desenvolvimento que corrói as relações de confiança, de lealdade e de compromisso mútuo.

Por último o professor doutor Silvio Antonio Colognese, sugere em seu artigo a importância da noção de fronteira enquanto unidade de análise nas pesquisas sobre relações geracionais em ambientes de mobilização étnica.

Agradecemos aos autores que, com seus artigos, abrilhantam a nossa revista, pois temos consciência que a produção de conhecimento é uma tarefa árdua e custosa. Agradecemos ainda ao apoio que recebemos da Fundação Araucária para a edição deste número.

IMMANUEL KANT: considerações sobre a teoria do homem como “cidadão de dois mundos”

Dr. Luciano Carlos Utteich¹
Vanessa Brun Bicalho²

RESUMO: Este artigo tem como principal objetivo apresentar a concepção kantiana do homem como “cidadão de dois mundos”, aquela aparente concepção dualista fundada a partir da doutrina do Idealismo Transcendental do Sujeito kantiano. É desde a compreensão da razão em sentido tríduo (como razão teórica, razão especulativa e razão prática) que podemos conceber de que modo a distinção efetuada entre “o que podemos conhecer” e “o que podemos pensar” reflete ou produz conseqüências em relação à questão acerca “do que podemos fazer”. Ao falar do homem como cidadão tanto do mundo sensível como do mundo inteligível, Kant é incisivo em assinalar o modo pelo qual deve ser adotada tal perspectiva. Como opções há um modo de adotá-la como tratando de dois mundos ontologicamente separados ou somente como dois pontos de vista conceitualmente adotados. No decorrer do estudo se demonstrará porque o filósofo admite claramente apenas a distinção conceitual e por isso, possível apenas desde a esfera do puro pensamento. Conforme será demonstrado, esta questão mostra-se atrelada ao problema da elucidação kantiana sobre o desenvolvimento do conceito de liberdade.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento Prático. Razão Prática. Liberdade Transcendental. Unidade da Razão.

ABSTRACT: This article has as main objective to present Kant's conception of man as a “citizen of two worlds”, the apparent dualistic conception founded on the doctrine of Transcendental Idealism of the Kantian subject. It is from the understanding of triduum's reason (as theoretical reason, practical reason and speculative reason) that we can conceive how the distinction made between “what we can know” and “what we can think” reflects or produces consequences in relation to question about “what we can do.” Speaking of man as a citizen of both the sensible world as the intelligible world, Kant is incisive in pointing the way to be adopted this perspective. As options for a way to embrace it as dealing with two ontologically separate worlds or just as two points of view adopted conceptually. During the study will demonstrate clearly why the philosopher admits only the conceptual distinction and therefore possible only since the realm of pure thought. As will be shown, this question appears to be linked to the elucidation of the problem on the development of the Kantian concept of freedom.

KEY-WORDS: Practical Knowledge. Practical Reason. Transcendental Freedom. Unity of Reason.

INTRODUÇÃO

Esta exposição tem como objetivo apresentar um exame sobre o conceito transcendental e prática de liberdade a fim de se compreender a teoria kantiana sobre a dupla natureza do homem. Na filosofia de Kant quando se fala do homem como “cidadão de dois mundos”, pode-se compreender que trata-se de dois mundos ontologicamente separados, ou de dois pontos de vista distintos apenas conceitualmente. No decorrer deste estudo, pretende-se argumentar a favor de que para o filósofo trata-se unicamente de uma distinção conceitual e jamais ontológico-factual.

A fundamentação kantiana da teoria do conhecimento sobre os objetos que a razão teórica é capaz de conhecer é necessária e indispensável para sua filosofia, mas ela por si mesma não é suficiente para o interesse e necessidade da razão na busca pela sua totalidade e sistematicidade. É por isso que Kant vê a possibilidade de fundamentar um outro uso para a razão fora do “mundo dos fenômenos” a fim de satisfazer seu interesse tornando possível a unidade de seu sistema. É por isso que a razão deve poder “alargar” seu uso para além do conhecimento, é na esfera puramente inteligível que se pode pensar a coisa em si sem entrar com isso em conflito com o que a razão pode conhecer no seu uso teórico. Daí que a distinção entre “mundo sensível” e “mundo inteligível” busca demonstrar que não existe nenhum conflito entre causalidade da natureza e causalidade da liberdade, pois embora se constituam em domínios diferentes, o último deve ter os seus efeitos manifestados no primeiro.

A DISTINÇÃO ENTRE CONHECER (FENÔMENO) E PENSAR (*NÚMENO*)

Segundo Immanuel Kant na “Crítica da Razão Pura” (“*Kritik der Reinen Vernunft*”, 1781) há dois modos de conceber a causalidade em relação a tudo o que acontece. São elas: a causalidade pela natureza (*Kausalitaet der Erscheinungen*), a qual se encontra no tempo e tem como necessidade uma causa que por sua vez também necessita de outra causa segundo um princípio do entendimento; e a causalidade pela liberdade (*Kausalitaet der Freiheit*), que é entendida num sentido cosmológico, como a faculdade capaz de iniciar por si mesma uma série de eventos sem precisar se remeter a nenhuma causa anterior, pois se trata de uma causalidade que não se encontra subordinada à lei natural (KANT, 2010). Neste sentido, ainda que seja colocada para o entendimento a tarefa de conceber empiricamente a totalidade absoluta das condições de todas as relações de causalidade sensível, isto não se mostra possível porque a razão (*Vernunft*) é a única faculdade de que depende o pensamento de tal causalidade, ela tematiza o incondicionado investigando a primeira causa como condição da natureza. Como o entendimento

(*Verstand*) não pode obter a totalidade absoluta das condições na relação causal na esfera da natureza sensível, a razão (*Vernunft*) realiza a idéia de uma espontaneidade capaz de começar a pensar um estado no qual ela age e inicia por si uma serie causal que tem reflexo e se manifesta na esfera do fenômeno.

A figura *numênica* apresenta por isso a elucidação que mostra que tem de ser pensado fora da esfera do conhecer o princípio incondicionado que fundamenta o outro tipo de causalidade, cujos efeitos são dados na natureza fenomênica. É situando-se exclusivamente na esfera do puro pensar que admite-se o conceito de um outro tipo de causa garantida pelo conceito de liberdade transcendental. Nesta esfera do puramente inteligível têm de ser pensado o limite do conhecimento no uso das categorias do entendimento, já que a razão teórica (*Verstand*) não dá conta de conhecer a totalidade. É desde a dimensão especulativa da razão que a liberdade tem de ser pensada, a fim de satisfazer em sua plenitude o pensamento acerca do domínio dos objetos de conhecimento. Kant insere assim a distinção entre conhecer (ordem do fenômeno) e pensar (ordem do *númeno*). Tal distinção é paradigmática no sentido de que toda a sua filosofia é perpassada por ambas as questões, as cognitivas e as do puro pensamento. Ao designar o modo como pode ser excluída da esfera do conhecimento a esfera do puro pensamento, Kant torna possível compreender de modo potencializado sua revolução copernicana¹, a saber, a importância da esfera do Sujeito (subjetividade) como ponto desde o qual é tornada com sentido a distinção entre conhecer e pensar.

Ao ser determinada a extensão e os limites do conhecimento pelo entendimento, resta a perspectiva da razão transcendental (Sujeito transcendental) que permite pensar o uso das categorias além da esfera do conhecimento, se tratando de uma exigência e necessidade da razão, da qual esta (*Vernunft*) não pode abrir mão. Neste sentido, a fundamentação da possibilidade do conhecimento *a priori* leva consigo a possibilidade de um uso das categorias no puro pensamento. No uso teórico da razão o conhecimento dos objetos provém de duas faculdades: a sensibilidade, cujas formas *a priori* são o espaço e o tempo, a qual consiste em receber as representações, já que o objeto dado são representações intuitivas (trata-se de uma receptividade pura); e o entendimento, cujas formas *a priori* de pensamento são as categorias, o qual consiste na capacidade de conhecer um determinado objeto mediante representações conceituais, já que o objeto é pensado em conformidade com as categorias do entendimento (trata-se de uma espontaneidade pura). A espontaneidade liga e ordena a receptividade das representações de modo que uma faculdade depende totalmente da outra para a efetivação do conhecimento (KANT, 2010).

intuição e conceitos constituem, pois, os elementos de todo o nosso conhecimento /.../ Sem a sensibilidade, nenhum objeto seria dado; sem o

entendimento, nenhum seria pensado. Pensamentos sem conteúdo são vazios; intuições sem conceitos são cegas /.../ O entendimento nada pode intuir e os sentidos nada podem pensar. Só pela sua reunião se obtém conhecimento (KANT, 2010, p.88-89).

Mas, por outro lado, enquanto uso das categorias no puro pensamento, segundo a admitida figura do *númeno*², o entendimento não depende da sensibilidade, e o lugar para o uso desses conceitos é denominado “espaço vazio”, como espaço que é preenchido por objetos que fazem sentido de ser pensados sem contradição, tendo em vista o desenvolvimento da razão pura em sua unidade sistemática. Nesse uso especulativo (*númeno* em sentido negativo) o uso realizado das categorias é o uso de um conceito-limite, como pensamento que tem de “cercear a pretensão da sensibilidade e, portanto, para uso simplesmente negativo. Mas nem por isso é uma ficção arbitrária, pelo contrário, encadeia-se com a limitação da sensibilidade, sem todavia poder estabelecer algo de positivo fora do âmbito desta” (KANT, 2010, p.270). Diferentemente do domínio do conhecimento, na esfera especulativa da razão para se pensar um objeto não é requerido sua possibilidade, mas unicamente que ele não se contradiga, o pensamento requer “a observância e a exigência para não nos contradizermos” (NODARI, 2009, p.83). Neste sentido para Krings (Apud NODARI, 2009) o pensar potencializa o conhecimento, em vez de constituir meramente uma alternativa à falta dele³.

Assim na sistemática da razão pura, Kant procura a legitimação da esfera do puro pensamento, a partir da noção de coisa em si (*Dinge an Sich*), já que é devido a ela que o estatuto da distinção entre conhecer e pensar apresenta à razão especulativa a possibilidade de um conhecimento em geral. Desde tal dimensão é aberto o espaço para ser pensado o conceito de liberdade, já que Kant atrela de modo necessário o desenvolvimento da razão prática (faculdade da razão pura prática) à elucidação do espaço do puro pensamento. O caráter não contraditório da dupla natureza humana depende justamente da elucidação prévia das esferas do conhecimento, do puro pensamento e do conceito de liberdade, pensado tanto do ponto de vista especulativo (liberdade transcendental) quanto do ponto de vista prático (liberdade prática). É somente a partir dessa elucidação que pode ser garantida a clareza dos conceitos tomados por Kant para explicitar o homem como “cidadão de dois mundos”.

A LIBERDADE TRANSCENDENTAL E A LIBERDADE PRÁTICA

No capítulo o cânone da razão pura da primeira crítica, Kant apresenta a distinção entre liberdade transcendental enquanto uma idéia possível apenas no pensamento puro e liberdade prática enquanto uma idéia cuja possibilidade é

efetivada pela dimensão da faculdade da razão pura prática. Neste sentido a distinção entre “mundo sensível” e “mundo inteligível” busca demonstrar que não existe nenhum conflito entre causalidade da natureza e causalidade da liberdade, pois embora se constituam em domínios diferentes, o último deve ter os seus efeitos manifestados no primeiro.

Se tudo acontece sempre segundo as leis da natureza, sempre haverá uma causa que se sobrepõe a outra causa *ad infinitum*. Viu-se anteriormente, que deve existir uma espontaneidade absoluta que dá início por si mesma a série causal no puro pensamento, cujos efeitos se fazem mostrar no domínio do mundo natural. Essa espontaneidade é denominada de liberdade transcendental, a qual se opõe à lei natural e que por isso não se encontra em nenhuma experiência. A liberdade transcendental é admitida segundo o filósofo como:

a faculdade capaz de iniciar *por si* um estado, cuja causalidade não esteja, por sua vez, subordinada, segundo a lei natural, a outra causa que a determine quanto ao tempo. A liberdade é, neste sentido, uma ideia transcendental pura que, em primeiro lugar nada contém de extraído da experiência e cujo objecto, em segundo lugar, não pode ser dado de maneira determinada em nenhuma experiência, porque é uma lei geral, até da própria possibilidade de toda a experiência /.../ Como /.../ não se pode obter a totalidade absoluta das condições na relação causal, a razão cria a ideia de uma espontaneidade que poderia começar a agir por si mesma, sem que uma outra causa tivesse devido precedê-la para a determinar a agir segundo a lei do encadeamento causal (KANT, 2010, p.463).

A ideia transcendental de liberdade é um conceito da razão e é condição para se pensar o conceito de liberdade no sentido prático, já que a razão especulativa apenas pode conceber o pensamento não contraditório sobre o conceito transcendental de liberdade (a razão especulativa jamais pode sequer admitir um uso, significado, objeto, ou mesmo realidade a esta ideia), Kant diz ser essencial justificar um uso prático para a faculdade da razão pura a fim de atribuir significado para o conceito de liberdade. A liberdade prática é possível somente pela faculdade da razão pura concebida segundo sua dimensão prática, mas a razão só se torna prática quando o sujeito dotado de razão e vontade se torna independente das coações ou conquista a independência dos impulsos sensíveis do mundo fenomênico.

Na introdução do conceito de liberdade transcendental Kant tematiza o conceito de arbítrio enquanto noção do pensamento puro. O arbítrio se distingue da vontade, pois enquanto ele diz respeito a possibilidade de escolha, a vontade diz respeito propriamente aos seres humanos racionais, pois só eles possuem uma vontade (KANT, 2008b). O arbítrio humano quando é determinado

independentemente dos impulsos sensíveis e unicamente pela razão pura prática chama-se *arbitrium liberum*; em contraposição o arbítrio patologicamente afetado pelos impulsos sensíveis que é chamado *arbitrium sensitivum*, o que não é o mesmo que um *arbitrium brutum* que é aquele unicamente animal e por isso patologicamente necessitado (KANT, 2010). Assim, se toda causalidade no mundo dos fenômenos fosse simplesmente causalidade pela natureza, todos os acontecimentos seriam sempre determinados por outros acontecimentos segundo leis necessárias dos fenômenos, e estes fenômenos determinariam o arbítrio tomando todas as causas e ações meras conseqüências naturais; suprimindo, portanto, a liberdade transcendental e esta por sua vez, anularia a liberdade prática. Mas acontece que a causalidade pelo fenômeno não é assim tão determinante, pois o arbítrio humano (como *arbitrium liberum*) possui uma causalidade capaz de produzir por si uma série de acontecimentos sem precisar se remeter à causalidade pela natureza evitando um regresso ao infinito no encadeamento natural.

A liberdade não é apenas uma antinomia da razão pura especulativa que não possui nenhuma validade na esfera teórica, é uma idéia possível de ser pensada sem contradição, pois se trata de um conceito puro da razão. É com base nisso que se justifica a teoria kantiana dos dois mundos, uma vez que o conceito de liberdade (a fim de ser efetivado) pressupõe a existência de uma esfera puramente inteligível. A causalidade incondicionada criada pela razão pura especulativa (liberdade transcendental) não está submetida nem à forma e nem às condições do tempo, ela não nasce nem começa a produzir um efeito em determinado tempo, ela é empiricamente incondicionada, já que sua condição (faculdade da razão pura) se encontra fora de todo condicionado pela sensibilidade (KANT, 2010). O conceito de liberdade pertencente à faculdade da razão pura deve ser concebido tanto negativamente, como a independência da vontade das condições empíricas; quanto também positivamente, como a faculdade capaz de iniciar por si mesma uma série de acontecimentos na esfera dos fenômenos.

Deste modo, pode-se apresentar a questão de Kant sobre o interesse último da razão segundo seu uso, no que diz respeito às idéias transcendentais:

A razão, por uma tendência da sua natureza, é levada a ultrapassar o uso empírico e a aventurar-se num uso puro, graças a simples ideias, até aos limites extremos de todo o conhecimento e só encontrar descanso no acabamento de seu círculo, num todo sistemático subsistente por si mesmo (KANT, 2010, p.634).

Sabe-se que a filosofia crítica kantiana busca em última análise dar conta da totalidade do sistema da razão a fim de determinar tudo aquilo que encontra em seu poder segundo seus diferentes usos. Contudo, a razão ao sair de sua esfera

teórica (mundo sensível) se transfere a uma esfera de coisas inteligíveis (mundo inteligível), cujo seu uso é puramente especulativo. Neste uso a razão só consegue atribuir um significado às idéias transcendentais, visto que ela somente pode pensá-las de modo não contraditório e sem qualquer caráter cognitivo. O que justifica a impossibilidade de referir tais idéias a qualquer objeto ou coisa na esfera sensível.

O propósito final que visa em última análise a especulação da razão, no uso transcendental, diz respeito a três objectos: a liberdade da vontade, a imortalidade da alma e a existência de Deus. Relativamente a estes três objectos /.../ é impossível extrair de todas as descobertas que se possam fazer sobre esse assunto qualquer uso que prove sua utilidade *in concreto* (KANT, 2010, p.635).

As idéias enquanto objetos da razão especulativa possuem uso imanente e do contrário, são somente "esforços completamente ociosos e além disso extraordinariamente difíceis da nossa razão" (KANT, 2010, p.636). Nem sequer por isso, devem as idéias serem concebidas como desnecessárias, visto que se tratam de conceitos regulativos da razão e essenciais para unidade da sistemática kantiana "todavia, deverá ressaltar-se e ficar bem entendido que devemos, pelo menos, poder *pensar* esses objectos como coisas em si embora não possamos *conhecer*. Caso contrário, seríamos levados à proposição absurda de que haveria fenômeno, sem haver algo que aparecesse" (KANT, 2010, p.25). O filósofo diz que mesmo sem possuírem um uso cognitivo são necessárias, porque têm relação com a faculdade prática da razão.

Se, portanto, estas três proposições cardeais [Deus, Alma e Liberdade] nos não são absolutamente nada necessárias para o *saber*, e contudo são instantaneamente recomendadas pela nossa razão, a sua importância deverá propriamente dizer respeito apenas à *ordem prática* (KANT, 2010, p.636).

Para Kant "prático é tudo aquilo que é possível pela liberdade" (KANT, 2010, p.636), o que demonstra o significado positivo deste conceito, isto é, somente segundo a faculdade da razão pura prática a liberdade adquire demonstração. Kant afirma na "Crítica da Razão Prática" ("*Kritik der praktischen Vernunft*", 1788) que como os sentidos não são os únicos a determinar a vontade humana, o homem pode ultrapassar as impressões sensíveis da faculdade sensível de desejar⁴, já que as reflexões sobre o que é moral e útil diz respeito à razão prática. É por isso que a faculdade da razão pura prática determina a vontade, dá leis objetivas da liberdade e exprime o que deve acontecer, independentemente do que aconteça.

É neste sentido que Kant revela a possibilidade de se admitir um uso prático para a razão, a qual é a única capaz de oferecer um critério universalmente

válido para estabelecer uma lei pura *a priori* para a ação. O que fica visível a transição da liberdade definida em sentido transcendental para a definição da liberdade em sentido prático, possibilitada por uma causalidade dos seres vivos enquanto racionais (denominada de vontade). Kant diz que a vontade humana embora sensivelmente afetada, não é determinada necessariamente pela sensibilidade, mesmo que o sujeito racional se encontre submetido à esfera sensível onde segue o curso da causalidade da natureza empírica e das suas leis, não se deixa determinar por esta causalidade empírica devido a sua faculdade da razão pura prática que determina a vontade incondicionalmente.

Na “Fundamentação da Metafísica dos Costumes” (“*Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*”, 1785) Kant diz que a faculdade da razão (*Vernunft*) é pura atividade e espontaneidade e está acima do entendimento (*Verstand*), pois este (entendimento) mesmo sendo uma atividade própria não pode tirar de sua atividade outros conceitos senão aqueles que servem para submeter as representações sensíveis à regras e assim reuni-las em uma consciência, sem o uso da sensibilidade o entendimento não pensaria nada. Por sua vez, a razão:

Mostra sob o nome das ideias uma espontaneidade tão pura que por ela ultrapassa de longe tudo o que a sensibilidade pode fornecer ao entendimento; e mostra a sua mais elevada função na distinção que estabelece entre mundo sensível e mundo inteligível, marcando também assim os limites ao próprio entendimento (KANT, 2008b, p.105-106).

A partir disso o homem enquanto ser racional dotado de razão e vontade passa a considerar a si mesmo a partir de dois pontos de vista: como pertencente ao mundo sensível sob leis naturais (heteronomia); e simultaneamente como habitante do mundo inteligível sob leis fundamentadas unicamente na razão prática (autonomia).

A DISTINÇÃO ENTRE MUNDO SENSÍVEL (*NATURA ECTYPA*) E MUNDO INTELIGÍVEL (*NATURA ARCHETYPAL*)

Exclusivamente sob o conceito de liberdade (a causalidade incondicionada de sua vontade) o homem como ser racional pode pensar a si como pertencente ao mundo inteligível. Sob esta perspectiva Kant distingue claramente a teoria do homem como cidadão de dois mundos exposta na “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”. É somente quando o sujeito se concebe como livre, isto é, quando age unicamente pelo pressuposto de liberdade (porque reconhece o princípio da autonomia da vontade) se transpõe ao mundo inteligível, se tornando membro deste mundo. Mas como nem sempre as suas ações estão em conformidade

unicamente com o princípio da liberdade, o homem não pode deixar de considerar-se também como membro do mundo sensível, isto é, como um ser finito. Pois ainda que suas ações sejam sentidas no mundo empírico elas têm como fonte o mundo inteligível. É pelo pressuposto de liberdade (como propriedade da vontade de todos os seres racionais) que o homem pertence ao mundo sensível e pertence também ao mundo inteligível.

O mundo inteligível contém o fundamento do mundo sensível, e portanto, também das suas leis, sendo assim, com respeito a minha vontade (que pertence totalmente ao mundo inteligível), imediatamente legislador, e devendo também ser pensado como tal, resulta daqui que, posto por outro lado me conheça como ser pertencente ao mundo sensível, terei; como inteligência, de reconhecer-me submetido à lei do mundo inteligível, isto é à razão, que na ideia de liberdade contém a lei desse mundo (KANT, 2008b, p.108).

Neste sentido é possível compreender porque Kant determina dois diferentes pontos de vista (duas diferentes esferas ou mundos) sobre a concepção do homem como “cidadão de dois mundos”, o ser humano não é somente sensível, nem somente inteligível, ele não pertence apenas ao mundo sensível, nem tão pouco habita somente o mundo inteligível. Através da faculdade da razão pura prática o sujeito se considera livre das inclinações e impulsos sensíveis e se deixa determinar unicamente pela lei moral deduzida pelo princípio da liberdade. A partir disso ele se torna capaz de se contemplar simultaneamente como habitante de dois mundos: ele pensa a si como pertencente ao mundo sensível sujeito às determinações empíricas das leis da natureza e como pertencente ao mundo inteligível pela ideia da liberdade da vontade.

Na “Crítica da Razão Prática” Kant é convicto ao admitir que o mundo inteligível (*natura archetypa*) é um arquétipo do mundo sensível (*natura ectypa*) e que por isto ele é o fundamento de toda natureza sensivelmente determinada, possível unicamente pela lei universal *a priori* da razão pura prática.

A lei moral; a qual é, pois, a lei fundamental de uma natureza supra-sensível e de um puro mundo inteligível cujo equivalente deve existir no mundo sensível sem, no entanto, fazer dano às leis do mesmo. Esse mundo poder-se-ia chamar o *arquétipo (natura archetypa)*, que conhecemos simplesmente pela razão; o segundo, porém, porque contém o efeito possível da ideia do primeiro enquanto princípio de determinação da vontade, poderia chamar-se a *reprodução (natura ectypa)* (KANT, 2008a, p.66-67).

Portanto, ainda que a natureza da razão seja inteligível e que por isso fundamenta a natureza sensível do homem, não é possível suprimir nenhuma delas,

visto que o homem é simultaneamente finito do seu ponto de vista teórico (mundo sensível) e infinito do seu ponto de vista prático (mundo inteligível), ambas as esferas são igualmente necessárias para a efetivação do sistema da unidade de razão em Kant.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vê-se que o intento kantiano se cumpre ao mostrar que o fundamento desta dupla cidadania são dois pontos de vista da razão pura e não duas esferas ontologicamente separadas. O filósofo simplesmente introduz uma distinção no pensamento acerca do mundo inteligível, mostrando que nesta esfera não se ultrapassa nenhum limite porque independe de qualquer intuição: “O conceito de um mundo inteligível é portanto apenas um **ponto de vista** que a razão vê forçada a tomar fora dos fenômenos *para se pensar a si mesma como prática*” (KANT, 2008b, p.115, grifos meus). Kant também esclarece enfaticamente na seguinte passagem da “Crítica da Razão Pura” que tal distinção é apenas conceitual:

A divisão /.../ do mundo em mundo dos sentidos e mundo do entendimento, não pode, pois, ser aceite [em sentido positivo], embora os conceitos admitam, sem dúvida, a divisão em **conceitos sensíveis e conceitos intelectuais** (KANT, 2010, p.270-271, grifos meus).

Além destas passagens, percebe-se que na “Crítica da Razão Prática” o filósofo apresenta mais uma vez que a transição do mundo sensível ao mundo inteligível é possível unicamente através do puro pensamento, não se tratando jamais de uma distinção de caráter ontológico ou mesmo factual:

A lei moral transporta-nos, em **ideia**, para uma natureza em que a razão pura, se fosse provida de um poder físico a ela adequado, produziria o soberano bem, e determina a nossa vontade a conferir a sua forma ao mundo sensível enquanto conjunto dos seres racionais (KANT, 2008a, p.67, grifos meus).

Ao final desta breve análise é possível apenas determinar que o fio condutor de Kant para a distinção do “homem como cidadão de dois mundos”, no que se refere aos dois diferentes usos da razão segundo suas diferentes esferas (razão teórica - mundo sensível e razão prática – mundo inteligível), é o conceito de liberdade, o qual têm sua realidade demonstrada pela lei apodítica da razão pura prática e que por isso constitui a *pedra angular* de um “sistema da razão pura, mesmo da razão especulativa, e todos os outros conceitos /.../ que, enquanto

simples ideias /.../ adquirem com ele [conceito de liberdade] e através dele consistência e realidade objectiva” (KANT, 2008a, p.12) e que por isto dá a unidade ao sistema da razão que tanto Kant buscava. E por isso, a simples distinção do homem segundo dos dois pontos de vista conduz ao primado da razão prática no sistema do Idealismo Transcendental do Sujeito kantiano.

NOTAS

¹ Luciano Carlos Utteich - Doutor em Filosofia, UNIOESTE, lucautteich@terra.com.br

² Vanessa Brun Bicalho - Mestranda em Filosofia, UNIOESTE, Endereço para correspondência: Cascavel-Pr: Rua Matelândia, 1503, Bairro Jardim Nova Iorque, CEP. 85816-320. vah_bicalho@hotmail.com

1 A Revolução Copernicana proposta por Kant possibilita pensar o transcendental (condição de possibilidade do sintético *a priori*), o transcendental permite pensar o idealismo (só conhecemos *a priori* nas coisas aquilo que nós a colocamos), e o idealismo transcendental permite pensar a distinção entre sensível e inteligível (distinção a qual só é conceitual e jamais factual).

2 Kant entende o conceito de *númeno* como uma coisa que não deve ser entendida como algo sensível, mas antes, pensada somente pelo entendimento puro como coisa em si. Além disso, ele é um conceito possível e não contraditório, mas necessário para não alargar a intuição sensível para fora de seu domínio. Tudo aquilo que a intuição sensível não é capaz de dar conta chama-se *númeno*, porque indica que o conhecimento sensível não pode estender seu domínio sobre tudo aquilo que o entendimento é capaz de pensar.

3 Nodari (2009) admite que há uma distinção capital entre conhecer e pensar, enquanto para conhecer um objeto é requerido a prova da sua possibilidade; para pensar um objeto não se requer nem conhecer, nem tampouco que o objeto corresponda a algo na natureza. É preciso conhecer e pensar o conhecer. O pensar inaugura um caminho, pois proporciona ao conhecer e ao agir a liberdade, a qual corresponde à racionalidade.

4 Na “*Crítica da Razão Prática*” Kant realiza a distinção entre vontade inferior (princípios práticos materiais, são as máximas subjetivas contingentes) e vontade superior (princípios práticos formais, são as leis morais objetivas universais) (KANT, 2008a).

REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Tradução: Artur Morão. 9ª Ed. Lisboa: Edições Setenta, 2008a.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições Setenta, 2008b.

_____. **Crítica da Razão Pura**. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 7ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

NODARI, P. C. **A teoria dos dois mundos e o conceito de liberdade em Kant**. Caxias do Sul, RS: EducS, 2009.

Artigo recebido para publicação em 19 de agosto de 2011.

UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E FILOSÓFICA DO CONCEITO DE IDENTIDADE

Jaqueline Stefani¹
Julice Salvagni²

RESUMO: O artigo propõe uma análise sobre o conceito de identidade através de uma abordagem filosófica e sociológica. Como se constitui a identidade? Que relação existe, nessa construção, entre o indivíduo e a alteridade? Qual a importância, para a construção da identidade, da linguagem, da ética e da cultura? A partir destas questões e através de teorias filosóficas como a de Paul Ricoeur cuja elaboração é uma síntese entre posições extremas como a cartesiana e a de Nietzsche e Freud, e de teorias sociológicas embasadas especialmente em Stuart Hall que apresenta uma proposta conceitual onde a identidade é um processo construído socialmente, discursivamente e eticamente ao longo da vida. Uma identidade equívoca ou fraturada cuja construção é sempre mediada e oblíqua.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade. Outro. Sociologia. Filosofia. Contemporaneidade. Linguagem. Cultura.

ABSTRACT: This article proposes an analysis about the identity concept through a philosophical and sociological approach. How is the identity made? What relationship exists in this construction, between the individual and otherness? How is it important, for the construction of identity, language, ethics and culture? From these issues and through philosophical theories such as Paul Ricoeur whose preparation is a synthesis between extreme positions such as Descartes and Nietzsche and Freud, and sociological theories grounded especially in Stuart Hall which presents a conceptual framework where identity is a social constructed process, discursively and ethically throughout life. A mistaken identity or fractured whose construction is always mediated and oblique.

KEYWORDS: Identity. Other. Sociology. Philosophy. Contemporary. Language. Culture.

APRESENTAÇÃO

Com o intuito de construir teoricamente uma abordagem interdisciplinar sobre o conceito de identidade, percorremos aportes teóricos vindos da filosofia e da sociologia no intuito de encontrar possíveis formas de compreender com maior propriedade tal conceito. Popularmente, é possível entender a identidade do sujeito como algo que o caracterize enquanto tal, distinguindo-o e o tornando semelhante a determinado grupo. Ainda, a identidade é vista como algo que deve ser construído pelo sujeito que não a possui, previamente.

Segundo a concepção filosófica do francês Paul Ricoeur (1990), o conceito de identidade é equívoco. Tal equivocidade compreende tanto a característica de “mesmo”, de igual, quanto de “outro”, de diferente. Todavia, ao longo da história, tal conceito foi tomado de forma unívoca apenas no sentido de “mesmo”. Na identidade compreendida apenas como “mesmo”, o sujeito é tomado como uma coisa, ele é, pois, objetificado. Um exemplo clássico de análise da identidade em seu sentido coisificado é a cartesiana. Quando Descartes se pergunta “Quem sou eu?” a famigerada resposta dada por ele é: “Eu sou uma coisa que pensa” (*Cogito ergo sum*), concepção problemática, segundo Ricoeur.

No aspecto sociológico da compreensão acerca da identidade, destacamos as relações sociais pautadas multiplicidade que fazem surgir identidades plurais e por vezes antagônicas. Estas identidades, concebidas na contemporaneidade, carregam no seu entendimento a interferência dos mais diversos aspectos da sociedade, sendo indispensável essa leitura social para que se possa saber mais sobre os indivíduos.

IDENTIDADE: UM CONCEITO EQUÍVOCO

Referindo-se a uma identidade-coisificada, independente do tempo e da história, o *Cogito* cartesiano é separado e isolado das relações com o mundo, com os outros, com a dimensão simbólica da cultura. O “eu” é uma “coisa pensante”, um entendimento, uma razão. Nessa abordagem, identificar é distinguir, separar, isolar uma coisa de outra.

Esta característica do “mesmo” da identidade é composta pelo caráter (RICOEUR, 1990). É a parte da identidade que faz com que se possa, ao longo da vida, reconhecer alguém através da passagem do tempo. O “mesmo” da identidade, todavia, é construído historicamente sendo responsável por assimilar todas as mudanças pelas quais a identidade passa ao longo de sua constituição e por reconduzi-las ao “mesmo”. Neste sentido, a pessoa é apenas alguém de quem se fala e, portanto, se trata de uma análise na terceira pessoa na qual a auto-designação não tem lugar.

Segundo Ricoeur (1990), tal abordagem semântica da identidade deve dar lugar a uma análise pragmática da identidade, em sua ambigüidade. Esta análise da linguagem questiona não só o problema do referente, mas o da inclusão do sujeito na linguagem. Ricoeur, em *A metáfora viva* (s/d, p. 33), é propositivo ao afirmar que existe a necessidade da explicitação do falante e de como ele está inserido no seu próprio discurso, pois “a significação do eu somente se forma no instante em que aquele que fala, se apropria do sentido para se designar a si mesmo de modo único, pois, fora desta referência a um indivíduo, o pronome pessoal é um signo vazio ou um instrumento disponível para ser apropriado no discurso por quem fala”.

Esse é propriamente o campo da pragmática no qual o invólucro lingüístico “eu” e “tu” da interlocução se concretiza quando expresso por alguém, de maneira que sem essa referência não se obtém o todo da significação, pois o “eu” fica, então, à deriva.

Fazer uma análise da identidade sob um enfoque pragmático requer que a pergunta “Quem sou eu?” obtenha resposta diferente da cartesiana. A identidade passa a ser entendida como algo constituído dialeticamente entre o mesmo e outro e o sujeito torna-se irreduzível à objetificação, pois imerso na temporalidade e na historicidade. Nesta esfera de análise, a parte que corresponde ao “outro” da identidade se concretiza pragmaticamente na pergunta pelo “quem?”. Assim, “na expressão ‘eu digo que’, o ‘eu’ não figura como um termo lexical do sistema da língua, mas como uma expressão auto-referencial pela qual se designa a si mesmo esse que, falando, emprega o pronome pessoal na primeira pessoa do singular. Dessa forma, ele é insubstituível”.³ (RICOEUR, 2004, p. 145).

Esse outro modo de compreender a identidade é tomado na fusão entre os dois pólos o mesmo e o outro, com igual relevância e podem ser concebidas sob a forma temporal da memória e da promessa. Enquanto a memória se elabora sobre o tempo passado, a promessa compreende o futuro, movimento que projeta a expectativa de manutenção da palavra proferida e, portanto, de uma instância ética. Entretanto, o ponto central responsável pela reunião da memória e da promessa é o presente.

O traço fundamental da identidade por meio do qual a memória é elaborada é o traço do “mesmo” que está compreendido na identidade; a promessa, por outro lado, se ergue sobre o instância do “outro”. Em uma perspectiva de compreensão da identidade apenas sob o traço do “mesmo”, o sujeito que age está bem distante da noção de um si mesmo responsável por aquilo que fala e faz. Ora, assinala Paul Ricoeur (2004), é em uma abordagem equívoca e não unívoca da identidade que a dimensão ética pode surgir e se configurar.

Por reconhecer imagens do passado, a memória tem inegável participação no reconhecimento de si mesmo, assim como é no cumprimento da promessa feita

que o movimento de prospecção se reencontra com a identidade. A síntese propriamente dita é resultado da dialética entre o traço “mesmo” do caráter e o traço “outro” da “manutenção de si”. Tal manutenção de si é que possibilita que o outro possa contar com a palavra proferida por seu interlocutor.

O espaço para a alteridade surge apenas na medida em que esse âmbito da identidade de si configurado como “outro” é levado em consideração. Tal abertura ao outro é que possibilita que a responsabilidade possa vir à tona. Compreender o outro dessa forma é tomá-lo não como o que se opõe ao mesmo, mas como partícipe necessário à própria constituição do mesmo, pois é o outro o responsável pela manutenção e pela formação da identidade do outro que si-mesmo.

De forma totalmente inversa à cartesiana, outros dois pensadores contribuíram para pensar a questão da identidade: Nietzsche e Freud. Ambos são fundamentais para a teoria ricoeuriana, tendo em vista que é na tensão entre as duas teorias opostas (Descartes por um lado, Nietzsche e Freud por outro) que Paul Ricoeur propõe sua construção teórica.

Para Descartes, a consciência equivale ao “eu”, enquanto em Nietzsche e em Freud, a consciência é, originariamente, uma farsa. Nietzsche contestou radicalmente o primado da consciência e foi, talvez, o primeiro pensador a perceber a consciência como uma grande farsa; o ego, mera “espécie singular de ‘vertigem’, de ‘farsa superior’, de um sentimento forte, cujo fundamento, porém, está muito longe de ser evidente e inabalável” (GIACCOIA, 2001, p. 8). O que temos de conteúdo consciente, segundo Nietzsche, é o que de mais superficial e, conseqüentemente, menos importante temos. Tal conteúdo liga-se ao desejo de comunicação e o ato de comunicar extirpa a diferença entre as pessoas, de maneira que a consciência se desenvolve somente por causa da necessidade de comunicação. O que existe em cada um de singular e autêntico, fica na esfera do incomunicável, “o homem, como toda criatura viva, pensa continuamente, mas não sabe disso; o pensamento que se torna consciente é apenas a mínima parte dele, e nós dizemos: a parte mais superficial, a pior parte”. (NIETZSCHE, 1974a, p. 225).

Nietzsche elabora uma análise da linguagem pautada por estratégias retóricas para destruir a pretensão cartesiana de uma suposta imediatez do *Cogito*. Nas palavras de Nietzsche (1974a, p. 225, 226): “tudo que se torna consciente justamente com isso se torna raso, ralo, relativamente estúpido, geral, signo, marca de rebanho, que como todo tornar-consciente, está associada uma grande e radical corrupção, falsificação, superficialização e generalização”.

A estrutura do *Cogito* cartesiano é rechaçada por Nietzsche por pretender um autoconhecimento imediato e, principalmente, pela via do erro gramatical:

o que nele pode verificar uma suspeita mais radical e audaz é que aqui também se trata de uma interpretação, fundada em procedimentos e formas

de inferência radicados na estrutura elementar da sentença gramatical. Dessa maneira, não se sustenta mais a hipótese cartesiana, de acordo com a qual o intelecto, a alma, ou a faculdade de conceber e julgar constitui o predicado essencial do ser que eu sou (GIACCOIA, 2001, p. 62, 63).

Tanto para Nietzsche quanto para Freud a consciência deve ser interpretada e requer que se parta sempre de uma atitude de "suspeita", tendo em vista "que a maior parte de nossa atuação espiritual nos transcorre inconsciente". (NIETZSCHE, 1974a, p. 214).

A consciência em Freud não pode ser tomada como medida de todas as coisas, como fundamento "assim, o tornar-se-sujeito toma o duplo aspecto de um tornar-se consciente e de um tornar-se eu, isto é, de um tornar-se vigilante" (RICOEUR, 1988, p. 235). A psicanálise realiza um movimento de deslocamento do fundamento ou da origem. A consciência não ocupa mais esse lugar fundante ou de onde se parte, mas torna-se o lugar ao qual se quer chegar e, assim, o que estava na origem torna-se meta.

Um "eu" que é dado imediatamente pelo atributo "penso", é um "eu" cômico de si de forma irrefutável e inabalável. Sobre tal posição cartesiana diz Nietzsche, "há ainda inofensivos observadores de si, que acreditam que há 'certezas imediatas', por exemplo, 'eu penso', [...] como se aqui o conhecer recebesse seu objeto puro e nu para captar, como 'coisa em si', e nem do lado do sujeito nem do lado do objeto tivesse lugar uma falsificação" (NIETZSCHE, 1974b, p. 279).

Assim, qualquer reapropriação do sujeito autêntico, deveria partir de um movimento de suspeita.

A PROPOSTA DE PAUL RICOEUR

Ricoeur reelabora a compreensão do conceito de consciência ao fazer uma mediação entre as posições extremas de, por um lado, Descartes e, por outro, Freud e Nietzsche. O filósofo francês propõe uma síntese entre o *Cogito* "humilhado" (rebaixado ao grau de ilusão) de Nietzsche e Freud e o *Cogito* "exaltado" (dado como primeira certeza imediata) de Descartes. Tal mediação apresenta a consciência como tarefa ética e hermenêutica. A consciência se expressaria, entre um "eu" e um "não-eu", em um "si", o qual "exprime o primado da mediação reflexiva, da posição indireta do sujeito" (PIVA, 1999, p. 209).

A consciência é sempre "construção da consciência" e nunca um ponto certo e inabalável do qual se parte de forma imediata. Esta construção ocorre ao longo da vida sendo perpassada por compreensões pragmáticas e hermenêuticas, e, acima de tudo, mediada pelo outro e pelos encontros hermenêuticos com os textos. O texto exige do leitor um duplo movimento antagônico: acolher o texto e

abandoná-lo, apropriar-se do texto para então desapropriar-se, aproximar-se do texto para então distanciar-se, sentir o texto como familiar, para então estranhá-lo. Nesse encontro-desencontro entre leitor e texto ocorre a construção de si-mesmo, a construção do próprio leitor.

O texto tem a capacidade de revelar “o projeto de um mundo que eu posso habitar e no qual se possam revelar as possibilidades que me são mais próprias” (RICOEUR, 1995, p. 105). O leitor projeta a si mesmo no texto. O texto desperta o leitor; faz-lhe o convite que abre a possibilidade de ler-se a si próprio. Desse modo, de forma bem diversa de um *Cogito* cartesiano, por exemplo, Ricoeur sugere que a compreensão do sujeito por si mesmo não acontece direta e imediatamente, mas indireta e obliquamente.

Esse sujeito que reflete sobre si tendo a consciência como meta e não como ponto de partida e que interpreta a si próprio, o outro e os símbolos e textos do mundo, é um “si” nem exaltado, nem humilhado, mas perpassado pelo desvio da análise e erigido sob um duplo alicerce semântico e pragmático. Assim, “a hermenêutica de si se encontra em igual distância da apologia do *Cogito* e de sua destituição”⁴ (RICOEUR, 1990, p. 15).

Por esse motivo, o hermeneuta, ao realizar os processos teleológicos e arqueológicos, através do desvio da compreensão do outro e do texto, pode crescer no sentido da compreensão de si próprio firmando-se um conceito de alteridade no qual se compreende o outro como alguém que constitui, também, esse si. É um si mesmo considerado como outro porque perpassado pelo outro.

Assim, conceitos como responsabilidade e solidariedade surgem em uma análise que tem o próprio sujeito como centro, mas um sujeito que comporta sempre sua própria historicidade e finitude e é, inegavelmente, perpassado e alterado fundamentalmente pelo mundo do outro.

Esta abordagem filosófica do conceito de identidade, todavia, adquire maior densidade quando discutida de maneira conjunta com outra área do conhecimento, como é o caso da sociologia, que também muito se ocupa em descortinar através das suas concepções a problemática da identidade na contemporaneidade.

IDENTIDADE E CONTEMPORANEIDADE

Para Hall (2000b), o conceito de identificação é pouco desenvolvido pelas ciências sociais, sendo necessário importar conceitos da psicanálise para estabelecer uma compreensão. Assim, o autor compreende a identificação como “uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre ‘em processo” (HALL, 2000b, p.106).

Ao contrário do que se estabelece no senso comum, da identificação como o reconhecimento de iguais, a identificação “[...] opera **por meio da *différance***,

ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de 'efeitos de fronteira'. Para consolidar o processo ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior a constitui” (HALL, 2000b, p.106, grifo nosso).

As identificações podem ir ao encontro da identidade do sujeito, ou diferenciar-se por completo. Neste jogo de reconhecimento é que a identidade vai se criando. O que faz com que a produção de identificações não seja algo lógico e determinado. Assim, este processo de identificação, ou de diferenciação, vai ser fundamental para a compreensão da formação das identidades. A identidade será coletivamente constituída por essas identificações, através do discurso, muito embora o ego ideal seja “composto de identificações com ideais culturais que não são necessariamente harmoniosos” (HALL, 2000b, p.107). O autor entende que

as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que **elas não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo do discurso, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas**. As identidades são sujeitadas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000b, p.108, grifo nosso).

Buscamos neste estudo a análise das concepções de identidade, a fim de identificar elementos desta relação que sejam evidências de transformações (ou não) no mundo contemporâneo. E, entendemos inclusive, que “as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático” (HALL, 2000b, p.109), havendo um conteúdo simbólico fundamental para a o entendimento do que compreende o processo de formação identitária. Assim, as relações com o mundo são sempre pautadas pela compreensão que temos dele, pelo significado que atribuímos às coisas: “o simbolismo é o modo de nos relacionar com o mundo e a forma com que estruturamos nossa subjetividade” (RUIZ, 2003, p. 180).

Por esta concepção, o estudo da identidade presume uma observação apurada do social e do meio onde a pessoa esta inserida como um espaço produtor de material simbólico. Neste caso, consideramos o trabalho uma fonte fundamental para a produção das identidades.

Veronese e Esteves (2009) destacam que na esfera da intersubjetividade produzida pelo trabalho, vivências e aprendizagens incorporam-se à dimensão identitária dos sujeitos em interação, sendo fundamental uma leitura das formas de trabalho para que possa compreender a formação identitária destes trabalhadores. Existem muitos aspectos culturais das organizações que são evidentes no cotidiano,

que acabam por determinar formas de ser e existir na contemporaneidade.

Goffman (1985) vai tratar da identidade dos sujeitos no sentido de atores sociais que desempenham um papel. Assim, estes irão representar papéis que vão fazer sentido no coletivo. O autor entende representação como

toda a atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Será conveniente denominar de fachada à parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação (GOFFMAN, 1985, p.29).

A hierarquia envolta por muitos códigos e normas de conduta da sociedade, de modo geral, também ajuda a compor a representação do ator no mesmo jogo que já descrevemos como identificação que, da mesma forma, vai compondo a identidade. Assim como nas vicissitudes de identificações, “se um indivíduo tem de dar expressões a padrões ideais na representação, estão terá de abandonar ou esconder ações que não sejam compatíveis com eles” (GOFFMAN, 1985, p.46).

Esta identidade, de certa forma, vai representar uma verdade para quem a vivencia, sendo que sempre será uma construção coletiva, além de individual. “Quando um ator assume um papel social estabelecido, geralmente verifica que a uma determinada fachada já foi estabelecida para este papel” (GOFFMAN, 1985, p.34). Esta fachada é a construção coletiva que permite que atores sociais se constituam.

A IDENTIDADE PENSADA NO SOCIAL

Oportunas reflexões sobre o tema da identidade se fazem necessárias em um momento de reconfiguração do contemporâneo, atravessado pela qualidade de fragmentação da concepção pós-moderna. Neste contexto, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como unificado” (HALL, 2000a, p. 7).

Entretanto, não podemos considerar a pós-modernidade como um “fato social” ao estilo Durkheim, mas sim como uma discussão sobre o tempo presente e o passado recente, suas transições, suas continuidades e descontinuidades, fazendo uma leitura – mediada pela teorização – a fim de compreender esse tempo-espaço contemporâneo. Esse momento pós-moderno é possível de ser observado segundo a apreciação das transformações na cultura, nos modos de ser e na subjetivação.

Nesta produção identitária, o sujeito se transforma através das relações sociais, especialmente – como defendemos neste estudo – através das relações de trabalho. O sujeito ao mesmo tempo é transformado e agente transformador das instituições sociais das quais se implica. Notamos, através de observações do cotidiano, que pessoas com aparência, ideologias ou estilos de vida que não correspondem com o padrão identitário de determinadas organizações de trabalho são deixadas às margens das oportunidades de emprego.

Não obstante, podemos ressaltar, em meio à fala dos trabalhadores, transformações identitárias que passem a corroborar com o sistema de padrões e tendências exigidos pelas empresas. Denunciando assim, que há uma referência, uma padronização, nos modos de ser e existir na atualidade que unifica e condiciona à entrada no mercado de trabalho aos que mais se assemelham com as exigências pré-estabelecidas.

Esses dados empíricos, visíveis e conhecidos no senso comum entre os que buscam uma colocação profissional, vão de encontro com a leitura teórica da concepção pós-moderna, que exalta e consolida a diversidade das identidades como algo aparentemente aceito socialmente. Contudo, não negamos que há a fragmentação identitária proposta por autores, mas evidenciamos a necessidade de se estudar este processo em relação à aspectos específicos da vida cotidiana.

De modo geral, ratificamos uma mudança identitária, talvez não tão romântica, mas que está “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinha fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2000a, p. 9). No mais, identidade é “demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto a prova” (HALL, 2000a, p. 8). E se tratando especialmente da relação com o trabalho, o conceito de “identidade” carece de estudos aprofundados que façam emergir significativas provocações de sentido entre o que é produzido nas relações a partir do espelho da alteridade.

Veronese (2003), explicando a constituição da identidade através da diferença que singulariza os sujeitos, compreende que o ser humano é

portador de uma **história singular tecida nas relações** que estabeleceu, todo o acesso ao mundo é mediado, por isso ele, ou ela, é relacional por excelência. [...] O ser humano só se afirma num esforço de sentido, sem o qual não existe plenamente. Pensa-se e fala-se como o **instrumental da linguagem**, elemento que o costura ao mundo e a seus pares (VERONESE, 2003, p. 2, grifo nosso)

Através disso, percebemos a necessidade de um estudo sobre da identidade marcado neste espaço de tempo que se vincule especificamente com as suas relações, que vão fazer emergir formas de ser específicas.

Isso, acima de tudo, marca a diferença do momento pós-moderno, capaz de produzir a alteridade e a pluralidade, já que “são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeitos’ – isto é, identidades – para os indivíduos” (HALL, 2000a, p. 17).

São notáveis as transformações sociais advindas com a condição pós-moderna, especialmente no que diz respeito à constituição identitária dos sujeitos. Percebemos como central a necessidade de descortinar as identidades que se produzem nestas relações. Pesquisas sobre o tema reafirmam que a

contemporaneidade trouxe em seu bojo transformações sociais, econômicas, tecnológicas e geopolíticas em escala mundial, com implicações para os modos de ser dos sujeitos e suas formas de agir na sociedade. Tais transformações, **ao produzirem um contexto marcado por características como transitoriedade, efemeridade, descontinuidade e caos, atingem algumas categorias teóricas chaves na área das ciências humanas e sociais** (COUTINHO, KRAWULSKI, SOARES, 2007, p. 01, grifo nosso).

Embora haja estudos que descrevem este impasse na relação de identidade no contexto da pós-modernidade, fazem-se necessários estudos que perpassem a discussão teórica para descrever empiricamente a produção subjetiva deste cenário. Para tanto, entendemos que a identidade está atrelada a identificação e, nesta medida, pode ser entendida como

processos inconscientes, o que torna difícil a sua abordagem, bem como o seu entrelaçamento ao processo identitário. Neste duplo processo identidade/identificação, a primeira pode ser entendida como um momento particular da identificação, que ocorre para preencher determinadas necessidades da pessoa na sua relação com o mundo (COUTINHO, KRAWULSKI, SOARES, 2007, p. 05)

Ou seja, uma importante identificação e, conseqüente, formação identitária advém dos modelos exigidos pelas normas sociais, em muito difundidas pelas grandes mídias, por exemplo. Todo esse universo social e, conseqüentemente, a sua minuciosa análise, não podem deixar de fazer parte dos estudos sobre a concepção de identidades, que vem sendo revistos permanentemente.

Na crítica a muitos dos teóricos que tratam sobre a pós-modernidade, Harvey (2001) defende a idéia de que as discussões sobre o trabalho, por exemplo, ainda não fazem parte deste apanhado teórico atual. Isso nos indica que a baixa

ênfase que é dada sobre questões teóricas contemporâneas poderá causar impasses aos estudos sobre a identidade, inclusive. Assim sendo,

o pós-modernismo quer que aceitemos as reificações e partições, celebrando a atividade de mascaramento e de simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social, enquanto **nega o tipo de metateoria capaz de aprender os processos político-econômicos (fluxo de dinheiro, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros, etc.), que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana** (HARVEY, 2001, p. 112, grifo nosso).

Muito embora este estudo não trate de negar as mudanças do período pós-moderno, percebemos a necessidade de incluir a discussão dos fenômenos político-econômicos que podem, inclusive, mudar o rumo de muitas discussões sobre a pós-modernidade. No entanto, não podemos deixar de sublinhar a mudança pós-moderna no sentido da fragmentação e da efemeridade, mas que ao nosso entendimento não tem um espaço para acontecer dentro de instituições de trabalho hierarquizadas, competitivas e pautadas sobre padrões bem definidos.

Baseado na dinâmica de consumo capitalista da atualidade, Harvey (2001, p. 258) afirma que passamos a viver na sociedade do 'descarte', onde isso "significa mais do que jogar fora bens produzidos (criando um monumental problema sobre o que se fazer com o lixo); significa atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego as coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser".

O mesmo autor ainda destaca que o capitalismo "agora tem preocupação predominante com a produção de signos, imagens e sistemas de signos, e não com as próprias mercadorias" (HARVEY, 2001, p 260). Sendo assim, há também toda uma estratégia de mercado que define quais produtos são necessários para determinada identidade. O grande impasse deste sistema é a incapacidade que a grande maioria da população tem em encaixar-se nesta lógica de signos, já que lhes falta valor aquisitivo para isso.

Existe uma ramificação entre a identidade do entendimento pós-moderno e a identidade do mercado, associada ao comercializável, a moda e a tendência. Por isso, "a imagem serve para estabelecer uma identidade no mercado, o que se aplica também aos mercados de trabalho" (HARVEY, 2001, p 260). Por essa luta declarada de aparências, Harvey (2001) ironiza que "você deve fingir até conseguir" (p. 260), mostrado como as identidades ainda são fixadas e estabelecidas pelos mercados de consumo e valorizadas no mercado de trabalho.

Ao analisar a *estetização da vida cotidiana*, Featherstone (1995, p. 97) menciona que “se examinarmos definições de pó-modernismo, encontraremos uma ênfase no apagamento das fronteiras entre arte e vida cotidiana, o colapso das distinções entre alta-cultura e cultura de massa/popular, uma promiscuidade estilística generalizada e uma mistura lúdica de códigos”.

Porém, não é simples esta descodificação dos símbolos e ao

focalizar encontros sociais diretos nas lojas, escritórios e instituições, o fluxo desacelera-se, e o processo de interpretação acontece de maneira mais precisa, uma vez que **os participantes são capazes de monitorar e reagir ao poder simbólico manifestado nos sinais e gestos físicos inconscientes:** vestuário, estilo, tom de voz, expressão facial, maneiras, porte e modo de andar; e, corporificado no volume do corpo, altura, peso, etc., que revelam as origens sociais do transmissor (FEATHERSTONE, 1995, p. 97, grifo nosso).

Todos estes sinais, portanto, se fazem altamente presentes nas relações e devem ser analisados a fim de compreender os sentidos que ali se produzem. “Se ninguém ‘conhece o seu lugar’ nesse mutante mundo-colagem, como é possível elaborar e sustentar uma ordem social segura?” (HARVEY, 2001, p. 272).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de identidade não é mais passível de ser desenvolvido sem que para isso se faça uma leitura atenta das relações sociais. Ao contrário do que muito já se defendeu, de que a identidade era algo puramente individual e que, portanto, sua descrição deveria partir da análise do indivíduo, a contemporaneidade nos mostra que o caráter coletivo do sujeito, observado através das suas relações, é um aspecto indispensável a esta leitura.

Assim, percebe-se que uma análise da identidade entendida somente como o “mesmo”, sem a mediação do outro, do tempo, da historicidade e onde a pessoa é vista como uma “coisa que pensa” – da qual o melhor exemplo é a identidade cartesiana –, é uma identidade que não dá mais conta do anseio humano pela compreensão de si. Tal análise da identidade requer uma cuidadosa consideração lingüística, hermenêutica, ética, cultural e social.

A compreensão da ética é tomada como âmbito necessário em uma análise que envolve a alteridade num sentido tão necessário que o traço do “mesmo” da identidade é impossível sem o traço do “outro”. Nossa proposta é tomar o conceito de identidade como um conceito equívoco e irremediavelmente mediado. Equívoco por conter ambos os sentidos de “mesmo” e “outro”; mediado por se configurar em

um processo de relações sociais e lingüísticas ao longo de uma vida inteira.

Dessa forma, diferentemente do *Cogito ergo sum* e de sua certeza inabalável e imediata proposta pelo atributo “penso”, a teoria de Paul Ricoeur apresenta outra possibilidade, mais longa e oblíqua, suspeitando do mundo que abarca a designação lingüística “eu”, afinal, quem é esse “eu” que pensa?

NOTAS

¹ Docente do curso de Filosofia da Universidade de Caxias do Sul. Doutoranda em Filosofia (UNISINOS); Mestre em Filosofia (UNISINOS); jaquelinestefani@yahoo.com.br.

² Docente do curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul. Mestre em Ciências Sociais (UNISINOS); Especialista em Gestão Empreendedora (FTEC); Psicóloga (UNISINOS); julices@terra.com.br.

³ “Dans l’expression ‘je dis que’, le ‘je’ ne figure pas comme un terme lexical du système de la langue, mais comme une expression autoréférentielle par laquelle se designe lui-même celui qui, en parlant, emploie le pronom personnel à la première personne du singulier. À ce titre, il est insubstituable”. (Tradução nossa).

⁴ “l’herméneutique du soi se trouve à égale distance de l’apologie du *Cogito* et de sa destitution”. (Tradução nossa).

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. **Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis**. Psicol. Soc., Porto Alegre, v.19, n. spe, 2007.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

GIACOIA, Oswaldo. **Nietzsche como psicólogo**. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.

_____. “Quem precisa da identidade?”. IN: Silva, Tomas Tadeu da (Org.), **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000b.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. São Paulo: Abril Cultural, 1974a.

_____. **Para além de bem e mal**. São Paulo: Abril Cultural, 1974b.

PIVA, Edgar. **A questão do sujeito em Paul Ricoeur**. Síntese Nova Fase. Belo Horizonte, v. 26, n. 85, 1999.

RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. Porto-Portugal: RÉS, s/d.

_____. **Da metafísica à moral**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. **O conflito das interpretações – ensaios de hermenêutica**. Porto-Portugal: RÉS, 1988.

_____. **Parcours de la reconnaissance**. Paris: Stock, 2004.

_____. **Soi-même comme un autre**. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

RUIZ, Castor Bartolomé. **Os paradoxos do imaginário**. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2003.

VERONESE, Marília Veríssimo. **Na direção de uma psicologia social crítica do trabalho**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2003.

VERONESE, Marília V; ESTEVES, Egeu G. "Identidade". In. GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro; CATTANI, Antonio; LAVILLE, Jean-Louis. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

Artigo recebido para publicação em 13 de setembro de 2011

A SOCIOLOGIA WEBERIANA: ASPECTOS HISTÓRICOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Paulo Roberto Azevedo¹

“O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo
teceu”
Clifford Geertz

RESUMO: Este texto foi pretendido para apresentar uma visão geral da sociologia weberiana. Inicia abordando o contexto histórico geográfico onde a sociologia de Max Weber se originou. Analisa as principais influências intelectuais que produziram e estão presentes em sua obra, e conclui tratando das principais características epistemológicas e metodológicas de uma das principais vertentes teóricas da sociologia.

PALAVRAS-CHAVE: Max Weber; sociologia, metodologia, epistemologia

ABSTRACT: This paper pretends to show an overview of the weberian sociology. It begins focusing in the historic and geographic environment where the Max Weber sociology was originated. Analyzes the major intellectual influences in his work. And concludes analyzing the main epistemological and methodological characteristics of his sociology.

KEY-WORDS: Max Weber; sociology; methodology ; epistemology

INTRODUÇÃO

A obra sociológica de Max Weber (1864-1920) surge num momento histórico-político-intelectual de bastante efervescência. À parte isso, como é fato conhecido, o próprio ambiente onde Weber cresceu era particularmente instigante, tendo em vista os contatos de sua família com proeminentes políticos e intelectuais de sua época.

A Alemanha, tanto no período que antecede à virada do século como no que a segue, passa por um momento bem diferenciado frente a outras nações européias, mais propriamente Inglaterra e França, que viveram profundas alterações socio-políticas e econômicas que ainda ressoavam nesse período. Transformações estas que serviram como base empírica para inspirar o pensamento econômico, filosófico, sociológico e político do período.

A revolução industrial vivida pela Inglaterra, por exemplo, inspira toda literatura econômica, política e sociológica de cunho historicista que vê nessas transformações uma razão transcendental teleológica que corresponde a um fluxo natural a que as relações socio-econômicas estariam submetidas. Tais razões poderiam obedecer tanto à condução de mãos invisíveis do mercado como a resolução histórica de contradições conflituais polarizadas entre capital e trabalho.

A França, por sua vez, já há um século realizara uma profunda transformação de cunho político centrada nos ideais republicanos baseados na idéia de igualdade e liberdade. As reformas políticas nesse país ilustram, inspiram e se inspiram em importantes correntes filosóficas de Rousseau a Hegel. Então, do mesmo modo que na interpretação das transformações no sistema de produção e relações de trabalho inglesas, a interpretação filosófica dessas transformações sustentava-se ou na adequação histórica do homem à sua natureza (no caso de Rousseau, por exemplo), ou na adequação das formas políticas a um processo racionalizante inerente à própria história (como aparece na obra de Hegel).

A investigação sociológica, por sua história recente, também buscava uma identidade firmando-se, como as demais, sob influências das perspectivas acima citadas. Destacam-se o evolucionismo de Spencer, o positivismo comteano (versão sociológica da filosofia da história hegeliana) e até mesmo os estudos socio-econômicos e históricos de Marx, que via no desenvolvimento conflituoso das contradições políticas o caminho natural do ser humano em busca de sua efetividade. Tal movimento intelectual não poderia ficar sem resposta pelo pensamento sociológico alemão, uma vez que a própria situação da Alemanha no período não correspondia aos modelos até então propostos pelos pensadores franceses e ingleses. Para Pietro Rossi:

Uma vez rechaçado o pressuposto positivista de uma ordem necessária de leis sociais que a sociologia deve determinar e que permitiria uma previsão infalível dos fenômenos da sociedade, e rechaçada, por tanto, a analogia comteana entre física e sociologia, a cultura alemã atribuía à investigação sociológica a tarefa de analisar as formas típicas de relação social, tal como pode resultar da consideração do modo de vida do homem em sociedade que se tem configurado em diversas épocas (ROSSI, 1973, p 11-12).

Levando em consideração esse contexto, é necessário observar que a Alemanha não vivera transformações históricas tão profundas, e talvez esta situação tenha contribuído para uma resistência intelectual, principalmente no campo da história e da sociologia, tanto ao historicismo quanto a interpretações de fundo naturalista. A coexistência de uma monarquia constitucional, de uma aristocracia fundiária em decadência mas ainda influente e a inexistência de uma liderança burguesa industrial gerava um quadro de crise de identidade política frente a uma Europa que se modernizava tanto política como produtivamente. A resistência da aristocracia fundiária *junker* que representava um resquício da sociedade feudal, um parlamento atrelado e sem representatividade, a ausência tanto de um proletariado ativo como de uma burguesia capaz de lutar pelos seus interesses contradiziam as interpretações que pareciam adequadas para interpretar a história anglo-francesa (GIDDENS, 1998).

A obra de Weber figura nesse cenário. Não é a toa que seus primeiros estudos versavam sobre a estrutura fundiária. Ao investigar a situação agrária alemã, baseada em latifúndios, tendo como centro o domínio *junker*, Weber encontra elementos para duvidar de um fluxo natural da história e dar crédito a idéia de uma sociedade articulada sobre uma estrutura de valores culturais muito mais sólidos e determinantes que supunham as outras vertentes já citadas.

Assim, uma tônica na obra do autor é a importância dada à investigação de valores subjetivos que norteiam as ações humanas, orientam comportamentos e atitudes e determinam os rumos do fluxo histórico. Uma consequência imediata dessa posição é um desvinculo desse pensamento a qualquer estrutura transcendental inter-histórica que não seja os próprios valores engendrados pelos homens em suas inter-relações sociais. Por decorrência, as ações humanas perdem qualquer referência moral que não seja forjada por ela própria; e a sociologia, por sua vez, é destituída da capacidade de produzir juízos valorativos que não sejam exclusivamente os eleitos pelos próprios sujeitos sociais. Mas é importante, antes de entrar mais diretamente nas características da sociologia weberiana, deter-se um pouco ainda no movimento intelectual em torno do qual o autor circulava e que teve influência marcante na definição das características de seu modelo analítico.

ALGUNS AUTORES E IDÉIAS DO CÍRCULO INTELECTUAL

Uma preocupação do círculo intelectual no qual Weber participava e debatia marca-se pela reação ao historicismo por um lado e ao positivismo por outro. Por uma via rejeitava a idéia da história humana como um movimento conduzido por meta-estruturas lógicas inter-históricas às quais a humanidade tenderia, naturalmente, a adaptar-se. Em contrapartida, nega à história e cultura humana uma característica organizacional positiva implementada historicamente por um progressivo movimento de adaptação à racionalidade imanente ao mundo.

É bastante importante nesse conjunto de idéias a influência do pensamento de Dilthey (1833-1911). Esse autor rompe o caráter teleológico da história ao ver nela um sentido exclusivamente atribuído pelo homem. Para ele a história não ocorre por si só, mas exclusivamente pela ação humana. Assim, os fluxos de sentido histórico só encontrariam alguma objetividade na ação do sujeito histórico. Dessa forma a referência a um sentido é sempre uma referência ao comportamento do homem inserido no universo social. Para Dilthey, a compreensibilidade de tais ações residiria no aspecto interativo da existência social e num certo grau de objetividade que esta interação exige. Segundo Gabriel Cohn: "A história é suscetível de conhecimento porque é obra humana, nela o sujeito e o objeto de conhecimento formam uma unidade (...) nesse passo chega-se à formulação final do esquema de Dilthey. Seus elementos são: vivência, expressão e compreensão" (COHN, 1979 p.18).

Ganha espaço assim no cenário da pesquisa a idéia de indivíduo como célula efetivadora do sentido de processos históricos. Unidade que abriga e executa sentidos socialmente engendrados e acatados no processo de existência social. Desse modo, não interessa à pesquisa histórica processos psíquicos mais profundos, mas sim aqueles recursos postos a funcionar na perspectiva de interação e efetivação de ações coletivas. Ainda segundo Cohn:

trata-se do recurso à noção de *portador*, pela qual o indivíduo aparece como ponto de convergência e sobretudo de realização efetiva de linhas possíveis de elaboração significativa e de ação, sem que, no entanto, os processos que conduzem a estes resultados possam ser reduzidos àquilo que ocorre no interior do seu sistema psíquico. Interessa sempre que esses resultados se exprimem de alguma maneira, são relevantes para outros e, por essa via, ganham caráter 'objetivo' (COHN, 1979, p. 29).

Assim, na relação entre a obra de Dilthey e Weber é importante, guardando peculiaridades importantes, fazer menção à idéia do "*sentido*" presente na ação social. Este sentido não é transcendental ou teleológico, mas atribuído a ela pelos

próprios sujeitos sociais em seu processo de “vivência”. O portador desse sentido, em última instância, é o “*indivíduo*” que, em seu processo de interação, empresta objetividade à abstração da história no plano mais geral. O recurso metodológico da sociologia é então a “*compreensão*” desses atos carregados de sentidos intersignificativos e portanto passíveis de inteligibilidade por parte do observador. Mas não foi Dilthey o único intelectual a compartilhar com Weber algumas idéias: a obra de Simmel deixou um importante legado à obra do autor em questão, como será mostrado adiante.

Para Simmel (1858-1918), o conhecimento histórico social é marcado pelo caráter fragmentado, bem como pela inexistência de princípios totalizadores. Assim, o universo social constitui-se como um campo empírico onde se manifestam fluxos comportamentais fluidos protagonizados por entidades individuais e que só parcialmente se interconectam. A atividade social é assim só em parte compreensível, pois parte dela perde-se em processos empáticos individuais que não se materializam como conexões interativas compreensíveis. Desse modo, não é o indivíduo a unidade última de análise mas sim os fluxos simbólicos onde se materializam parcial e dinamicamente os processos interativos significativos. Daí, como instrumento de captação desses fragmentos relacionais dotados de sentido, surge à noção de “forma”, reapropriada posteriormente por Weber na idéia do “tipo”. A idéia de “forma” ganha importância e estabelece uma conexão entre os dois autores, também pelo fato de servir como meio de resguardar do distanciamento necessário entre o observador e o fenômeno observado, princípio que, como será apontado adiante, é tão caro à obra de Max Weber.

Outros autores importantes que participam simultaneamente das discussões em que ganha forma a sociologia weberiana são Windelband (1848-1915) e Rickert (1836-1936). As preocupações do primeiro versam em torno de uma caracterização apropriada para as ciências histórico-sociais. Dessa discussão ressalta-se a idéia de diferenciar dois modelos científicos: um que se dirigisse a leis capazes de explicar o número mais geral de fenômenos, no caso das ciências naturais, e outro preocupado em compreender fenômenos específicos e irrepetíveis, como é o caso dos fenômenos culturais. Com respeito à Rickert, além dessa mesma discussão acerca das características das ciências histórico-sociais, ganha importância também à noção de cultura como universo significativo onde os homens vivem e encaminham seu processo particular e único de existência. Essa perspectiva atribui aos fenômenos histórico-culturais uma característica particular que pode ser entendida como fluxos fragmentados de acontecimentos significativos únicos que se realizam numa totalidade complexa e inatingível num plano mais geral, o que descarta princípios nomológicos generalizantes fundamentais às ciências da natureza.

Weber, no mesmo período, defronta-se com essas questões, o que pode ser encontrado no seu artigo sobre “A objetividade cognoscitiva da ciência social

e da política social", de 1904. Nesse ponto, tanto o debate sobre a cultura como sobre os problemas metodológicos que sua investigação implica são tratados com profundidade e definem a posição weberiana sobre essa temática. No entanto, antes de tratar dessas questões, é necessário introduzir-se em alguns conceitos básicos da sociologia de Max Weber.

A SOCIOLOGIA DE MAX WEBER

Como dito, o objeto, por excelência, no qual se aplica o conhecimento sociológico é o universo cultural. Pode-se entender cultura nessa referência como um complexo de atos simbólicos que se inter cruzam, parcialmente articulados, no qual sujeitos em interação social vivenciam ações e relações sociais que, através desses portadores, ganham sentido e são passíveis de compreensão.

A cultura e, portanto, a história, não têm um sentido externo ou qualquer mecanismo intrínseco que lhe atribua qualquer direção ou valor. Ela acontece e ganha sentido nas ações humanas de caráter social que são carregadas de intencionalidade e, assim, de sentido. Afasta-se, desse modo, a metodologia weberiana tanto de uma perspectiva historicista de caráter hegeliano, e mesmo marxista, como de perspectivas naturalistas na linha de Spencer ou do positivismo comteano.

A própria idéia de um conhecimento nomológico na sociologia deve ser tratada com certo resguardo, uma vez que essa perspectiva não vê o fluxo dos acontecimentos empíricos como mono causais, ou sujeitos a estruturas causais rígidas. Ao contrário, as ações sociais em geral são multideterminadas, e a história não acontece senão pelo conjunto de atos humanos mais ou menos programados, sendo, portanto, irrepetível e imprevisível no seu decurso geral. Ocorre que os sujeitos em seus empreendimentos empíricos de caráter social imprimem intencionalidades às ações, atribuindo, assim, sentido e tornando, em contrapartida, este sentido compreensível para o observador. Nas palavras de Cohn, este processo se dá do seguinte modo:

...como os homens criam valores e são capazes, em função destes, de atribuir significados à sua conduta, está aberto o caminho não só para a racionalidade da ação como também pelo seu conhecimento pelas vias racionais próprias ao método científico. O estabelecimento de relações causais entre cursos de ação está, portanto, intimamente ligado à questão da racionalidade da própria ação. Mas, como a circunstância das ações terem causas não deriva de quaisquer atributos intrínsecos ao mundo mas da própria capacidade dos homens de criarem a racionalidade como valor e orientarem suas ações em consonância com isso, fica de pé a idéia de que a causalidade não é a marca da servidão dos

agentes às exigências “objetivas” mas da sua própria liberdade (COHN, 1979, p. 82).

Como se pode observar, a questão dos valores ganha uma importância fundamental nesse modelo. Não se tratam de valores absolutos ou metafisicamente fundados. Tratam-se de construções sociais subjetivas através das quais os sujeitos sociais constroem e orientam suas ações. Pode-se concluir, desse modo, que é o indivíduo a única entidade que dá caráter objetivo para essas constelações valorativas. Não obstante, não é ele o objeto da investigação, mas sim sua capacidade de orientar-se conforme predisposições subjetivas socialmente engendradas.

Sendo tais constelações valorativas, em um determinado nível, de cunho coletivo, ou seja, que buscam estabelecer conexões de alguma espécie entre indivíduos interagentes, é “natural” que ofereçam algum acesso à compreensão. Tal compreensão aplica-se às articulações integradas através de algum tipo de racionalidade e que dão a essas ações um sentido que extrapola, também em certo nível, a orientação do individual, do sujeito que as implementa. Em outras palavras, a interação entre os indivíduos socialmente integrados faz com que o sentido de suas ações ganhem um caráter simbólico mais ou menos inteligível, tanto com respeito aos indivíduos interagentes como ao pesquisador que quer desvendar as articulações racionais e o sentido dessas ações.

Este caráter gera conseqüências relacionadas também ao tipo de conhecimento possível à sociologia. Como já foi dito, as ações sociais são de características multicausais. Do mesmo modo a causalidade agregada a uma ou a um conjunto de ações é sempre relacionada ao conjunto de intencionalidades que movem seus atores. Assim, por um lado, a pesquisa move-se sempre como uma captação parcial de um fenômeno multicomplexo e passível de determinações também múltiplas com limites fluidos entre si. Por outro lado, é importante perceber que as causalidades percebidas não são, em absoluto, imanentes aos fenômenos em decurso, mas sim engendradas por seus sujeitos em seu processo de ação. Assim, o observador jamais tem acesso à totalidade das motivações envolvidas numa ação. Antes disso, elege uma articulação específica a partir de seus próprios critérios de percepção da mesma. Além disso, parte do conteúdo simbólico das articulações causais implementadas por agentes sociais é de caráter endógeno aos sujeitos envolvidos e, portanto, inacessíveis ao conhecimento sociológico. A sociologia, assim, investiga fluxos parciais de acontecimentos empíricos tentando reconstruir o sentido subjetivo atribuído e implementado por seus sujeitos. Esse processo “seletivo” inerente à investigação sociológica não só atribui certa especificidade a este tipo de conhecimento como incita questões relativas à objetividade possível a este tipo de pesquisa. Assim, o recorte feito no universo empírico sempre fica matizado por um conteúdo subjetivo próprio ao pesquisador. Este, por sua vez,

deve vigiar essa tendência e resguardar-se através do conhecimento histórico exaustivo em torno do objeto em questão. Essa questão é assim explicada por Rossi:

... a totalidade das relações de causa e efeito das que depende a ocorrência de um fenômeno é conceitualmente inesgotável, o campo de investigação dentro do qual se move a investigação deve ser limitado sobre a base de uma seleção; e esta se encontra ligada ao ponto de vista específico desde o qual se realiza a investigação. A explicação se restringe, portanto, a uma série *finita de elementos*, determinada em cada caso sobre a base de certo ponto de vista, e deste modo se *desenrola seguindo uma certa direção particular de relações entre fenômenos*, abstratamente isolada das outras direções possíveis de investigação (WEBER 1973, p. 23).

Como visto até aqui, o objetivo da sociologia compreensiva é, nas palavras do próprio Weber, “uma ciência que pretende entender, interpretando-a, a ação social para dessa maneira explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos. Por ‘ação’ deve-se entender uma conduta humana (...) sempre que o sujeito ou os sujeitos enlacen a ela um sentido subjetivo. A ação social, portanto, é uma ação onde o sentido mentado por seu sujeito está referido à conduta de outros, orientando-se por seu desenvolvimento” (WEBER, 1979, p. 5). Como afirma a citação acima, o “sentido” é portado unicamente pelo indivíduo, e, sobre este, ele próprio não tem uma consciência ou controle absoluto. A maneira de acesso que o sociólogo tem a este sentido *mentado* é por meio das articulações racionais e compreensíveis que esse mesmo sujeito ou conjunto de sujeitos interagentes atribuem a elas. Não obstante, sabe-se que essas articulações podem ser múltiplas, fluidas entre si, e de formas variadas de determinação. Assim, qual seria o instrumento de captação desses sentidos?

O instrumento eleito por Weber é a construção de “tipos” que seriam modelos de ação lógico ideais que permitiriam uma forma de “observar” e “medir” a ação. Um tipo ideal não procura ser uma descrição ou a reprodução da ação observada. É uma construção artificial engendrada logicamente que tem a função de parâmetro avaliador entre uma conexão causal racional e artificialmente montada e uma ação empreendida pelos sujeitos sociais a partir de seus recursos de planejamento e implementação. Segundo Weber:

Constitui este um quadro conceitual que não é a realidade histórica, ao menos não a verdadeira, e que muito menos está destinado a servir como esquema sob o qual deve subsumir-se a realidade como ‘espécime’, senão que, em troca, tem significado de um conceito limite, puramente ideal, a respeito do qual a realidade é medida e comparada a fim de esclarecer

determinados elementos significativos de seu conteúdo empírico. Tais conceitos são formações nas quais, por aplicação da categoria de possibilidade objetiva, construímos conexões que nossa fantasia, disciplinada e orientada em vista da realidade, julga adequadas (WEBER, 1973, p. 83).

Vista por esse prisma, a sociologia não deixa de ser uma reconstrução ficcional rigorosa da realidade observada sempre com uma relação parcial (tangencial) entre o conteúdo conceitual construído pelo cientista e o universo empírico que o mesmo busca compreender. É natural, assim, que algumas ações sejam passíveis de maior compreensão que outras. Weber identifica quatro modelos básicos de orientação para as ações: a motivação racional com respeito a valores ou fins, a motivação tradicional, a motivação carismática e a motivação afetiva.

Nas ações racionais com respeito a valores ou fins, o sujeito busca articular o mais racionalmente possível a correlação entre meios, fins ou causas envolvidas. Desse modo, permitem um alto grau de compreensão por parte do investigador que consegue captar e compreender tais valores ou fins. Nas ações motivadas pela tradição, o sujeito apóia-se em crenças consideradas legítimas, não por uma compreensão de seu significado, mas pelo valor da tradição em que se fundamentam e apóiam desde sempre. Nesse caso, por envolver motivações de cunho mais íntimo e relacionadas à fé pessoal, a compreensão dessas ações se coloca num nível de possibilidade inferior à anterior. As ações carismáticas fundamentam-se em perspectivas contrárias às tradicionais. A força de suas motivações parte do novo, do extraordinário que as mobiliza. A crença na santidade ou no heroísmo do elemento motivador é à base de seu empreendimento. A possibilidade da compreensão de seu sentido é limitada pelos mesmos motivos relacionados à ação tradicional. No limite das ações consideradas sociais e de compreensão mais precária, encontram-se as ações motivadas por questões de fundo afetivo, o que dificulta a reconstrução lógica típica, inviabilizando, por conta disso, a compreensão por essa via. Tais comportamentos, no entanto, como já foi dito, não apresentam limites rígidos entre si, sendo completamente fluidos. Um mesmo indivíduo pode, em determinadas situações agir orientado racionalmente, e num outro, a partir de perspectivas tradicionais, acatar o carisma de um eventual líder que venha a seguir. Tal situação, no entanto, não invalida o esforço de compreensão sociológica, que, com já foi dito, preocupa-se com fragmentos da realidade e não com a história em seu processo geral, como já foi dito por Gabriel Cohn:

Há um sentido na ação, mas não há um sentido imanente à história, não porque ela seja insensata (assim formulada esta questão nem se coloca para a ciência), mas porque não tem um sentido único e inequívoco. Os múltiplos

sentidos da história constituem-se atrás das costas dos agentes, a partir de ações que para eles esgotam seu significado em suas relações singulares. Entre sentido da ação e sentido da história há um hiato insuperável; e como não há sentido senão na ação efetiva, não há como realizá-lo no plano totalizador de uma história da humanidade, pois esta simplesmente não existe (...) (COHN, 1979, p.143).

Essas construções motivacionais apresentadas por Weber são tipológicas, isto é, artificiais. Como já dito, a realidade apresenta-se como multiplicidade fluida e confusa de onde o cientista tenta resgatar, captar conteúdos significativos organizados de maneira mais ou menos lógicos pelos seus protagonistas interagentes, buscando “compreendê-los em seu desenvolvimento e efeitos”, como afirma o próprio Weber. Nunca é demais ressaltar que essas construções são conceituais e visam tipificar, de modo ideal, a racionalidade que o cientista julga predominante na orientação da ação. Este é o papel da ciência compreensiva e não fazer previsões sobre o futuro ou tampouco atribuir juízos valorativos sobre as ações dos agentes sociais. Quando muito a sociologia pode alertá-los sobre conseqüências imprevistas às quais os métodos utilizados pelos atores podem conduzi-los.

Assim, o que o pesquisador busca é captar as orientações de sentido. Essas orientações podem dar-se num grau mais endopático, como ocorre nas motivações carismáticas e tradicionais (e até no limite da ação social que é a ação afetivamente orientada) ou racionalmente mais explícitas, como no caso das ações racionais. De acordo com essas caracterizações, uma ação, segundo a definição do autor em questão, pode orientar-se por diferentes ordens. Essas podem ser, por um lado, motivadas por crenças de ordem tradicional ou carismática. Nelas, há a observância motivada pelo sentimento de pertença a um determinado grupo cujo desvio de determinadas ordens aceitas provocaria certas sanções indesejáveis. Por outro lado, podem ser motivadas por uma atitude racional. Esta procura evitar sanções previstas por codificações normativas racionalmente prescritas e outorgadas a partir de critérios previamente estipulados e garantidos por uma força pública de coerção.

Weber distingue essas orientações como convenção e direito. O próprio autor ressalta no entanto que, “naturalmente, o trânsito da convenção válida ao direito é absolutamente fluida” (Weber, 1979, p. 24). A força íntima que garante uma convenção ou o acatamento a uma ordem racionalmente normatizada vai depender de um outro critério. Tal critério é a idéia de legitimidade. Para Weber, “a ação, em especial a ação social e também singularmente a relação social, podem orientar-se, por parte de seus participantes, na representação da existência de uma ordem legítima. A probabilidade de que isto ocorra se chama ‘validade’ da ordem

em questão” (1979, p.25). Ainda segundo o autor:

Uma ordem sustentada somente por motivos racionais de fim é, em geral, muito mais frágil que outra que provenha de uma orientação mantida unicamente por força do costume, por arraigo de uma conduta; a qual é, de forma mais freqüente, uma atitude íntima. Porém, é muito mais frágil comparando aquela ordem que apareça com o prestígio de ser obrigatório e modelo, com a que apareça com o prestígio da legitimidade. O trânsito da orientação de uma ordem inspirada em motivos racionais de fins ou simplesmente tradicionais à crença em sua legitimidade é, naturalmente, completamente fluido (WEBER, 1979, p. 26).

Essas ordens, como já deve estar subentendido, tendo em vista as questões acima comentadas, aparecem de forma isolada e depurada apenas em construções conceituais idealizadas tipificadamente. Na realidade, porém, ordens de sentido distintos podem conviver, e um mesmo indivíduo pode observar e conviver com orientações de ordens distintas e até mesmo contraditórias.

Para o autor, uma determinada ordem pode estar garantida: de maneira puramente íntima (puramente afetiva: por entrega sentimental; racional com respeito a valores: pela crença em sua validade absoluta, como expressão de valores supremos geradores de deveres –morais, estéticos ou de qualquer outra sorte; religiosa: pela crença de que de sua observância depende a existência de um bem de salvação); também (ou somente) pela expectativa de determinadas conseqüências externas, ou seja, por uma situação de interesses; por expectativas desse determinado gênero (WEBER, 1979, p. 27). A partir dessas diferenciações, Max Weber distingue as ordens entre convenção e direito. A observação da primeira refere-se ao receio de uma reprovação geral entre o grupo de convivência, e a segunda é observada tendo em vista a possibilidade de coerção exercida oficialmente em nome de poderes formais instituídos. Weber chama atenção, no entanto, que: “Uma falta contra a convenção (costume estamental) se sanciona, com freqüência, com muito mais força que a que pudera alcançar qualquer forma de coação jurídica, por meio das conseqüências eficazes e sensíveis do boicote declarado dos demais membros do próprio estamento” (WEBER, 1979, p. 28).

Assim, as orientações de ações podem ser tipificadas segundo modelos ou ordens de natureza distinta que, embora podendo ocorrer de forma confusa e fluida, são recortadas do fluxo dos acontecimentos empíricos pelo observador que procura revelar as características do “tipo” específico em questão para assim tentar compreender o sentido e a orientação que determinada ação possui e poderá atingir. Como dito, a orientação pode ser de cunho moral ou convencional, baseada em tradição, fé, carisma, ou em função da crença na legitimidade de certas normas estabelecidas positivamente. Tal validade para Weber fundamenta-se na crença dessa

legalidade ser entendida como legítima “em virtude de um pacto dos interessados, ou em virtude do ‘outorgamento’ por uma autoridade considerada como legítima e de submetimento correspondente” (WEBER, 1979, p. 32). Por fim, mais uma vez é pertinente lembrar que tais ordens são tipificações e que a realidade se apresenta sempre confusa de maneira que essas ordens distintas e até mesmo conflituosas podem aparecer simultaneamente motivando o mesmo agente ou conjunto de agentes. Da mesma forma tal situação, em que ordens conflitantes se confrontam na relação entre agentes e espaços sociais comuns, pode levar a situações litigantes nas quais uma oriente comportamentos inadequados de acordo com a orientação de outra. Tal situação pode levar a um confronto de orientações e legitimidades em que os agentes sociais são levados a fazer opções e tomar partidos que possam ferir uma ou outra ordem distinta. Pode configurar-se então uma situação de crise de legitimidade capaz de conduzir esses agentes a uma relação de confronto tanto com companheiros do próprio grupo como contra as instituições responsáveis pelo resguardo das normas outorgadas.

A sociologia weberiana firma-se assim como um vigoroso instrumento de análise da sociedade tanto no que tange a compreender as ações e normas aceitas como legítimas como as condutas que decorrem da perda de legitimidade de ações e normas ocorrentes em situações de crise. De acordo com Gabriel Cohn, a sociologia weberiana oferece um potente instrumento de análise:

(...) o esquema weberiano tal como foi aqui exposto, constitui poderoso instrumento de análise sempre que se trate de trazer a tona à dinâmica de interesses, de orientações da ação e de relações de força num momento particular de um processo em curso, sobretudo em situações de crise, ou seja, quando as legalidades próprias de diferentes esferas de ação apresentam descompassos que demandam decisões fortes de agentes sociais (COHN, 1979, p. 148).

NOTAS

¹Paulo Roberto Azevedo - Doutor em Sociologia Pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, PR e-mail: azevedo-pr@uol.com.br

REFERÊNCIAS

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**. Fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo, Ed. Queros, 1979.

A sociologia Weberiana: aspectos históricos teóricos e metodológicos

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

ROSSI, Pietro. Introducción. In.: WEBER, Max. **Ensayos sobre metodología sociológica**. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida melhor. In VELHO, Otávio (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WEBER, Max, **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 1979.

_____ **Economia y sociedad**: esbozo de sociologia comprensiva. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica de Argentina, 1979.

_____ **Ensayos sobre metodología sociológica**. Buenos Aires, Amorrortu Editores, 1973.

Artigo recebido para publicação em 19 de agosto de 2011

TRANSFORMAÇÕES SOCIOCULTURAIS E ESPACIAIS NO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UM PROCESSO DE COLONIALIDADE

Sirlei Ana Falchetti¹

RESUMO: O presente trabalho teve por objetivo analisar a percepção de atores sociais do município de Sinop/MT, sobre o processo de colonização ocorrido na região a partir da década de 1970, resultado de ações do Estado e iniciativas privadas. A pesquisa, de caráter essencialmente qualitativo, foi realizada por meio de uma pesquisa de campo, onde foram coletados os dados empíricos, com atores sociais chaves da sociedade, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e também de pesquisa bibliográfica sobre os principais conceitos de colonialidade, impacto ambiental e histórico de ocupação do município de Sinop. A análise de conteúdo foi o método utilizado para realizar a análise dos dados coletados. Os resultados mostram que na percepção dos atores sociais, a ocupação do espaço pautou-se na política do Estado de ocupação dos espaços vazios da Amazônia Matogrossense e na apologia ao lema Integrar para não entregar. A colonização, um processo que faz parte de um contexto histórico de políticas estratégicas de ocupação da Amazônia, na qual, a colonização privada foi a principal responsável pela transformação dos espaços na Amazônia matogrossense.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialidade, poder, Amazônia matogrossense, desenvolvimento capitalista.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the perception of social actors in the city of Sinop / MT, about the process of colonization in the region, occurred from the 1970s, a result of state actions and private initiatives. The qualitative research was conducted through a field research, where empirical data were collected, with relevant social actors in society, using semi-structured interviews as well as literature on the main concepts of coloniality, environmental impact and history of the occupation of the city of Sinop. Content analysis was the method used to perform analysis of data collected. The results show that the perception of social actors, the occupation of space was based on the state's policy of occupation of empty spaces in the Amazônia Matogrossense Amazon and apology to the motto: Integrating to not deliver. Colonization, a process that is part of a historical context of strategic policies of occupation of the Amazon, in which the private colonization was primarily responsible for the transformation of spaces in the Amazônia Matogrossense Amazon.

KEY-WORDS: Colonialism, power, Amazônia Matogrossense, capitalist development.

INTRODUÇÃO

Os objetivos do Estado brasileiro em colonizar as terras localizadas no interior do Brasil são antigos, com projetos desenvolvidos na primeira metade do século XX. Em seus dois mandatos governamentais, o Presidente Getúlio Vargas (1930 – 1945 / 1951 -1954) já anunciava um projeto de “Marcha rumo ao oeste”, que mais tarde foi impulsionado pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1960) com a construção de Brasília no Centro Oeste e pelo plano de levar a “indústria para o campo”, ou seja, em sua plataforma de governo, “interiorizar o desenvolvimento” (ARBEX JR., 2005, p. 33).

A Marcha para o Oeste, iniciada em 1938, demonstrava as preocupações da ocupação dos grandes espaços vazios da Amazônia, mas as maiores preocupações, além da ideológica e autoritária “unidade nacional e integração”, eram as questões de segurança interna.

Em 1953, ainda no governo de Getúlio Vargas, foi criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ao qual o governo de Juscelino Kubitschek acrescentou o I Plano Quinquenal (1955-1960), dando início ao plano desenvolvimentista, marcando a história do Brasil a partir dos anos 60 (ARBEX JR., 2005, p. 35).

No período militar, (1964 – 1985) os objetivos econômicos sustentavam-se na ideologia capitalista, pautada no binômio político de segurança e desenvolvimento. Para tal, o Estado ajustou sua política e estratégias de ações, buscando incrementar a economia interna. Utilizando-se do lema *Integrar para não entregar*, o governo militar intensifica a política de alargamento das fronteiras e a expansão agrícola, dentro de sua política desenvolvimentista incidente na segunda metade dos anos 50, culminando em 1966 com a instituição da Amazônia Legal e a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Contudo, enfatiza-se que para o desenvolvimento da região amazônica, a implantação de importantes malhas viárias que seriam os pontos de ligação entre as “áreas industrializadas e economicamente desenvolvidas” com a “grande fronteira de recursos do país” foram pontos essenciais para sua política de expansão (ARBEX JR., 2005, p. 35 e 36).

O estado de Mato Grosso, a partir dos anos 1970, recebe intensos incentivos para que sua parte norte fosse colonizada, região ainda pouco explorada e coberta pela Floresta Amazônica, principalmente pela região definida como Amazônia Legal. Octavio Ianni (1979, p. 48) diz que a ideia de “vazio demográfico” era uma concepção dos governantes, e que a região deveria ser ocupada pelo “poder nacional”, segundo tal concepção.

Os incentivos e planos do Governo Federal eram fortemente apoiados por abundante propaganda divulgada no sul do país, apontando a região norte

matogrossense como um local de terras férteis, com fartos incentivos fiscais e financeiros do Estado.

Muitos programas compunham os planos de expansão da Amazônia, já no início da segunda metade do século XX, mas os programas mais expressivos tiveram início nos anos 70, quando a malha viária foi expandida na região, o que efetivamente provocou o seu povoamento.

Com o desenvolvimento do PIN – Plano de Integração Nacional, que previu a construção da BR-163, a colonização da Amazônia matogrossense deflagra a sua explosão demográfica. No projeto da construção da BR-163, foram construídos 1.777 quilômetros de estradas, ligando a capital de Mato Grosso, Cuiabá ao porto de Santarém, no Pará. A rodovia foi concretizada, porém a pavimentação ainda está em processo de conclusão.

No período de 1950 a 2000, *enquanto o Brasil apresentou um* crescimento populacional de 226,4%, a região Centro-Oeste apresentou um crescimento de 657,8%, sendo uma das regiões que mais recebeu migrantes em virtude da fronteira agropecuária (GIRARDI, 2008). A política de expansão para o norte do Brasil, em especial para o Centro Oeste, na década de 1970, com políticas de fomento voltadas para a região, estimulou inúmeros migrantes a desbravarem as novas terras, supostamente férteis, mas abundantes em riquezas naturais do solo amazônico, buscando melhores condições de vida.

Considerando o processo acelerado de ocupação das terras norte matogrossenses, a alteração da paisagem mudou rapidamente: de selva a plantações, de selva a cidades, de selva a boiadas!

Após a década de 70 do século XX, foram criados no estado de Mato Grosso mais de cem novos municípios. No ano de 2010, o estado tinha 141 (cento e quarenta e um) municípios. Dentre as maiores cidades do estado, encontra-se Sinop, com uma população de 113.082 habitantes, segundo dados do IBGE (Censo Sociodemográfico de 2010), a quarta maior cidade do estado em termos populacionais e econômicos.

Considerando o processo acelerado de ocupação da região norte do estado de Mato Grosso, geridos por um contexto histórico e políticas desenvolvimentistas e de expansões das fronteiras agrícolas, o presente trabalho teve como objetivo analisar a concepção de atores sociais sobre o processo de colonização do município de Sinop, visualizando as situações relacionadas à dominação, poder e desenvolvimento.

A pesquisa foi realizada na cidade de Sinop/MT, localizada na região centro norte do estado, às margens da BR-163, no quilômetro 505. O município possui uma **extensão territorial de 3.942 km²** e sua densidade demográfica é de 28,64 hab/km² (a média no Brasil é de 22,11 hab./km²). O PIB do município total é de R\$ 1.733.747,00 e o PIB *per capita* é de R\$ 15.688,17 (IBGE, 2007, 2010;

Prefeitura Municipal de Sinop, 2010).

Integrante do Bioma Amazônico, o município encontra-se em uma área de transição do cerrado para a floresta Amazônica. Em vista da riqueza de madeira de lei para exploração, o município teve grande parte de desmatamento acumulado nos 20 primeiros anos de sua colonização. O município está assentado sobre a Bacia do Rio Teles Pires, na unidade geomorfológica do Planalto dos Parecis. O município é banhado por vários rios e riachos que fazem parte da Bacia Amazônica (Prefeitura Municipal de Sinop, 2008).

Dentre sua rica flora, destacam-se madeira de boa qualidade, exploradas comercial e industrialmente. A fauna também é variada e rica, com espécies típicas da região Amazônica. Tanto a fauna quanto a flora são espécies em processo contínuo de diminuição, ao mesmo tempo em que avançam as edificações e propriedades agrícolas e pecuárias.

Está a uma altitude de 384 metros e possui um clima tropical quente-úmido, com temperatura média de 28°C. Tem duas estações definidas, uma estação chuvosa e uma estação seca, que coincide com o inverno. O período da seca varia de 3 a 5 meses e ocorre entre maio e setembro. As maiores precipitações pluviométricas são registradas nos meses de janeiro e fevereiro (Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável, 2002).

Apresenta um relevo levemente ondulado, propício para o desenvolvimento da agricultura mecanizada e pecuária, com solo argiloso e pequenas áreas arenosas. Seu processo dinâmico de colonização provocou a destruição de boa parte da fauna e flora da região. Atualmente, a cidade é denominada *A Capital do Nortão!*

A presente pesquisa foi realizada a partir de uma estratégia de estudo de campo, de natureza exploratória. A abordagem da pesquisa quanto à natureza dos dados foi qualitativa. Para Maria Cecília Minayo (2000), a pesquisa qualitativa tem a habilidade de incorporar os significados como inerentes aos atos, relações e estruturas sociais. A pesquisa qualitativa busca explicar as relações sociais, o cotidiano, a vivência e a explicação do senso comum.

Para a coleta de dados de campo foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados. Dessa maneira, foram realizadas observações e diferenciais em cada entrevista. Foram realizadas dezenove entrevistas, no período de 02 de fevereiro a 10 de junho de 2010. Os atores-chave selecionados para este estudo foram pessoas que representassem alguma entidade, órgão ou associação de classes, da esfera privada e da esfera pública e pessoas que acompanharam o desenvolvimento do município, representado por primeiros moradores, dessa maneira expressando opiniões e percepções de diferentes grupos sociais. Por meio das entrevistas ocorreu uma maior interação entre os atores-chave e o pesquisador, sendo que no decorrer da conversa emergiram posicionamentos, por meio dos quais pode-se compreender

aspectos da identidade da pessoa e de suas percepções.

As análises dos resultados dos dados coletados foram por meio da análise de conteúdo. Para Laurence Bardin (1977) a análise de conteúdo se constitui de um conjunto de técnicas que por meio da comunicação dos indivíduos – palavras, frases, expressões - utilizando-se procedimentos sistemáticos, o analista pode inferir as questões repetitivas e expressões que as representem, segundo os passos de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, tendo-se como parâmetros palavras-chaves definidas para o estudo, tais como colonização e colonizador, ocupação, dominação, Estado, ambiente e progresso.

O PROCESSO DE COLONIALIDADE NO NORTE MATOGROSSENSE

A história do processo de ocupação das terras localizadas ao norte do estado de Mato Grosso faz parte de um contexto histórico, de um momento da política de expansão econômica no Brasil, desvendando uma ação apresentada por Quijano (2005) de colonialidade, num contexto de globalidade. A colonialidade, ou mesmo as expressões de um sistema mundial imperial refletem-se nas ações de dominância e poder dado no processo de colonização de espaços da Amazônia Legal, no norte matogrossense.

Aníbal Quijano (2005), ao realizar suas pesquisas de colonialidade na América Latina, a retrata como parte integrante do mesmo padrão de poder que domina o mundo. O autor diz que “Aqui se configuraram e se estabeleceram a colonialidade e a globalidade como fundamentos e modos constitutivos do novo padrão de poder” (QUIJANO, 2005, p. 9).

Quijano (2005) apresenta um sistema global capitalista que traz em seu bojo duas vertentes, sejam de colonizadores e colonizados, de impérios e dominados, e na divisão social do trabalho, um meio para explorar e dominar, onde está, para o autor, o cerne das relações coloniais estabelecidas na América. O sistema global capitalista se fundamenta, portanto, na colonialidade como um padrão de poder reproduzido na América. Ao fazer uma brilhante analogia do clássico Dom Quixote em sua fenomenal batalha contra os moinhos de vento, Quijano (2005) declara a cena perfeita para retratar a imagem histórica do primeiro período da modernidade, um contexto que continua a se reproduzir na América Latina. O autor aponta para um padrão de poder que se destaca em suas piores tendências, utilizando o termo planetarização para identificar a expansão de seus domínios, assinalando a América Latina ainda como “prisoneira da colonialidade do poder e de sua dependência” (QUIJANO, 2005, p.15). O estabelecimento da globalidade na América é, para o autor, fundamentalmente pautada na lógica da colonialidade, sendo este traço central do novo padrão de poder produzido na América.

No sistema de expansão territorial desenvolvido na região amazônica na segunda metade do século XX, retrata-se o mesmo padrão colonialista capitalista de poder observado por Quijano (2005). Dado o contexto da globalização da atualidade, projetos de desenvolvimento da região reproduzem o sistema capitalista, bem caracterizado pelo autor, no contexto de uma economia global e colonialista.

A COLONIALIDADE E CONFLITOS AMBIENTAIS

Eder Jurandir Carneiro (2005), em suas pesquisas, levanta questões críticas da lógica do desenvolvimento capitalista e dos conflitos socioambientais gerados por sua expansão, enquanto a maneira de apropriar-se das condições naturais para produção de riquezas e da “crise ambiental” que se descortina diante da degradação dos recursos naturais. Carneiro (2005) trabalha com a concepção de campo de conflitos ambientais, noção desenvolvida a partir da teoria dos *campos* de Pierre Bourdieu.

O *campo*, para Pierre Bourdieu são os “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

É através da teoria dos campos que Bourdieu analisa as relações sociais e é o *campo* a face social, histórica e ideológica do conjunto dessas relações (GRILLO, 2005). Bourdieu discute a lógica da sociedade moderna pautada em relações de força e dos processos que a regulam. Quer dizer, seus estudos abordam análises das relações entre a sociedade e os agentes sociais, dos meios da reprodução social que legitimam as formas de dominação.

Sheila Vieira de Camargo Grillo (2005, p. 15) assim interpreta a dimensão de campo de Pierre Bourdieu:

O campo “é uma rede de relações objetivas entre posições” e se constitui em um espaço de lutas, onde os agentes assumem posições segundo quatro coerções: a relação entre o *habitus* – ou seja, as disposições incorporadas sob a forma de modos de agir, preferências, gostos, capacidade de compreensão das regras do jogo etc -, o capital simbólico - decorrente da posição ocupada no campo e do conseqüente reconhecimento pelos pares - e econômico – proveniente sobretudo da herança e da renda - e as possibilidades e as impossibilidades oferecidas por um campo aos seus agentes, segundo as disposições por eles incorporadas.

A partir da conceituação de campo de Pierre Bourdieu, Carneiro (2005) concebe o campo de conflitos ambientais, noção importante para a análise das concepções dos atores sociais da colonialidade, na abordagem de concepções

dicotômicas, conflituosas, de visões, vivências e sentimentos que se apropriam de um espaço social e que envolve as questões ambientais e de desenvolvimento, ou mais especificamente, de crescimento econômico e que se configura como representações de um poder simbólico². Assim, Carneiro (2009) diz que, nos últimos anos, houve uma reconfiguração em torno das discussões da temática ambiental, adotando em seu centro a noção de “conflitos ambientais”, que são:

conflitos que opõem atores sociais que, em condições assimétricas de poder, lutam pela apropriação material e simbólica dos territórios. Essa apropriação, por sua vez, pode requerer a preservação/restauração de certas condições de apropriação, que podem ser condições jurídicas (como a demarcação de territórios, por exemplo), naturais (como determinadas propriedades das águas...), cognitivas (o domínio de conhecimentos e técnicas de cultivo...), econômicas (acesso ao crédito agrícola) etc. (CARNEIRO, 2009, p. 5).

Para o autor, a apropriação de “territórios³ como *recursos naturais*” para posterior conversão em mercadorias são características de sociedades capitalistas, que visam à acumulação de riquezas, e que ele define como uma “*necessidade estrutural* da territorialização capitalista”, e que opera em três níveis: em “empreendimentos capitalistas”, neste caso valendo-se do poder econômico, tirando vantagem da posição “estrutural” em que se encontram; em segundo, “os interesses de frações do capital, ocupam posições e se digladiam dentro do próprio aparelho de Estado”. Nesse caso, o objetivo é assegurar a apropriação de territórios, mesmo o autor considerando que é uma colonização não absoluta, já que o Estado é responsável pelas condições da acumulação e caso necessário, age “contra pretensões específicas de apropriação territorial capitalista”. E por último, pelo fato dos capitais fazerem parte de “lutas simbólicas pela imposição de determinados significados às formas de apropriação territorial que lhes interessam” (CARNEIRO, 2005, p. 36).

Nos estudos desenvolvidos por Jurandir Carneiro, remete a reflexão da dinâmica das sociedades capitalistas, para os quais os valores estão voltados para a acumulação de riquezas e encontram na apropriação das condições naturais, os recursos para que se possa atingir tais objetivos.

O imperativo da acumulação faz com que a espacialização da economia capitalista implique necessariamente a captura das condições naturais como condições de produção de mercadorias, subsumindo todos os demais significados e propósitos de apropriação dessas condições naturais. Assim, a “sustentabilidade” da economia-mundo capitalista tende a se dar à custa da destruição das condições de “sustentabilidade” de outras formas de vida social (CARNEIRO, 2009, p. 4).

Assim, a exploração das riquezas naturais, do impacto ambiental advindo da expansão do agronegócio, da exploração da madeira, da exploração de minérios e pedras preciosas e da destruição total de espaços naturais justifica-se no “imperativo da acumulação” como aborda Jurandir Carneiro. A expansão “produtiva” de imensas áreas em espaço amazônico está justamente pautada na lógica da acumulação.

SINOP E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

Sinop modificou suas paisagens em pouco tempo. A cidade foi edificada na década de 70 e vem manifestando, desde então, as premissas da lógica do desenvolvimento econômico pertinente à concepção desenvolvimentista daquela época. Baseando seu desenvolvimento no uso de recursos naturais, em seus 39 anos de história, se transformou numa cidade referência na região norte matogrossense.

Pautados no desenvolvimento econômico decorrente da extração de madeira, em pouco tempo uma cena de devastação da floresta tomou conta da região. Dados do INPE apontavam que até 2008, Sinop já tinha 63% de sua área total desflorestada (INPE, Projeto PRODES, 2008).

Seu processo de colonização, privado e dirigido, foi o último desse modelo ocorrido no Brasil, segundo consta em informações da própria colonizadora do município, Colonizadora Sinop. Fruto de um projeto elaborado e colocado em prática pela Colonizadora Sinop (de onde advém o nome da cidade, de propriedade de Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho), o projeto iniciou em 1970, quando a empresa adquiriu uma área no norte do estado de aproximadamente 645 mil hectares, denominada inicialmente de Gleba Celeste. Após a aquisição da área inicia-se o projeto de ocupação. Foram fundadas, na Gleba Celeste, quatro cidades: Vera, Sinop, Santa Carmem e Cláudia (SANTOS, 2007).

A colonização da região reproduzia as colonizações ocorridas no Paraná e no Mato Grosso do Sul, como uma “versão moderna da colonização [...] capitalista”, destacando-se as cidades de Sinop e de Alta Floresta como “fruto de investimentos empresariais. Reprodução ampliada monopolista da produção da terra mercadoria” (OLIVEIRA, 2005, p. 98).

Inicialmente o reconhecimento da área da então Gleba Celeste foi realizado por via aérea e fluvial. Os trabalhos iniciais, de reconhecimento e demarcação ocorreram em 1970 e em 1971. Em maio de 1972, por entre picadas, chegam os primeiros funcionários da colonizadora na atual localização da cidade de Sinop. A mata começa a ser derrubada para a instalação do acampamento. Como o acesso ao local era precário e difícil, a colonizadora providenciou o desmate de uma área para instalação do aeroporto, que recebia aeronaves de pequeno e médio porte.

A Gleba Celeste foi dividida em chácaras, lotes, comunidades (chamados de Centro de Convergência), setores e núcleos coloniais ou cidades, os centros urbanos com funções político-administrativas e de prestação de serviços. As chácaras eram unidades que não deveriam ultrapassar 10ha, de maneira que nas redondezas da cidade se formassem um cinturão verde e abastecesse a cidade com hortifrutigranjeiros. Os lotes rurais eram maiores, entre 10 e 300ha, onde deveriam ser os cultivos de culturas permanentes. Os lotes tinham acesso na parte da frente às estradas e nos fundos a rios, suas divisas (TEIXEIRA, 2006; SELUCHINESK, 2008).

O Projeto da Gleba Celeste seguiu os princípios definidos pelo INCRA, e Sinop caracterizou-se como o tipo *rurópolis*, já sendo projetada como ponto de apoio às outras cidades. As cidades de Vera, Santa Carmem e Cláudia eram as *agrópolis*. Conforme projetado pelo INCRA, a ocupação da Amazônia seguiria três tipos de urbanização. *Agrovila*: um pequeno centro rural onde os colonos poderiam morar. Deveria ter até 1.500 moradores e conter escola, posto de saúde, administração e armazém. *Agrópolis*: seria o centro urbano industrial, cultural e administrativo que englobaria de 8 a 12 *agrovilas*, 3.000 moradores e escola, cooperativa, atendimento médico, odontológico, agroindústrias, correios, telefone e hotel. *Rurópolis*: um núcleo urbano maior e mais diversificado, com serviços públicos e privado, num raio de 70 a 140 quilômetros de alcance e serviria de apoio as *agrovilas* e *agrópolis* (IANNI apud SELUCHINESK, 2008).

A princípio a colonizadora abriu um quadrado, que formaria a área urbana da cidade. A partir de junho de 1972 começam a chegar as primeiras famílias. Já em 1972 se instalaram na cidade duas serrarias, que dão início ao processo de derrubada de árvores para atender a demanda das famílias que estavam se instalando no município.

Em entrevista, o historiador Luiz Erardi Santos (Entrevistado I, 2010. Chegou em Sinop em 1980) relata que foi em 1979 que a SANEMAT (Serviço de Água e Saneamento do Estado) perfura o primeiro poço artesiano e em 1979, a CEMAT instala os primeiros motores a diesel, atendendo comércios, residências e algumas madeireiras. A precariedade era intensa e era comum ficarem dias sem energia elétrica. As dificuldades para as pessoas se estendiam em todos os períodos do ano, pois na seca, devido às ruas não serem pavimentadas, a poeira era intensa e na época da chuva, provocava verdadeiros lagos na cidade.

Com os incentivos fornecidos pelo Estado, colonos, investidores, empresários e projetos capitalistas chegavam à região, interessados em suas riquezas e visualizando a expansão econômica, como a madeira e o desenvolvimento de agricultura e pecuária.

Os primeiros migrantes, colonos, buscavam em Sinop terras produtivas para o plantio do café, conforme propaganda veiculada pela Colonizadora no Paraná.

O historiador, Prof. Luiz Erardi Santos (Entrevistado 1, 2010) relata que:

O grande trunfo da Colonizadora lá no sul, a propaganda aqui da Gleba Celeste, era o café. Eles pegavam fotos bonitas de cafezais lá de Maringá mesmo, e mostravam: *Olha o café lá de Sinop*. Não tinha nada aqui, quase nada. E aqui mesmo em Sinop, onde está o pátio da prefeitura hoje, ali era uma Chácara de café do Seu Germínio, fizeram uma chácara como se fosse uma fazenda experimental. Mas eles adubaram a terra prá danar, é lógico que nasceu um café lindo ali. O pessoal que vinha ver ficava encantado.

Instalada numa região de transição do cerrado para a Floresta Amazônica, a região expandiu-se economicamente através do extrativismo vegetal (madeira), inclusive muitas serrarias foram implantadas com recursos financeiros do SUDAM. Segundo informações fornecidas pela Colonizadora: “O projeto de Colonização da Gleba Celeste foi considerado pela SUDAM como de interesse nacional, portaria de número 5.197 (de 19.12.1973), e Resolução de número 1.829 (de 11.03.1974). Emancipado pelo INCRA pela portaria número 75 (de 09.04.1981)”.

Os primeiros moradores da região eram oriundos, principalmente, dos três estados do Sul e inicialmente enfrentaram inúmeras dificuldades, como falta de atendimento médico, malária, distância de regiões maiores e dos parentes que deixaram no seu local de origem, dificuldade de deslocamento, dificuldade de comercializar os produtos que começaram a produzir, grandes frustrações, períodos extensos – e intensos - de chuva, desconhecimento do clima e técnicas de plantio. E uma das principais promessas, que era de vias de acesso para o escoamento da produção agrícola, em péssimas condições.

O espaço que nós tínhamos no Paraná era dois alqueires de terra. Prá gente crescer na vida tinha que sair, não tinha como crescer nesse espaço. Então viemos para o Mato Grosso. Existia uma propaganda na televisão, da colonizadora. Televisão não, rádio, na época não existia televisão. *Onde a bússola indica norte existe a Gleba Celeste. Colonizadora Sinop, Maringá*. Aí meu pai foi prá Maringá, com meu irmão e eu já vim direto prá cá. Então essa é nossa história (Entrevistado 2, 2010. Um dos primeiros moradores a se instalar no município e dono da primeira serraria, em 1972).

Souza (2004, p. 18) faz menção aos programas de divulgação realizados no sul, buscando colonos para trabalharem em terras matogrossenses. A divulgação foi amplamente realizada principalmente na região oeste dos três estados sulistas, os incentivos e mobilizações eram realizados para trazer pessoas ao Mato Grosso, projetando “o mito da terra boa que tudo produz”. Terra que ainda carecia de mão de obra do trabalhador do campo.

Nos relatos dos primeiros moradores, a angústia do início, a dúvida do futuro e a esperança de dias melhores.

Na hora, quando você chega aqui dá impacto. Você roda 500 quilômetros, você não vê nada, era só mato [...] Pensava, eu com 18 anos, ia imaginando, rodar no meio do mato, isso nunca mais esquece [...] Na minha cabeça eu não queria estar no meio do mato, eu queria estudar [...] Aí quando eu vi que meu pai me levou no mato, você dá aquele nó na cabeça, meu Deus! Mas eu não conseguia visualizar um futuro na época. Se dissesse que via é mentira. Fiquei três meses trabalhando numa serraria, mas pensava, *Meu Deus, isso não é prá mim não*. [...] não tinha mais estrada, o exército trazia comida prá gente, era muito sofrido [...] então aquela esperança de um futuro melhor foi diminuindo (Entrevistado 3, 2010. Chegou em Sinop em 1977, Presidente de Associação Comercial e Empresarial de Sinop em 2010).

A construção da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) realmente efetivou o desenvolvimento de cidades e regiões no norte matogrossense. Contudo, sem o seu asfaltamento, por inúmeras vezes faltaram produtos de necessidades básicas para a população residente no município, conforme relato de seus primeiros moradores. Santos (2007, p. 15) destaca que:

O movimento crescente de veículos, principalmente de caminhões [...] deixaram a rodovia em péssimas condições, principalmente na época das chuvas, quando praticamente ficava intransitável, ocasionando o isolamento e a falta de alimentos e combustíveis na região, como ocorreu no final de 1979 e início de 1980, quando o Governo Federal foi obrigado a socorrer a população por via aérea para atenuar o quadro desolador então existente, várias vezes aviões da FAB – Força Aérea Brasileira pousaram no antigo aeroporto de Sinop com produtos de primeira necessidade para atender seus habitantes.

Sinop foi oficialmente fundada em 14 de setembro de 1974. Fazia parte então do município de Chapada dos Guimarães, na época o maior município do mundo. Em 17 de dezembro de 1979, por meio da Lei Estadual nº 4.156/79, foi emancipado a município, com uma área geográfica de 48.678 km².

Em 1982 teve início o asfaltamento da BR-163 e em 1984 o trecho de Sinop ao Posto Gil, município distante 340 km ao sul, é inaugurado pelo então Presidente da República, João Batista de Oliveira Figueiredo, o qual tinha especial amizade com o proprietário da Colonizadora, Enio Pipino, e realizou à Sinop quatro visitas, durante o seu mandato.

CONCEPÇÕES SOCIAIS SOBRE O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As pessoas, ao chegarem para se instalarem no município de Sinop não tinham a quem recorrer, exceto à Colonizadora, que tornou-se a administradora do local, definindo regras, normas e organizando os espaços de convivência, realizando a venda dos lotes urbanos e rurais, bem como distribuindo gratuitamente muitos lotes para edificações. Trabalho, persistência, fé e esperança passaram a ser o mote para as pessoas que chegavam, buscando reproduzir as vidas que deixaram para trás, e encontrando nestas bases motivos para superação e busca do sonhado progresso, prometido pela Colonizadora.

Oficialmente, as lembranças escritas, registradas, são as das vitórias, das alegrias, das conquistas. Os órgãos públicos, a colonizadora, os empresários, por meio de veículos de comunicação enalteciam o trabalho, a coragem, o progresso, buscando sempre minimizar os problemas enfrentados pelas famílias, as mortes, as lutas, a grilagem e o imenso impacto ambiental provocado pela busca do desenvolvimento econômico da região e pessoal.

Nas entrevistas, as contradições de percepções sobre o processo de colonização, remetendo a concepções de heroísmo a oportunismo, de coragem e luta, a descaso e frustrações, de direcionamento e planejamento, para opressão e exploração.

Acho que esse sistema de colonização foi um dos últimos a ser implantado, esse sistema planejado. Pensa na coragem desse povo, prá vim fazer o que vieram fazer aqui. Hoje até olhando as fotos, a gente se emociona até de ver o peito que as pessoas tiveram na época de vir aqui e fazer isso acontecer. Mas a colonização, acho que da forma que foi organizada foi uma das melhores possíveis. Aí está o resultado. Da forma como foi colonizada, da forma como Sinop é ainda. Claro que nada é perfeito, mas acho que foi muito bem colonizado, de uma forma muito responsável (Entrevistado 4, 2010. Chegou em Sinop em 1986, Secretário da Indústria e Comércio em 2010).

Antonio Carlos Moraes (Apud Pinto, 2006) elucida que as questões políticas de expansão territorial da Amazônia não consideravam a já povoação por povos nativos. Mariana Pinto enfatiza a perspectiva das terras como "riqueza a ser conquistada e apropriada" (p. 26) como se esse território já não possuísse habitantes. Na visão dos governantes, conforme indica o estudo da autora, além de ser um vazio demográfico, coberta por mata nativa, era o retrato do atraso brasileiro, onde o progresso ainda não havia chegado.

Para a Amazônia brasileira integrar-se ao desenvolvimento econômico requerido pela concepção desenvolvimentista concebido na época, era necessário,

portanto, povoá-la, derrubar suas matas, plantar, gerar riquezas, o que Francisco Póvoas retrata quando diz que a crença era que “a riqueza se materializaria com a derrubada da mata e o cultivo de espécies habituais em outras regiões, paralelamente à substituição da cultura nativa” (PINTO, 2006, p. 26).

Os incentivos e propagandas das riquezas encontradas na Amazônia e desmistificada a marca de “inferno verde”⁴ até então atribuída a região, a migração, desejada pelos planos implantados pelo Estado, e com o apoio das colonizadoras privadas, efetivamente acontecem. A questão da migração relaciona-se também com a perspectiva de se encontrar, em outros locais, melhores condições de vida, atribuindo ao desenvolvimento econômico e crescimento demográfico da região a capacidade de atender essas perspectivas. A esse fato alia-se, principalmente, a questão econômica e atribui-se a concepção de progresso pessoal, por meio do trabalho, o atendimento de suas esperanças.

Por vezes, um processo comparado com outros desenvolvidos pelo INCRA, como comparativos de desigualdade e fracasso para os projetos do Estado, considerados falhos, onde as pessoas eram “jogadas lá, maltratadas, sem documentos, sem assistência, sem condições” (Entrevistado 5, 2010), o que não aconteceu no projeto desenvolvido em Sinop, pela Colonizadora, bem conduzido, adequado e proporcionando toda a assistência aos seus moradores.

Um processo correto. Essa experiência que teve e está tendo até hoje, a gente olhando um projeto tão bem implantado, privatizado, bem conduzido, como foi o projeto da Colonizadora Sinop e a gente compara com os projetos que são feitos pelo próprio órgão federal e outros órgãos que também fizeram, estaduais, a gente vê que a forma correta de ter feito, deveria ter sido feito tudo por iniciativa privada. A própria Colonizadora Sinop adotou um sistema que deu certo, um sistema positivo, um sistema altamente produtivo, um sistema que não se vê nos assentamentos que foram feitos pelo INCRA, as pessoas foram jogadas lá, maltratadas, ficaram lá sem documentos, sem assistência, sem condições. Então acho que esse é o sistema correto (Entrevistado 5, 2010. Chegou em Sinop em 1979, Secretário de Meio Ambiente em 2010).

José Vicente Tavares dos Santos (1993), contudo, considera como principal objetivo das empresas de colonização a comercialização das terras, que são divididas em lotes e vendidas, reproduzindo-se o poder do capital sobre as ações dirigidas de colonização no interior do país. As agências de colonização providenciavam a chegada, a vida social e o sistema agrícola dos colonos e os constrangiam de outras práticas que não as determinadas pelas colonizadoras e cooperativas, não podendo nem mesmo comercializar seus produtos se não por intermédio destas, sendo os colonos “vigados” pela política, ou por jagunços das

colonizadoras. “[...] o controle social nas áreas de colonização tanto se fazia sobre os homens como sobre o espaço” (SANTOS, 1993, p. 205).

A colonização de Sinop teve o seguinte objetivo: vender terra. Isso aqui é comércio. A Colonizadora Sinop já tinha essa experiência de vender terra no Paraná. Vieram para cá não foi por acaso. Compraram uma parte, grilaram outro [...] enfim, o comércio, que no discurso deles deu tudo certo. Bom, os chamados pioneiros, os heróis da fronteira, esse discurso que eu não concordo muito que é uma questão ideológica do capital, mas a colonização de Sinop teve esse processo, teve seu interesse: vender terras. As pessoas vieram prá cá, investiram, mais da metade quebrou, voltaram para o Paraná, foram explorados pela colonizadora, pelos empresários, pelo Banco do Brasil, e assim por diante [...] Então a colonização de Sinop teve esse papel, a exploração de terra. A cidade se consolidou como um pólo e isso não é do nada, teve um projeto militar para definir essa questão, um pólo de crescimento, com seus desafios, numa cidade que está em termos materiais crescendo (Entrevistado 6, 2010. Chegou em Sinop em 1988, Professor Universitário).

A colonização do município ocorreu de maneira ordenada e adequada, segundo a percepção da maioria dos atores sociais entrevistados, embasados no lema Integrar para não entregar, chamamento do então Governo Federal Militar, a resposta foi um projeto bem elaborado e conduzido pelas pessoas que formaram a frente pioneira para o município. Outra época, outras concepções de ocupação de espaço. A colonização de Sinop é motivo de orgulho para as pessoas que ajudaram a construir e para as pessoas que a habitaram em fases posteriores ao seu desbravamento.

O elogio ao “espírito bandeirante” exalta a imagem que ora corre da silhueta do forte desbravador dos sertões, que a tudo vence e impõe, sobre minas de ouro e esmeraldas, para a dignificante estampa do *brasileiro nato* que, conquistando território – a marcha para oeste -, deu ao Brasil sua maior riqueza, ou seja, o alargamento das suas fronteiras [grifos da autora] (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 74).

A percepção sobre a colonização não é exatamente que esta foi uma maneira certa ou errada, mas vista, pelos atores sociais, como uma maneira adequada, devido à época, as situações, as exigências diferenciadas e ao próprio incentivo do Estado. Um processo que se deu naturalmente, dentro de um espaço temporal e geográfico, conduzido por pessoas visionárias, em um tempo que as limitações eram muitas e a descrença num futuro promissor era ainda maior.

Houve uma convergência de necessidades e demandas: de um lado, terras para produção, de outro, homens buscando um novo pedaço de chão e possibilidades de materializar sonhos. Nesse encontro, entra a figura do colonizador, o qual, em Sinop, tem especial destaque para os primeiros moradores e para os outros que vieram e socializam suas histórias.

A história de colonização de Sinop é uma história de muita luta, diz em entrevista um dos primeiros moradores de Sinop (Entrevistado 2, 2010) e que saiu vitoriosa devido a “persistência do Ênio Pipino [o colonizador]. Ele fez de tudo para segurar o povo aqui”. Compartilhada da mesma maneira por outro “pioneiro”, (Entrevistado 7, 2010. Chegou em Sinop em 1972) que via em Ênio Pipino uma figura carismática, que não media esforços para ajudar as pessoas que chegavam ao local:

Quanto a isso aí, a Colonizadora Sinop, o Ênio Pipino, ele ajudou muito as pessoas. A pessoa chegava aqui ele doava um terreno e ele ia lá com o trator limpar o terreno. Comigo mesmo aconteceu. Eu ganhei um terreno aqui em Sinop, na Av. Júlio Campos, onde eu construí a minha casa, ao lado da casa do meu pai. A colonizadora Sinop, o Ênio Pipino mesmo contribuiu muito, foi uma pessoa chave, porque se não fosse o Ênio Pipino talvez essa região não tivesse o êxito que teve. A Colonizadora fez o papel dela, politicamente também. Sinop foi uma cidade privilegiada (ENTREVISTADO 7, 2010).

O colonizador é a figura central, tem o destaque, como um líder carismático, amparado pelo Estado. No Governo Militar, essa figura era evidenciado pelo desbravador, de homens corajosos capazes de enfrentar o desconhecido e que fossem predestinados a se tornarem heróis da Pátria. Além dessas características, a capacidade administrativa para gerir o espaço sob sua responsabilidade, realizando as divisões das terras, utilizando de habilidades, força quando necessário, e ter capital para dar a contrapartida à Federação, quitando seus financiamentos (SELUCHINESK, 2008).

No conjunto de uma sociedade capitalista, a acumulação de bens vem à priori. Karl Marx destacava que ter o controle dos espaços territoriais é uma das condições prioritárias para que se estabeleça a sociedade capitalista. Controle este que dá a posse privada da terra e dessa maneira, possibilita desenvolver o mercado de trabalho (CASTRO et. al., 2002).

Ênio Pipino não concebia o processo de colonização desenvolvido por sua empresa como excessivamente capitalista. Em sua visão, havia a prioridade ao social, em desenvolver pequenas áreas de agricultura e não concentrar muita quantidade de terra nas mãos de poucos proprietários, ação desenvolvida em outras áreas da Amazônia:

Não é capitalista quando vende “no varejo” pequenas e médias propriedades. Acho, apenas, que as grandes fazendas de gado que captam incentivos fiscais usam pouca mão-de-obra em vastas extensões territoriais. Penso que deveria se associar a colonização a esses projetos agropecuários essencialmente. O Incra e a Sudam devem olhar com mais atenção esse tipo de projeto na Amazônia que só fala em pecuária e não em material humano (Trecho de entrevista de Ênio Pipino, concedida à Revista Contato, julho/1982, *in* TEIXEIRA, 2006, p. 57).

O processo de colonização em si, de uma maneira predatória em relação aos recursos naturais é respaldado também pela própria dinâmica do contexto e da época. Uma dinâmica econômica, segundo Celso Furtado (1982), que exigiria do país esforços, sacrifícios e exploração, tanto de uma parcela da população, quanto de recursos naturais de vastas áreas territoriais.

A participação do processo de colonização, expansão de área estava perfeitamente inserido na exigência, na dinâmica do país. Não se falava em preservação. A ordem era outra: de progresso, de expansão territorial, de industrializar o campo e de tornar terras improdutivas em produtivas.

A degradação do meio natural, que em outras partes gera o freio maltusiano ou exige esforço acumulativo e progresso técnico para contornar a barreira dos rendimentos decrescentes, é compensada pela expansão do espaço econômico. Daí que nada nos ajude tanto a entender a natureza do desenvolvimento econômico brasileiro – seu dinamismo e tendência a excluir a maioria da população de seus benefícios – quanto o estudo da forma como o homem se relaciona com o meio físico; com efeito: o ecossistema – concebido como abrangendo o meio natural e o contexto sócio-cultural – opera no Brasil com custos consideráveis que a visão corrente do desenvolvimento econômico exclui (FURTADO, 1982, p. 23).

Sob a percepção social, a colonização particular desenvolvida em Sinop foi um projeto passível de falhas, de excessos e de algumas críticas, mas não desmerecendo o grande valor “social” das ações dos colonizadores e “pioneiros” do município. Apoiados pela política governamental, a Colonizadora soube manter, controlar e organizar a chegada e a permanência das pessoas no local, sendo propagadora de várias ações para alavancar a economia do município, construindo estradas, cooperativas, trazendo empresas e infraestrutura básica para seus moradores.

Sob essa perspectiva, Ênio Pipino é considerado um sonhador, um plantador de cidades, um visionário. Alguém que acreditava no *progresso* da região quando muitos não acreditavam, quando entravam em descrédito e em desespero. “Olhando

para o passado, há toda uma história de realizações, de pioneirismo, de coragem e de afirmações da gente que somou com Ênio Pipino e que testemunha hoje, um quadro que o Grupo Sinop fez nesse tempo na área que tinha para colonizar” (MINETTO, Apud SELUCHINESK, 2008, p. 114).

Essa percepção é questionada por poucos, e que para algumas pessoas que acompanharam o processo inicial de ocupação territorial, é resultado da falta de percepção social sobre as verdadeiras ideologias da colonização privada em Sinop:

os que não percebiam iam na ideologia de que era um herói realmente, que era uma pessoa dotada de um espírito altruísta muito grande que vinha lá para salvar as pessoas, que tirava pessoas da fome do norte, sul do país para trazê-los ao eldorado, na verdade não era nada disso... Não era nada disso. Tirava-se as pessoas de um celeiro, dum lugar que tinha uma produção fantástica: como é o Paraná, o norte, o noroeste, o sudoeste do Paraná, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina; com uma propaganda muito bem engendrada, muito bem feita, levava-se, vendia-se pedaços de terra para essas pessoas em Sinop, e quando lá chegavam e tentavam empregar os mesmos métodos de cultivo do sul, a decepção era terrível, porque lá a terra sem adubo não dava nada, absolutamente nada [...]. Então era feito era um engodo muito grande (JOSÉ ROVERI, professor de Matemática, entrevista concedida a JANICE CASSIA LANDO, 2002, p. 142).

Uma colonização que ainda não terminou, para alguns atores-sociais: “São três colonizações diferentes. Colonização de fazer a cidade, colonização de começar a cidade e agora a colonização de desenvolver a cidade” (Entrevistado 8, 2010. Chegou em Sinop em 1987, Presidente do SITICOM em 2010).

Essa condição da colonização faltou um pouco mais de direcionamento. Pra quem ia fazer parte da colonização, como você trazia as pessoas prá cá, sem estrutura? O começo foi muito difícil, mas 500 km da capital, dependendo de um avião do exército, que vinha uma vez por semana, se não atolava. Então é uma situação que começou um pouco atravessada (ENTREVISTADO 8, 2010).

Guimarães Neto (1986, p. 72) ressalta que: “O crescimento da cidade leva ao *desaparecimento* da dor e das feridas passadas, que restam apenas como cicatrizes, sulcos na terra, por onde desabrocham, ou abortam as luzes do Progresso”.

Nos relatos dos primeiros moradores, são recorrentes as histórias de dificuldades, a carência na área de saúde, alimentação, moradia, educação e transporte. São fases difíceis que se avivam quando se solicita à lembrança. A

emoção, muitas vezes, não consegue ser contida. As lembranças, por muitos momentos durante as entrevistas, levam as pessoas a fixarem o olhar num ponto imaginário, como que tentando lembrar de momentos tão onerosos para suas vidas, e que estão se esvaindo nas facilidades da atualidade.

Regina Beatriz Guimarães Neto (1986, p.71) consegue retratar tal assertiva em sua afirmação, de que:

As lembranças dos *tempos difíceis* começam a se perder no fundo da memória. O suporte material das lembranças não mais existe, a imagem da cidade, sob o impacto da velocidade das realizações, substitui a paisagem que ali haviam encontrado. A *nova terra* não mais se interessa pelo sofrimento passado, a história presente é a do triunfo. Ela vem celebrada pelo fervor do progresso.

As pessoas, ao chegarem, não tinham a quem recorrer, exceto à Colonizadora e aos vizinhos, os quais se tornaram “os parentes”, nos momentos mais difíceis. Lembra a Entrevistada 9 (2010. Chegou em Sinop em 1972) que,

quando já tinha uma estrutura, era muito bom, quando tinha o mercado já era mais fácil, as amizades [...] As vezes vinha uma mudança e ia embora duas, três. Mas isso depois de um ano, ou dois que a gente estava aqui. Mas a gente sabia que tinha uma mudança todo mundo ia lá prá ajudar, era muito bom (ENTREVISTADA 9, 2010).

Valeu esse sacrifício, valeu esperar, porque hoje a gente está colhendo já isso, né. Eu vejo, que quem conhece o Brasil, vamos colocar um pouco assim, prá mim a melhor região é aqui. Por que é aqui? Porque onde você produz matéria-prima, o mundo hoje precisa de alimento. Então uma região dessa tem que crescer (ENTREVISTADO 3, 2010).

Uma história de sucesso que oficializada, omite as histórias de fracassos e as histórias de centenas de pessoas que também fizeram “parte da história”, como se a idealização de uma colonização, bem sucedida ou não, tivesse estampado somente um nome: da Colonizadora.

Então esse sucesso, esse progresso não para todos, esse avanço em termos materiais, principalmente, Sinop deve sim a um trabalho coletivo, não de meia dúzia só, pessoas que vieram prá cá, que acreditaram, que trabalharam, que sofreram, que morreram, outros que foram embora, muitos que estão aí, outros que estão vindo. Então é um processo que faz parte da dinâmica nacional de migração. Sinop não é único nesse contexto. Então Sinop com seus desafios, com suas perspectivas, com seu trabalho, com suas mudanças, como a destruição ambiental e com um preço caro que isso teve para algumas

pessoas e inclusive para a imagem de Sinop. A questão madeireira. É por isso que essas mudanças estão ocorrendo e eu vejo que não esgota aqui no meu argumento. É algo muito mais amplo, mais complexo e objeto de estudo para várias áreas do conhecimento (ENTREVISTADO 6, 2010).

A ocupação das terras da região norte matogrossense, na Amazônia Legal, após a década de 1970 mudou drasticamente o cenário regional. O que aconteceu em Sinop, e em dezenas de municípios do norte do estado de Mato Grosso, foi uma ocupação que ocorreu de maneira predatória. Os incentivos para a ocupação do município negligenciaram os recursos naturais, que foram utilizados indiscriminadamente para o sucesso do empreendimento e para que o progresso chegasse à selva Amazônica.

O amparo encontrado na mão do colonizador era como um alento para que centenas de famílias, na busca de um futuro promissor, permanecessem no município, enfrentassem inúmeras adversidades e acreditassem efetivamente nas promessas propagandas pela mídia. No entanto, não conseguiu evitar um processo contrário de migração, quando muitas famílias, desiludidas com as promessas não cumpridas, retornaram aos seus estados de origem, vendo o avanço da agropecuária e agricultura mecanizada ruir o sonho da pequena propriedade rural. Muitos colonos também presenciavam a morte dos seus, na difícil tarefa de usufruir da terra.

Dentre esses aspectos, é que José Vicente Tavares do Santos (1993) dá destaque a uma das dimensões da colonização: da produção social da exclusão que se suscita na fronteira.

José de Souza Martins (2009, p. 9), diz que a fronteira é, “no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam *do lado de cá*, um cenário de intolerância, ambição e morte”. E assim, um mundo de esperanças e de lutas encontra nos espaços da fronteira, sua triste realidade, de um confronto entre o humano e o capital, onde os valores morais e os destinos de vidas humanas tem pouco valor humano e ético.

Foi assim, que no centro-norte de Mato Grosso caracterizou-se principalmente pela formação de grandes latifúndios e projetos agroindustriais. Ao longo da BR-163, os centros urbanos eram construídos e davam apoio aos projetos de expansão territorial. “Nela se impuseram, de um lado, a lógica da articulação entre as empresas de colonização particulares e os colonos e, do outro, a expansão das empresas agropecuárias. Na transversal, a expansão da atividade madeireira” (OLIVEIRA, 2005, p. 73).

Foi nesse processo de colonização que as empresas privadas tiveram papel de destaque na expansão das fronteiras agrícolas, pois receberam do próprio Estado a permissão para a comercialização de terras, concebendo o espaço num amplo campo de expansão do capital e da reprodução da colonialidade. Caso da

Colonizadora Sinop e do município de Sinop.

Os fatos relatados pelos entrevistados, seus comentários, por ora na defesa do processo de colonização e seus idealizadores, por ora questionando a política dominadora e opressora, retratam o que se reproduziu em dezenas de cidades da Amazônia: o encontro da vida selvagem e do dominador, do colono e do colonizador, do humilde e do poder. E da visão dos atores sociais, é que se questiona se há de fato, um colonizador para o bem social, ou suas ações estão enrustidas de simpatia pelo lucro e poder?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como referência o projeto de colonização e desenvolvimento do município de Sinop, buscou-se compreender a percepção de atores sociais em relação ao processo de colonização e ocupação das terras, bem como relações de poder e dominância destacados neste processo histórico e social.

Um processo de colonização de muitas histórias, inserida no contexto estratégico e econômico do Brasil e que é considerado, pelos atores sociais, um dos mais bem sucedidos empreendimentos de colonização privada do país.

Um projeto audaz, ambicioso, que previa o desbravamento da selva amazônica, dos seus mitos, seus segredos, mas também de suas riquezas, com a promessa de um futuro esplendoroso. Uma promessa de progresso ilimitado, que subjogou o ser humano e suas limitações, além da própria limitação da natureza.

Os primeiros moradores de Sinop chegaram com o sonho de encontrar, no local, terras férteis para desenvolver a agricultura. Em meio à mata fechada, das primeiras clareiras e plantações, também vieram as primeiras e intensas frustrações. Da promessa de terras férteis, de educação para os filhos, de estradas e possibilidades de escoamento da produção, para uma imensidão verde, dificuldades, insucesso e promessas fracassadas. Para muitos, restavam poucas possibilidades: ou o retorno à terra de origem, ou lutar para vencer as adversidades. Acreditar no sucesso do empreendimento local era difícil; mas acreditava-se na mão forte do colonizador, de suas relações e influências junto ao Estado e na confiança de que não seriam abandonados. Além da crença no colonizador, a crença no trabalho para vencer as dificuldades e na perspectiva da vitória foi fundamental.

Os pioneiros vieram para o município atendendo ao chamamento do próprio Estado Nacional. Em suas percepções, são heróis, venceram a difícil tarefa de ocupar a Amazônia. Cumpriram sua missão: ocuparam, venceram as adversidades, derrubaram a floresta, plantaram, produziram, edificaram cidades e integraram a Amazônia ao país, ao sistema produtivo e econômico, provocaram a alteração da paisagem e contribuíram para o progresso da nação.

O colonizador permanece como uma figura do bem e preocupado com o bem estar social. O povo, coadjuvante, mas omitido da história. O Estado se omitiu, e a Colonizadora, a qual coube a organização e detentora do capital, a defesa das elites. O espaço foi ocupado, a Amazônia, amansada. A terra e seus recursos naturais, somente mercadoria, tornou-se espaço para prover riquezas e delas marcar mais uma história: do poder e da dominação do capital.

NOTAS

¹ Sirlei Ana Falchetti - Mestre em Ciências Sociais pela UNISINOS – São Leopoldo/RS, Universidade de Cuiabá – UNIC. Rua Leonardo da Vinci, 102 – Res. Mondrian, Bairro Eunice - Sinop-MT CEP 78.555-576. sfalchetti@gmail.com.

² Uma apropriação do conceito de Pierre Bourdieu de *poder simbólico*. Poder simbólico, para Bourdieu é “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem” (1989, p. 8). O espaço social onde ocorrem as relações e interações não são uniformes, mas desiguais, conflituosos e onde ocorrem relações de dominação e poder.

³ O autor define territórios como “conjuntos formados pelas condições naturais, pelas cristalizações do trabalho humano que com elas se soldam, por um determinado espaço de poder e de conflitos sociais e pelas disputas sobre os significados e usos do espaço” (CARNEIRO, 2009, p. 9).

⁴ Veja-se pelo prisma do Colonizador Enio Pipino, empresário, proprietário da Colonizadora Sinop, a prerrogativa atribuída à sua empresa, da desmistificação do “Inferno Verde” e dos desvios das “rotas de migração”. “Os portugueses foram sábios quando, pretendendo resguardar as nossas fronteiras, espalharam a notícia de que a Amazônia era um “inferno verde”, evitando assim que outros povos tomassem conta dela. Ela ficou intacta pelo mito de ser inabitável e impossível de ser ocupada. Mas fomos nós brasileiros que a ocupamos. Mato Grosso foi importante nesse processo e na marcha que começou partindo do portal da Amazônia para ocupar a Amazônia, conseguimos desviar as ondas de migrações que saíam de São Paulo e do sul, com outro rumo, que não era o da Amazônia, mas em direção do Paraguai e norte da Argentina, porque eles desconheciam a existência de uma Amazônia habitável. O mérito é portanto, da Sinop, de desviar essa rota de ocupação criando uma arrancada bem brasileira de pioneiros” (Trecho de entrevista concedida à Revista Contato, julho/1982, in TEIXEIRA, 2006, p. 45).

REFERÊNCIAS

- ARBEX JR., José. **Terra Sem Povo, Crime sem Castigo**. In.: TORRES, Mauricio (organizador). *Amazônia revelada*. Os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. **Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável**. In: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K., PEREIRA, D. B. (organizadores). **A insustentável leveza da política ambiental**. Desenvolvimento e conflitos sociambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- _____. **Conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos**. Revista Rio de Janeiro, n. 16-17, maio-dez. 2005, p. 35 – 46.
- _____. **Mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais (mesorregião Campo das Vertentes)**. UFSJ - XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro (RJ).
- CASTRO, Sueli Pereira et al. **A colonização oficial em Mato Grosso “a nata e a borra da sociedade”**. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
- FÓRUM REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Cidade Pólo Sinop**. Cuiabá (MT), março de 2002. Disponível em www.anu.seplan.mt.gov.br/html/forum/sinop.pdf. Acesso em 20/05/2010.
- FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-“Milagre”**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição Teórico- Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2008.
- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso**. Publicado em: Revista da ANPOLL. São Paulo: , v.19, p.151 - 184, 2005.
- GRUPO SINOP. **História de Sinop**. Colonizadora Sinop S/A. www.gruposinop.com.br.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1986.
- IANNI, Octavio. **Colonização e Contra Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- IBGE. **Cidades**. www.ibge.gov.br/cidadesat. 2007, 2010. Acesso em 15/02/2010 e 19/01/2011.
- INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto PRODES. Monitoramento**

da Floresta Amazônica por Satélite. <http://www.obt.inpe.br/prodes/r2008>. Acesso em 30/09/2009.

LANDO, Janice Cássia. **O ensino de Matemática em Sinop nos anos de 1973 a 1979: Uma História Oral Temática.** Monografia Especialização em Matemática. UNEMAT, Sinop: 2002.

MARTINS, José de Souza. **Frenteira. A degradação do Outro nos confins do humano.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização.** p. 67 – 183. In.: TORRES, Mauricio (organizador). *Amazônia revelada. Os descaminhos ao longo da BR-163.* Brasília: CNPQ, 2005.

PINTO, Mariana Oliveira. **Entre o sonho e a realidade: desafios da política ambiental na Amazônia.** Brasília: UnB, 2006. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Prefeitura de Sinop. Sinop/MT, 2008.

PREFEITURA DE SINOP. **Dados sobre a evolução do município de Sinop.** Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Sinop/MT, 2010.

QUIJANO, Anibal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina.** Dossiê América Latina. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (55), 2005.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos, exclusão e luta.** Do Sul para a Amazônia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, Luiz Erardi. **Raízes da História de Sinop.** Grafitec: Sinop, 2007.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **De Heróis a Vilões: Imagem e Auto-Imagem dos Colonos da Amazônia Matogrossense.** Brasília: UnB, 2008. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável.

SOUZA, Edison Antônio de. **Sinop: História, imagens e relatos.** Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2004.

TEIXEIRA, Luciana. **A colonização no norte do Mato Grosso: o exemplo da Gleba Celeste.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

Artigo recebido para publicação em 02 de setembro de 2011.

O TRABALHO COMO BEM: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE SOBRE AS DESIGUALDADES SOCIAIS

Alex Pizzio ¹

RESUMO: Este artigo se insere no rol dos trabalhos que visam contribuir com o debate sobre a justiça social tendo como referência o mundo do trabalho. Do ponto de vista teórico o estudo retoma as teorias sobre os bens no intuito de refletir acerca do papel desempenhado pelos bens na vida cotidiana, a distribuição do trabalho no espaço público e suas conseqüências. Neste sentido, na primeira parte do artigo se desenvolve o argumento geral, segundo o qual, o trabalho constitui-se em um bem. Na segunda parte, a abordagem refere-se aos aspectos relativos à estruturação e à distribuição do trabalho no espaço público e suas conseqüências. A adoção desses procedimentos analíticos possibilita um maior entendimento acerca da singularidade e dos modos como se produzem e reproduzem diversas formas de desigualdades sociais. As conclusões apontam para o fato de que trabalho constitui-se em importante bem de acesso, o produz um modelo originário de racionalidade e constitui-se em importante fonte moral.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, bens, hierarquia, desigualdade social.

ABSTRACT: This article is part of the list of works designed to bring the debate about social justice with reference to the world of work. From the theoretical point of view the study incorporates the theories of the goods in order to reflect on the role played by goods in everyday life, the distribution of work in public space and its consequences. In this sense, the first part of the article develops a general argument, according to which the work is in a well. In the second part, the approach refers to those aspects of the structuring and distribution of work in public space and its consequences. The adoption of these analytical procedures allows a greater understanding of the uniqueness and the ways to produce and reproduce various forms of social inequality. The findings point to the fact that work is very important in access, produces an original model of rationality and constitutes an important moral source

KEY-WORDS: Work, goods, hierarchy, inequality

A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social [...] A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Artigos 170 e 193 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

INTRODUÇÃO

Considerando os avanços observados nas últimas décadas na sociedade brasileira, constata-se que ela se encontra em um momento de mudanças e de conformação a novas situações na estrutura social. Pode-se definir o momento como complexo, caracterizado por novas clivagens que transpassam as tradicionais estruturas de classe, desfazendo e criando novas identidades e revelando uma dinâmica societária, que nos dizeres de Telles (2006), é composta de formas distintas de sociabilidade que se conformam as intensas transformações da vida urbana, da organização da produção e do consumo, da organização da produção e do consumo. Fala-se aqui de novas hierarquias sociais, que se encontram atravessadas por enormes disparidades de renda, de cultura, de valores, mas também, de acesso a mecanismos de representação e participação política; de diferenças no uso da cidade, nos modos de fixação e mobilidade no espaço urbano e acesso a bens materiais e simbólicos de uma sociedade de consumo pujante, mas também extremamente estratificada e excludente; de diferentes e muito desiguais formas de integração em um mercado que se altera em ritmo acelerado desestabilizando posições consolidadas, desfazendo hierarquias ocupacionais tradicionais e criando novas clivagens e novas formas de diferenciação social.

Neste contexto, compreender o papel que os bens possuem e as funções que eles desempenham dentro da dinâmica social constitui-se em um importante veio analítico para compreendermos a complexidade da produção e reprodução das desigualdades sociais. Antes de adentrar propriamente o debate, vale esclarecer, brevemente, o que vem a ser um bem, uma vez que a sua definição varia de acordo com a esfera de análise. Afinal o que é um bem? Segundo o Houaiss (2009), ele pode ser entendido como um conjunto de princípios fundamentais propícios ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento moral, seja dos indivíduos, seja da comunidade. Pode significar aquilo cuja posse e fruição (física ou espiritual) a coletividade julga ser conveniente para manutenção e/ou o progresso do homem. Do ponto de vista jurídico, o bem pode ser definido como coisa, corpórea ou

incorpórea, da esfera econômica ou moral, suscetível de uma apropriação legal, isto é, tudo aquilo que é propriedade de alguém.

Mesmo sendo usuais, essas definições dizem muito pouco acerca dos processos que compõem a disputa por bens, do mesmo modo que revelam pouco acerca da sua utilização, sobretudo quando o cenário em questão envolve o debate por justiça social. Tendo essa dificuldade em mente, recorreu-se ao trabalho de uma antropóloga e de um economista, Mary Douglas e Baron Isherwood (2009)², em que os autores elaboram uma definição de bens que será extremamente proveitosa ao estudo proposto. Com base na análise desses autores, é possível adotar uma definição de bens segundo a qual eles são concebidos como objetos animados ou inanimados, materiais ou simbólicos, investidos de valores que são apropriados tanto para suprir necessidades, quanto para emitir sinais (mensagens) públicos.

OS BENS NO MUNDO

Em “O mundo dos bens”, Douglas e Isherwood (2009) oferecem uma excelente porta de entrada para o debate sobre as funções que os bens desempenham socialmente e sobre os motivos das pessoas desejarem bens. Os autores questionam a ideia de pobreza como carência objetiva de posses, em favor de uma perspectiva que aborda a pobreza como medida de envolvimento social. Eles partem da ideia de que “as coisas cuja posse significa riqueza não são necessárias por elas mesmas, mas pelas relações sociais que elas sustentam” (DOUGLAS, 2007, p.19). Assim sendo, afirmam ser mais profícuo concentrar a atenção nos laços que os pobres conseguem estabelecer e manter com a sociedade, do que se fixar nas resultantes da carência material.³ Desse modo, a pobreza encontra-se imbricada com a capacidades de que os sujeitos dispõem para obtenção e gerenciamento de informações. Pode-se dizer que se trata de um ponto nevrálgico, pois, “se suas conexões com a informação forem fracas, mais cedo ou mais tarde estará tão isolado que perderá o acesso a comida e ao calor” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 35).

Esses elementos operam como pano de fundo para que os autores construam uma sofisticada teoria que vincula o grau de envolvimento social com a capacidade de consumo de bens, na qual os bens são algo mais do que meros objetos (abstratos ou não); eles são investidos de valores socialmente utilizados para exprimir categorias e princípios, dar sustentação a grupos, produzir mudanças ou criar permanências. Nessa perspectiva, os bens, além da supressão das necessidades, cumprem funções sociais.

Dentre as funções que os bens cumprem, duas são particularmente importantes para a discussão que ora se realiza. A primeira diz respeito ao fato de que os bens funcionam como marcadores mais ou menos temporários de

categorias racionais. Desse modo, "comportar-se como agente econômico significa fazer escolhas racionais. Pode-se dizer que os bens reunidos em uma propriedade fazem afirmações físicas e visíveis sobre a hierarquia de valores de quem escolheu." (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 28).

Tal constatação é de extrema relevância. Com base nela, pode-se concluir que nada tem valor por si mesmo, os valores são, em essência, conferidos por juízos humanos. Assim, a importância de cada coisa depende do lugar que ocupa em uma série de outros objetos complementares. Em vez de tomar um objeto isoladamente para obter a informação que ele transmite, torna-se mais elucidativo buscar capturar todo o espaço de significação. Em outras palavras, deve-se investigar a realidade dentro do ambiente cultural que lhe é constitutivo.

O ambiente cultural, por suas características, pode ser entendido à semelhança de uma comunidade⁴. Os autores destacam, que na atualidade, as comunidades tendem a ser usadas como o lugar em que se descortina uma série de interações cujo caráter se expressa, em muitos casos, por meio dos laços de amizade e solidariedade. Ao mesmo tempo, a comunidade impõe limites aos seus integrantes, ela censura seus membros e pode até mesmo produzir exclusões, degradações e ostracismos⁵.

Nessa abordagem, o caráter social da demanda expressa-se por meio de serviços de marcação que os bens fornecem nos rituais de consumo, definido como um "sistema de rituais recíprocos que envolvem gastos para a marcação apropriada da ocasião, seja visitantes e anfitriões, seja da comunidade" (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 40). Em outras palavras, os autores chamam de rituais de consumo as marcas normais da amizade. Assim, o fluxo padronizado de bens de consumo permite identificar uma cartografia da integração social. Neste sentido,

a comunidade que envolve seus membros na maioria dos compromissos sociais tem mais rituais de consumo, e em tempos de crise a informação e o apoio fluem mais livremente. Membros de outro tipo de comunidade menos envolvidos em trocas rituais, são mais vulneráveis a choques, econômicos ou não. Por implicação, esta explicação delega a responsabilidade aos outros consumidores pelo traçado de linhas de exclusão em torno de seus padrões de consumo (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 40).

Em decorrência, os sujeitos, como consumidores, estão continuamente fazendo seleções deliberadas entre seus pares, tanto para suas associações quanto para os rituais privados. Assim, a vida social passa a ser uma questão de alinhamentos favoráveis ou contrários, em que se elegem parceiros preferenciais de interação, constituem-se grupos, estabelecem-se ambientes de convivência e,

para assinalar os alinhamentos, os bens funcionam como marcadores. Portanto, na vida social reside a importância dos usos que as pessoas fazem dos bens, já que eles operam como sinais. Neste sentido, os bens como objeto são neutros, todavia seus usos são sociais, e, portanto, podem ser usados para estabelecer aproximações ou para restringir movimentos. Em outras palavras, os bens “podem ser usados como cercas ou pontes” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 36).

Entretanto, o produto final, se pontes ou cercas, aproximações ou restrições, depende da maneira como as pessoas estão organizadas. Por conseguinte, os grupos, as comunidades, as associações e outros que integram o espaço público assemelham-se a uma caixa de sinais para os sujeitos e outros agrupamentos. Decorre então a necessidade de tentar descobrir o sistema de respostas que opera entre o modo como as pessoas vivem, quando enunciam coisas sobre elas mesmas, por meio dos bens, em um determinado ponto do tempo, e o que fazem sobre esse modo de viver, depois de receber as mensagens e começarem a emitir uma nova rodada de sinais. Na perspectiva dos autores,

precisamos prestar atenção quando o consumidor tem sucesso em abrir certas portas, e fechar outras às tentativas menos bem-sucedidas de outros consumidores. Precisamos nos interessar pela infinidade de maneiras através das quais o consumidor usa bens para criar barreiras contra outros indesejados. Isto é cultura, essencialmente um conjunto de princípios justificadores para reunir apoio e solidariedade e um conjunto de sinais de entrada proibida (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 44).

Com base nessas considerações, pode-se falar do consumo como produtor de interações que conduzem a processos de reflexividade, eleição de parceiros e projetos. Esta ideia permite situar a crítica que alguns autores, como Rudá Ricci (2010), fazem às políticas sociais postas em práticas a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva segundo a qual elas promovem a inclusão social de parcelas da população pelo consumo. Para o autor, o governo Lula adotou um modelo de gerenciamento em que o Estado aparece como ator fundamental e indutor do processo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, o autor defende que os movimentos sociais devem ter por objetivo primeiro

a luta por direitos. A inscrição, aceitação e institucionalização de direitos universais que garanta a autonomia política e social. Em segundo lugar, a sustentabilidade ou garantia desta conquista, o que significa aumentar o poder da sociedade civil no interior do Estado. Sem participação e controle social, os direitos tornam-se uma dívida e se reduzem a interesses de grupos sociais. Somente o controle social sobre o Estado articula e dá sentido universal aos direitos e configura um novo país. Infelizmente, no Brasil de hoje,

o que temos é a criação do pacto fordista tupiniquim, que gera inclusão no mercado de consumo, mas não inclusão no processo decisório da política pública brasileira. Continuamos com uma cidadania inacabada. E efetivamos a modernização conservadora em nosso país (RICCI, 2010, p. 3).

Ainda na perspectiva desse autor, na atualidade, vivencia-se um processo de instauração de “um modelo gerencial e de estrutura de poder político a partir do Estado. Est circunscrito ao conceito de modernização conservadora (RICCI, 2010, p. 9). Este modelo é denominado pelo autor como lulismo e sua dinâmica tem a nova classe média como seu alvo e foco principal. Segundo ele,

Lula fala para a nova classe média, que até ontem foi pobre. Estamos falando de quase 50% da população brasileira (que recebe até 10 salários mínimos de renda mensal familiar). Ele mesmo tenta criar a imagem de representante desta classe, como ex-metalúrgico e retirante que chegou ao posto maior da gestão pública nacional e se tornou astro internacional. Por falar de uma classe em transição, acaba por atingir os menos abastados, além desta classe média baixa. O lulismo trata da esperança de sucesso familiar (RICCI, 2010, p. 9).

Em relação aos valores sociais que emergem dessa nova classe média com base no lulismo, o autor enfatiza:

São conservadores e individualistas. Religiosos, tratam da fé como instrumento de negociação para o sucesso pessoal e familiar. São refratários a mobilizações sociais, ao espaço público, não seguem líderes (daí não aceitar a tese de André Singer de que o lulismo é uma vertente do bonapartismo) e sente que está sendo incluída no país pelo consumo. Formam um caldo de cultura popular muito conservador, que não gosta de confronto, de rupturas, da agenda de direitos civis (RICCI, 2010, p. 9).

Contudo, mesmo considerando a pertinência dessas críticas, há que se reconhecer que projetos que pretendem ser alternativas de um modelo excludente começam pelo consumo. É o caso, por exemplo, dos primórdios do cooperativismo, em que os Pioneiros de Rochdale, ao criarem a primeira cooperativa, que congrega princípios aceitos até os dias atuais como balizadores da doutrina cooperativista, o fizeram estabelecendo uma cooperativa de consumo. Tratava-se de possibilitar o acesso, aos trabalhadores, a formas mais dignas de consumo.

Neste sentido, vale lembrar que os trabalhadores naquele contexto eram expropriados não somente nas relações de trabalho, mas, em igual medida, nas relações de consumo, que muitas vezes se apresentavam viciadas pela relação

capital *versus* trabalho. Tendo apresentado esses elementos, e, tendo como referência a discussão realizada até o momento, pode-se seguir para o segundo aspecto relevante para a discussão, qual seja: os bens funcionam como acessórios rituais.

O bem, como objeto, é um acessório ritual, entretanto, ele é um acessório que opera no consumo, porque o consumo é um processo ritual cuja função primária é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos. Mas o que é esse fluxo incompleto dos acontecimentos? Pode-se dizer que seus limites e seus significados são definidos em uma relação direta com a mercadoria, pois a mercadoria é o meio não verbal para a faculdade humana de criar. Não obstante, há uma ausência de significado na mercadoria como objeto. Para que ela possa circular e completar o fluxo dos acontecimentos, é necessário que o objeto seja dotado de valor, de significado, e esse significado só existe porque ele é um suporte ritual. A seguir aborda-se esse processo de forma mais detalhada.

A questão dos significados envolve uma necessidade adicional: o imperativo social de fixação de significados públicos, pois eles são difíceis de serem captados, embora cotidianamente as pessoas se deparem com conjuntos de impressões. Enquanto um sujeito apresenta uma percepção cujo vetor de sentido aponta determinada direção, um outro apresenta um sentido diferente em relação ao mesmo acontecimento. Em decorrência, pode-se dizer que um dos principais problemas da vida social é fixar os significados de modo que fiquem estáveis por algum tempo. Pois,

sem modos convencionais de selecionar e fixar significados acordados falta uma base consensual mínima para a sociedade. Tanto para a sociedade tribal quanto para nós, os rituais servem para conter a flutuação dos significados. Os rituais são convenções que constituem definições públicas visíveis. Antes da iniciação havia um menino depois um homem, antes do rito do casamento, havia duas pessoas livres, depois dele, duas reunidas em uma. Antes da internação no hospital, o atestado médico da doença; antes do atestado de óbito o morto é considerado vivo [...] viver sem rituais é viver sem significados claros e, possivelmente, sem memórias. Alguns são rituais puramente verbais, vocalizados, não registrados; desaparecem no ar e dificilmente ajudam a restringir o âmbito da interpretação. Rituais mais eficazes usam coisas materiais, e podemos supor que, quanto mais custosa a pompa ritual, tanto mais forte a intenção de fixar significados. Os bens nessa perspectiva são acessórios rituais; o consumo é um processo ritual cuja função primária é dar sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos [...] Daqui é um passo curto para identificação do objetivo global que –supõem-se – os seres racionais, por definição, consideram. Sua própria racionalidade deve pressioná-los a dar sentido ao seu ambiente (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 112).

Portanto, o objetivo mais geral do consumidor só pode ser o de construir um universo inteligível com os bens que escolhe. A construção cognitiva ocorre em um universo social, com a necessidade de demarcação da dimensão temporal. Neste sentido, a passagem do tempo passa a ser repleta de significados, e os bens são utilizados para delimitar esses intervalos. Sua variação de qualidade surge com a necessidade de estabelecer uma diferenciação entre a passagem do tempo e o ciclo da vida (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009).

As percepções em relação aos acontecimentos cotidianos, igualmente, variam no espaço e, assim, vinculado “ao processo cultural suas divisões são carregadas de significados: casa, tamanho, o lado da rua, a distância de outros centros, limites espaciais – todos são categorias conceituais” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p.114).

Ainda, prosseguem os autores:

a escolha do bem cria continuamente certos padrões de discriminação, superando ou reforçando outros. Os bens são, portanto, a parte visível da cultura. São arranjados em perspectivas hierárquicas que podem dar espaço para a variedade total de discriminações de que a mente humana é capaz (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p.114).

Em outras palavras, os bens são usados para tornar visível um conjunto particular de julgamentos nos processos fluidos de classificação de pessoas e eventos, e, neste sentido, as pessoas precisam de bens para compreender o que se passa à sua volta. A maneira de conceber os bens como substantivos à interação social também é compartilhada por outros autores. Para Walzer (2003),

os bens com seus significados – por causa de seus significados – são o meio fundamental das relações sociais, entram nas mentes antes de passar pelas mãos; as distribuições se modelam segundo conceitos compartilhados do que são os bens e para que eles servem. [...] é o significado dos bens que define sua movimentação. Os critérios e os acordos distributivos não são intrínsecos ao bem em si, mas ao bem social. Se entendermos o que ele é, o que significa para aquele para quem é um bem, entenderemos como, por quem e por quais motivos deve ser distribuído (WALZER, 2003, p. 6-8).

Já é possível então responder ao questionamento de Douglas e Isherwood (2009): afinal para que as pessoas querem bens? Nas palavras dos autores:

trata-se sempre de controle. Nossa resposta requer que façamos uma suposição: supomos que há um conjunto compreensivo e fundamental de desejos humanos que diz respeito ao controle de outros humanos (e também

a fugir do controle alheio). O foco no controle abre caminho para envolver culturas políticas no ciclo econômico. Teremos eventualmente um modelo que começa com os consumidores cujas tendências culturais comandam sua demanda por bens. A demanda do consumidor comanda a produção, e a produção provocada pela demanda comanda a tecnologia e a tecnologia tem efeitos nas vidas humanas. Por causa dos resultados da tecnologia os consumidores se agrupam, e o agrupamento pode ser em grandes e arrumadas pirâmides ou em grandes montanhas desarrumadas, ou em pequenos blocos altamente divisíveis, ou então as pessoas podem escapar e viver separadas em paisagens esparsas. Cada ambiente social permite apenas certos tipos de controle, e isso permite que a tendência cultural dominante se desenvolva (p. 47).

Tendo delimitado essas questões pretende-se, nas próximas páginas, valer-se desse referencial teórico para pensar o trabalho como bem e como a sua distribuição no espaço público colabora para estabelecer hierarquias sociais.

I. O TRABALHO COMO BEM

Diante do que foi exposto até o momento, destacam-se três características importantes acerca dos bens e que são úteis a proposta deste trabalho. São elas:

- a) os bens realizam serviços de marcação;
- b) são investidos de significados e, portanto, operam como sistemas de informação;
- c) são acessórios rituais e, neste sentido, sua disposição em um universo cultural qualquer integra redes de suporte a adscrição de valores.

Antes de tratar dessas questões, deve-se destacar uma diferença básica existente entre os bens mercadorias que são objeto de consumo – como os apontados por Douglas e Isherwood (2009) – e o trabalho como bem social. Embora o trabalho apresente um conjunto de características similares aos bens de consumo, sua natureza é diferente. A dessemelhança entre os bens mercadoria e o trabalho como bem social encontra-se na gênese de ambos. O trabalho, declara Friedmann (1973),

merece ser considerado como traço específico da espécie humana. O homem é um animal social que, ainda hoje, através de ritmo na marcha do progresso técnico, de evolução na estrutura e no nível econômico das sociedades se ocupa essencialmente de trabalho. O trabalho é um denominador comum e uma condição de toda a vida humana em sociedade (FRIEDMANN, 1973, p.19).

Na mesma linha, Albornoz (2008) ressalta que, em épocas passadas,

o trabalho foi concebido por alguns como um estímulo para o desenvolvimento do homem e não como obstáculo. O trabalho é a expressão do homem e expressão do indivíduo. O homem se torna um criador por sua própria atividade; pode realizar qualquer coisa. O trabalho é a melhor maneira de preencher sua vida (ALBORNOZ, 2008, p. 58).

Com base nesses entendimentos, pode-se referir ao trabalho em dois sentidos. O primeiro diz respeito ao seu caráter ontológico⁶. O trabalho, além de fornecer sentido ao vivido (ANTUNES, 1999), também promove a inserção dos sujeitos em um universo de representação social, em que as experiências no trabalho se traduzem em construção identitária. Em outros termos, o trabalho percebido conforme uma lógica de contribuição social confere ao sujeito um sentido, e ao fazê-lo, possibilita um *retorno* para o sujeito que trabalha em termos de realização pessoal. Nesta perspectiva, é possível falar do trabalho como um bem constitutivo.

Em outro sentido, pode-se afirmar que o trabalho é um bem de acesso. O trabalho como atividade produtiva, além de propiciar meios de subsistência, permite o acesso a outros bens, materiais ou simbólicos, por meio das possibilidades abertas ao consumo. Trata-se de um aspecto importante da questão, pois, como visto, o consumo possibilita que os sujeitos ampliem seu leque de interações sociais. Conforme Martins (1997), no âmbito do consumo, os sujeitos inserem-se na sociedade capitalista. Neste sentido, caso se interprete corretamente Douglas (2007), os processos de consumo devem considerar a interação entre formas de empregos e cultura. Desse modo, o esquadrihar do consumo deve levar em conta os padrões culturais, entendendo que esses padrões dependem da forma de organização, e que eles ditam qualidades para bens de consumo. A cultura, segundo esse modelo, desenvolve-se em um ambiente no qual os tipos de atitudes morais, que uma organização requer para que possa funcionar, são vistos como emergindo em respostas a prêmios e penalizações que a organização emprega. Cultura e organização produzem uma a outra.

Como se verificou, os bens são acessórios rituais. Do ponto de vista dos objetos, eles são integrados em conjuntos dispostos de maneira a possibilitar a formação de uma rede de suporte adscrição de valores. Propõe-se então pensar a disposição dos objetos em um ambiente cultural qualquer, e ao fazê-lo, refletir sobre a distribuição do trabalho no espaço público. Que consequências ou, melhor dizendo, que relações sociais podem ser inferidas dessa disposição?

Em geral, essa disposição tem basicamente dois referenciais. O primeiro é aquele que se pode imaginar invadido pela dimensão do mercado, que traça linhas gerais acerca das mercadorias como necessidades de efetivação de um

consumo que sustenta relações de produção e circulação de mercadorias e que, por fim, dispõe acerca da divisão social do trabalho.

Neste sentido, Costa (1999) destaca que a

produção da mercadorias, como forma generalizada da produção humana, subordina a existência humana ao consumo mediatizado pelo mercado. Só depois de realizado como valor de troca, os objetos, frutos do trabalho humano, são disponibilizados para o consumo e para saciar as necessidades humanas. Primeiro compramos e depois comemos! Aí vem a primeira questão – como existir e sobreviver sem entrar na esfera do mercado? Na sociedade capitalista isso é impossível, já que o mercado é a grande instância que mediatiza as relações entre os homens (COSTA, 1999, p. 4).

Nessa mesma linha, Charles Taylor (1997) ressalta que o mercado é, com o Estado, uma instituição central no mundo moderno. Ele atua, dentre outros processos, na instituição de hierarquias valorativas por meio da articulação da subjetividade moderna. Dessa forma, o mercado, dentre suas funções, age como uma fonte moral para o *self* com repercussões na construção identitária dos sujeitos.

O segundo referencial é a seleção que os indivíduos efetuam em relação aos objetos, para oferecer suporte ao conjunto ritual, em uma série de rituais que dizem respeito às interações mais valorativas de uma cultura. Então, a grande questão é que a mercadoria nesse contexto, não tem sentido, porque ela é imposta por uma estrutura de mercado, constituída para que as relações se formem.

Quando a questão se relaciona à dimensão de um processo ritual que dá sentido ao fluxo incompleto dos acontecimentos, esse fluxo é reconhecido no trabalho, ao passo que a mercadoria apresenta uma carga negativa já apontada por Marx (2002)⁷ e diz respeito ao trabalho morto. Pode-se dizer que, quando se reconhece um bem, de certa maneira, o suporte ritual se faz presente, para que as interações e elaborações humanas sejam significativas no contexto de uma cultura.

De acordo com a lógica ritual, há pelo menos dois aspectos a serem enfatizados. O primeiro diz respeito ao ato de trabalhar, que em si mesmo constitui-se em um ato ritual. Neste sentido, os objetos que integram o ambiente de trabalho interagem conformando um aspecto da rede. Por outro lado, a disposição do trabalho no espaço público completa a rede, que será explorado com maior profundidade.

Abordou-se até o momento o argumento geral, segundo o qual o modo como os bens são dispostos em um ambiente qualquer configura uma rede de suporte adscrição de valores. Nessa perspectiva, e concebendo o trabalho como um bem social, a maneira como o trabalho aparece distribuído no espaço público, em suas mais variadas formas, configura uma rede de suporte que discrimina valores. Quando se trata essas questões no campo empírico, percebe-se que os

valores discriminados pela rede operam ora como elementos de integração entre grupos e sujeitos, ora como elementos que reforçam hierarquias e produzem estranhamentos a grupos e sujeitos. Esses eventos não são de difícil visualização.⁸

O pressuposto básico é que a distribuição do trabalho no espaço público conforma uma rede que discrimina valores e, com base nessa valoração, cria ambientes⁹, estabelece lugares sociais mais ou menos valorizados. Desse modo, certas áreas do espaço urbano abrigam determinados conjuntos de atividades em detrimento de outras. Neste sentido, pode-se dizer que a base espacial que abriga atividades produtivas projeta sobre elas próprias, e sobre aqueles que delas se ocupam, uma expectativa valorativa que pode ser positiva ou negativa. Fala-se de lugares sociais, microambientes¹⁰ no espaço urbano, no qual algumas atividades e sujeitos são mais valorizados que outros.

Nessa perspectiva, a delimitação dos microambientes leva em conta a distinção elaborada por Milton Santos (2008) entre espaço como ente indiferenciado que se configura por estruturas sociais, e lugar como configurações de forma e funções organizadas socialmente por processos que fazem mediações com as estruturas sociais. Para o que interessa neste estudo, os microambientes são lugares estabelecidos em uma hierarquia social das disposições geográficas, que consideram formas recíprocas de movimentação de pessoas neles envolvidas, segundo tipos de atividades e finalidades de inserção social. Eles se estabelecem em conformidade com a capacidade de *organização* que os lugares apresentam para o desenvolvimento de determinada atividade.

Como ocorre essa operação? Não são poucos os casos em que uma atividade ou um sujeito pode obter um *status* maior pelo fato de desempenhar ou realizar suas atividades em um ambiente considerado nobre.¹¹ É de amplo domínio público que certos profissionais e certas atividades tais como, cirurgias plásticas, advogados de grande renome, e outros, tendem a estabelecer suas clínicas e escritórios em regiões mais valorizadas da cidade em detrimento de áreas periféricas.¹² Um médico (independentemente da especialidade) que exerça suas atividades profissionais em uma clínica situada na periferia da cidade assume um *status* inferior em comparação com outro que preste os mesmos serviços numa clínica estabelecida em uma região nobre da cidade. Neste sentido, projeta-se sobre a atividade e sobre o sujeito que a desempenha uma expectativa em relação à qualidade do trabalho, à qualificação do sujeito e suas possibilidades futuras. Esse exemplo pode-se estender a uma infinidade de atividades.¹³

Analogamente o inverso também é verdadeiro. Uma atividade ou um profissional pode experimentar um *status* desvalorizado em virtude de sua inserção em áreas consideradas menos valorizadas ou periféricas. A presença de certas atividades em determinadas regiões da cidade pode servir de mote de desvalorização da região, bem como de outras atividades adjacentes, como nas áreas que abrigam

galpões de reciclagem, por exemplo. Tanto atividade, quanto sujeitos e local ficam subordinados a um *status* inferior e desvalorizado que marca profundamente quem as vivencia.¹⁴

Essas observações, entretanto, deixaram em aberto algumas questões. Alguém poderia contrapor-se a esses argumentos, apelando para a lógica de valorização espacial e citando a tendência logística de situar grandes empresas, complexos e outros, em áreas que do ponto de vista financeiro, não são tão valorizadas. Um exemplo é a implantação da unidade produtiva da General Motors¹⁵, no município de Gravataí, no estado do Rio Grande do Sul.

A empresa instalou-se em uma região mais periférica, local de baixa valorização econômica. Convém enfatizar, que apesar do grande apelo logístico, o fato de o terreno situar-se às margens da autoestrada, facilitando o acesso e o escoamento da produção, não foi o aspecto determinante da escolha do local. Nesses casos, as determinantes e a valorização espacial vinculam-se à infraestrutura criada e disponibilizada para a implantação dessas unidades, e às políticas de incentivos fiscais.

Contudo, a disposição das outras empresas que compõem o complexo segue a mesma lógica, com as mais valorizadas situadas mais ao centro, e as menores, mais à periferia. Do ponto de vista da repercussão para os trabalhadores, o fato de desempenhar suas atividades profissionais em tal complexo transfere a esses sujeitos certo *status* profissional, que é maior para aqueles que ocupam cargos da montadora e variável para aqueles que desempenham suas atividades em empresas fornecedoras que se situam no pátio da montadora.¹⁶

Nos exemplos citados, lida-se com hierarquias que se traduzem em estratificação e diferenciação de *status*, seja pela diferenciação obtida na comparação entre sujeitos que desempenham atividades diferentes, seja aquela entre sujeitos que realizam as mesmas funções. Essas questões encontram-se, igualmente, imbricadas com à ideia de qualificação e desqualificação (ou não qualificação) e seguem uma longa tradição que combina a meritocracia e a ideologia do mercado livre como medida de justiça.

Segundo Walzer (2003), o princípio fundamental da ideia de meritocracia é simplesmente que se deve reservar os melhores cargos e ocupações a pessoas com maior qualificação, pois a qualificação é um caso especial de mérito. Nesses casos, as pessoas podem merecer ou não suas qualidades, mas ocupam os lugares nos quais suas qualidades se enquadram. A essa visão combina-se uma outra, a que confere ao mercado o critério de justiça. Deste ponto de vista, o mercado, quando é livre, oferece a cada qual o que merece. Seguindo essa lógica, o mercado recompensa as pessoas na justa medida das suas contribuições para o bem-estar dos outros. Assim, os "bens e serviços que fornecemos são avaliados pelos consumidores em potencial desta ou daquela maneira, e esses valores são agregados

pelo mercado, que define o preço que recebemos. E esse preço é o nosso mérito” (WALZER, 2003, p.145). Deste modo, quanto maior for a qualificação do sujeito, maior será sua retribuição.

Mesmo reconhecendo que esse sistema avaliativo tem sido considerado válido em muitas sociedades, Walzer (2003, p. 195) tem questionado sua legitimidade. Segundo ele, “no sentido exato da palavra não existe meritocracia. Sempre se fizeram escolhas particulares entre possíveis ‘méritos’ ou, mais exatamente, no conjunto das qualidades humanas e, depois, entre indivíduos relativamente qualificados.”.

Esses apontamentos permitem dar um passo adiante. Douglas e Isherwood (2009) mostram que os bens integram redes de suporte adscrição de valores. Propõe-se, segundo tal concepção, que, em relação ao trabalho, essa rede forma-se com base na distribuição das atividades no espaço público. Pode-se falar de outra característica: os valores discriminados pela rede operam como sistemas de marcação social. Em outros termos, o trabalho, ao transferir expectativas valorativas às atividades e a seus participantes influencia não somente as possibilidades futuras, mas impõe posições na estratificação social, do mesmo modo que exerce influência na hierarquia das ocupações.

Há, em cada atividade, em cada ocupação, um conjunto de signos/sinais, que são valorados e convertidos em marcas sociais vinculadas aos sujeitos que vivem de determinadas atividades, em determinados lugares. Quando se detém nas atividades de alto prestígio e nas ocupações dispostas em áreas nobres, pode-se observar que os sinais emitidos tendem a refletir, em sua maioria, representações positivas.

Quando se fala de atividades e sujeitos vistos como socialmente desvalorizados, o constructo valorativo que define sujeitos e situações apoia-se na percepção de certos signos externos de inferioridade que repercutem nas representações sociais acerca desses sujeitos, e tendem a reproduzir imagens distorcidas, verdadeiras caricaturas de quem desempenha uma atividade indetectada como menos digna ou mesmo degradante. Essas questões podem ser interpretadas como o trabalho árduo, descrito por Walzer (2003). Para ele, o adjetivo árduo corresponde a algo brutal, desagradável, difícil de suportar.

O autor continua:

Nesse caso, a palavra define trabalhos que parecem penas criminais, trabalhos que ninguém procura e não escolheria se tivesse ao menos uma alternativa muito pouco melhor. Esse tipo de trabalho é um bem negativo, e costuma carregar consigo outros bens negativos: pobreza, insegurança, enfermidades, riscos físicos, desonra e degradação. Não obstante é trabalho socialmente necessário; é preciso fazê-lo e isso significa que é preciso encontrar alguém

para tal. A solução convencional desse problema tem a forma de uma equação simples: o bem negativo iguala-se ao *status* negativo das pessoas em cujas mão é depositado. Distribui-se trabalho duro para pessoas degradadas. Os cidadãos têm liberdade; o trabalho é imposto a escravos, estrangeiros residentes, trabalhadores convidados – todos forasteiros. Alternativamente, os compatriotas que fazem esse trabalho são transformados em forasteiros locais, como os intocáveis da Índia, ou os negros norte-americanos após a escravatura. Em muitas sociedades, as mulheres têm sido o mais importante grupo de forasteiras locais, fazendo os serviços que os homens desdenham e liberando os homens, não só para as atividades econômicas compensadoras, mas também para a cidadania e a política. [...] a ideia em todos os casos é cruel: gente negativa para bens negativos. O serviço deve ser prestado por pessoas cujas qualidades se presume que seja compatível. Em razão da raça ou do sexo, ou da inteligência presumida, ou do *status* social, merecem prestá-lo ou não merecem, ou estão, de alguma forma, qualificadas para ele (WALZER, 2003, p. 225).

No caso brasileiro, esse conjunto de questões segue uma longa tradição e se relaciona com a questão social do país. A compreensão da atual realidade social exige que se faça “uma revisitação crítica da ação dos sujeitos e dos processos históricos que amalgamam cada sociedade” (WANDERLEY, 2004, p. 51). Assim, torna-se importante perceber que a questão social adquire um conteúdo especial na multidimensionalidade das relações sociais e na forma pela qual os sujeitos, individuais e coletivos, são determinados pelos processos e estruturas sociais, ao mesmo tempo que instituem esses processos e estruturas ¹⁷. Importa, para os objetivos deste artigo, destacar que estas questões encontram-se imbricadas com as diversas fases e transformações apresentadas pelo mundo da produção e do trabalho. Neste sentido, o estudo apresentado por Lopes (2008), referente ao debate brasileiro acerca dos processos de exclusão e das mudanças verificadas na abordagem sobre a especificidade da questão social e da desigualdade no país, elucida as mudanças operadas no escopo da análise social. Segundo o autor, a literatura acerca do tema

permite afirmar que as condições que configuram a pobreza confirmam a dimensão de sujeito do pobre, na razão do controle de sua participação na economia. Porém, nos processos de exclusão produzidos no mundo neoliberal, mais que controlar ou negar o acesso ao trabalho ou ao consumo, controla e nega-se a própria condição de *sujeitidade* (o que faz o ser humano ser sujeito) do indivíduo. Essa transformação qualificativa dos pressupostos antes identificados com os problemas decorrentes da desigualdade socioeconômica (a exploração, a marginalização, a pobreza),

permite entrever que a injustiça primordial não é mais exclusivamente socioeconômica ou material, mas também de ordem simbólica (LOPES, 2009, p. 357).

Ora, essa constatação é de extrema relevância, uma vez que se observa que certas características e/ou situações, como, ser desempregado ou estar subempregado, possuir carência, ser passível de, ou estar assistido, possuir baixa qualificação, viver na informalidade, dentre outros, são atributos e situações que se assemelham aos bens negativos de que fala Walzer (2003). Esses bens negativos, por assim dizer, quando combinados à situação de pobreza compõem uma equação de difícil resposta, pois o imaginário que os fixa como marcas de inferioridade conduz à produção de uma hierarquia que diferencia os indivíduos em superiores e inferiores.

Tal diagnóstico abre uma excelente perspectiva analítica, pois vem ao encontro de questões anteriormente discutidas. De um lado, foi visto que o trabalho constitui-se em um bem e, neste sentido, algumas atividades podem ser classificadas, como o trabalho árduo definido por Walzer (2003) e, conseqüentemente, identificadas como um bem negativo. De outro lado, a distribuição do trabalho no espaço público constitui-se em um elemento capaz de definir sujeitos e criar lugares sociais (microambientes).

Nessa perspectiva, Lopes (2008) destaca que, em decorrência da crescente precarização da atividade remunerada e dos altos índices de desemprego, assistiu-se a uma constante ampliação do mercado informal. Como efeito cascata,

isso tem provocado a proliferação de ocupações exercidas nos espaços antes reconhecidos como de circulação – ruas, praças, e largos –, modificando a lógica do trabalho como atividade, que se confunde com o espaço ampliado da cidade. Nesse contexto, a distinção entre espaços de produção ou trabalho e espaços de circulação de pessoas e mercadorias é rompida, em prejuízos dos espaços públicos, gradualmente tomados por atividades ocupacionais e de geração de renda, modificando a percepção ambiental urbana e as identidades de vários segmentos sociais. Assim à ocupação de espaços públicos pelo trabalho informal antes restrito às atividades de trocas tradicionais que ocorriam em espaços reduzidos e localizados, foi se difundindo por diversos espaços públicos que concentram circulação de pessoas, impondo intervenções dos governos locais (LOPES, 2008, p. 358).

Ainda na perspectiva desse autor, esses ordenamentos

resultaram numa distribuição desigual dos espaços (considerando o potencial de venda de cada um, identificado pelos trabalhadores informais),

hierarquizando os lugares e estratificando os trabalhadores informais segundo classes desiguais de inserção territorial. [...] essas referências, entre outras coletadas, mostram o aumento do desemprego, arrastando milhares de sujeitos para o mercado informal, produz uma ocupação espontânea dos espaços públicos da cidade pelo trabalho, gerando a necessidade de novas políticas públicas e modelos para o ordenamento urbano (na forma de ações formais e informais) que agem sobre a distribuição espacial do trabalho informal. Trata-se de uma forma de controle que opera pela produção de reformas urbanas que parcelam os espaços públicos em zonas hierarquizadas de comércio informal nos municípios. Esse ordenamento implica tensões e conflitos sociais, como afirmou Wanderley (2004), uma vez que o controle do acesso dos trabalhadores informais no espaço público é visto pelos próprios trabalhadores como desrespeito. Assim, diversas manifestações desses trabalhadores, que vimos assistindo em regiões pesquisadas, mas também em capitais do país onde esse processo vem ocorrendo com regularidade, mostram que o parcelamento espacial imposto aos sujeitos em situação de vulnerabilidade não pressupõe a combinação entre o direito à diferença com participação econômica (LOPES, 2008, p. 359).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como referência os elementos apresentados considera-se importante destacar três questões. A primeira questão diz respeito às atividades e ocupações concebidas como inaceitáveis ou injustas. Neste sentido, percebe-se uma inquietação em relação à dignidade do trabalho e, em igual medida, uma preocupação com a sua concretização, uma vez que ela é considerada como um direito fundamental, pois o trabalho digno ou dignificante está estabelecido na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988)¹⁸. O interesse pela questão também se encontra expresso nas agendas públicas de âmbito internacional¹⁹ e nacional. É o caso, por exemplo, das ações que envolvem “Agenda Nacional do Trabalho Decente” (OIT-BRASIL, 2006).

Segundo as definições apresentadas no referido documento, o trabalho decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a OIT-Brasil (2006), entende por trabalho decente aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e capaz de garantir uma vida digna. Trata-se da tentativa de enfrentamento de uma realidade em que se observa

a persistência de importantes desigualdades de rendimento entre homens e mulheres, assim como nos seus níveis e formas de inserção no trabalho,

demonstra que ainda existem problemas de discriminação de gênero dentro e fora do mercado de trabalho. Homens e mulheres não estão integrados e não participam do mercado de trabalho em condições de igualdade de oportunidades, de disponibilidade de ativos e de poder de negociação. Além do gênero, a raça e a cor, a origem étnica, a origem social e a idade influem na qualidade e quantidade de oportunidades de emprego e renda a que homens e mulheres têm acesso, independentemente de suas aspirações, competências e conhecimentos (OIT-BRASIL, 2006a).

A segunda questão refere-se à sua caracterização e a seus aspectos organizacionais. O trabalho informal de rua nas suas formas organizativas institui hierarquias ao subordinar sujeitos e distinguir lugares, nega o reconhecimento ao tipificar ocupações como socialmente degradantes e ao conferir-lhes um *status* negativo. No plano econômico, não promove e/ou limita a distribuição equânime de riquezas socialmente produzidas e de benefícios sociais, uma vez que esses últimos são concebidos e concedidos tendo como marco a carteira assinada. No caso dos trabalhadores autônomos, a situação não é muito diferente, pois os benefícios são concedidos em número limitado. Em situações de paridade participativa não se garante uma apropriação econômica e de meios econômicos que possibilite a independência e a voz em debates públicos, ao mesmo tempo que não se reconhecem as reivindicações como legítimas, desqualificando o sujeito no discurso público. Em tal contexto, o trabalho informal de rua constitui-se em um campo de conflito difuso. Por não apresentar limites claros seu caráter difuso, expressa-se por meio da identificação de reivindicações, que na maioria das vezes, não se tornam demandas coletivas ou politicamente organizadas. Trata-se de reivindicações fragmentadas, por vezes isoladas e pontuais.

Finalizando, a terceira questão encontra-se imbricada com as anteriores e se refere ao trabalho como difusor de bens. Além do acesso aos bens de consumo, considerando-se o mercado informal de rua, o trabalho em si mesmo, representa uma via de acesso a direitos sociais, que tem por objetivo compensar as assimetrias oriundas das relações de trabalho e poder, oferecer proteção contra os revezes econômicos e os infortúnios da vida. Neste sentido, Telles (2006) destaca que

é certo que os modelos conhecidos de proteção social vem sendo postos em xeque pelas atuais mudanças no mundo do trabalho e que as conquistas sociais vem sendo demolidas pela onda neoliberal no mundo inteiro, também é verdade que esse questionamento e essa desmontagem reabrem as tensões, antinomias e contradições que estiveram na origem dessa história. E fazem ver as difíceis (e frágeis) relações entre o mundo social e o universo público da cidadania, na disjunção sempre reaberta entre a ordem legal que promete a igualdade e a reposição das desigualdades; entre exigência ética da justiça

e os imperativos de eficácia da economia; entre universos culturais e valorativos de coletividades diversas e a lógica devastadora do mercado (TELLES, 2006, p. 177).

Entretanto, essa disjunção estrutura o terreno dos conflitos que inauguram a moderna questão social. Essas questões, se bem se avalia, apresentam um importante potencial analítico, uma vez que elas abrem espaço para refletir e reavivar o sentido político inscrito nos direitos.

Nessa direção, é importante destacar que o trabalho, como bem de acesso, constitui-se em um importante meio de inserção dos sujeitos nas cidades (espaço privilegiado de produção, circulação e usufruto de riquezas – bens materiais, culturais e simbólicos –, de concretude de experiências humanas e referência da vida moderna). Nesse contexto, o trabalho é uma importante fonte moral que contribui para a estima pessoal (autoestima), a qual pode constituir-se em um elemento essencial à redução, ou não, das assimetrias verificadas entre sujeitos ou grupos no espaço público. O trabalho, ao prover os sujeitos dos meios de garantir a sua subsistência ou suas necessidades básicas vitais, permite aos sujeitos perseguirem, em melhores condições e com maiores facilidades, outros bens como, por exemplo, os relativos aos direitos políticos e civis. Nesse caso, entende-se que os direitos, em sua forma geral, podem ser definidos como bens.

Por fim, o trabalho produz um modelo originário de racionalidade, que opera discriminações sobre as relações que se estabelecem na vida coletiva. Com esta constatação, pode-se deduzir que o trabalho desenvolve racionalidades e raciocínios, com base em concepções diversas em termos culturais, religiosos, ético-morais e outros, as quais podem, ou não, estar em consonância umas com as outras, uma vez que advêm de interesses variados. Portanto, pode-se dizer – a exemplo das conclusões de Douglas e Isherwood (2009) sobre o papel dos bens nos processos interpretativos – que o trabalho oferece uma base racional para interpretação da realidade vivida e dos diversos arranjos presentes no *modus vivendi*. É importante ressaltar que essas observações finais não se esgotam em si mesmas, mas deixam em aberto caminhos para novos esforços intelectuais em torno do maior entendimento acerca das várias facetas da produção e reprodução da desigualdade social.

NOTAS

¹ Alex Pizzio - Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Quadra 406 Norte, Al 10, It 02, Bloco 5, Ap. 202. Cond. Vinícius de

Moraes. CEP 77006-492, Palmas – TO. alexpizzio@uft.edu.br.

² Os autores partem de um questionamento inicial: *por que as pessoas querem bens?*

³ Embora seja pertinente a observação destacada pelos autores, não se deve perder de vista que tal questão não exclui o fato de as resultantes da carência material serem importantes. Essa questão será melhor desenvolvida adiante quando se aborda a ocupação do espaço público pelo trabalho informal.

⁴ Mesmo tendo clareza de que o conceito de comunidade constitui-se em uma das noções mais vagas das ciências sociais, pode-se delimitar que, “no mínimo, comunidade geralmente indica um grupo de pessoas dentro de uma área geográfica limitada que interagem dentro de instituições comuns e que possuem um senso comum de interdependência e integração” (SHORE, 1996, p. 115).

⁵ Em relação às coerções e exclusões que as comunidades realizam, os casos de xenofobia do Velho Mundo podem ser considerados emblemáticos. É sempre importante recordar que um dos pilares fundamentais da União Européia foi a introdução das chamadas quatro liberdades, ou seja, a livre circulação de capitais, bens, serviços e pessoas. Na prática observa-se constantes ondas de protestos em relação à convivência com membros provenientes de outros locais, de outras etnias etc. Em parte, essas restrições devem ser entendidas no âmbito do mundo do trabalho e suas constantes transformações, que têm resultado na queda geral dos níveis e oferta dos postos de trabalho. No Brasil, a tendência é que esses tipos de conflitos adquiram uma aparência mais difusa. Essa questão será retomada adiante.

⁶ Esta é uma questão que vem de longa data e diversos autores se debruçaram sobre ela. Na sociologia clássica, Marx (2002) realiza uma análise detalhada do significado concreto do trabalho para o desenvolvimento capitalista. Ele destaca que a essência do homem está no trabalho e o que os homens produzem é o que eles são. Em outras palavras, o homem é o que ele faz. Neste sentido, o trabalho constitui-se em um elemento ontológico na formação do ser social.

⁷ Para maior detalhamento dessas questões, ver: Karl Marx, em *O capital: crítica da economia política*, livro I, 2002.

⁸ Em outras áreas do conhecimento os estudos sobre a distribuição das atividades e ocupações no espaço urbano tem sido uma constante. Diversos deles vêm sendo produzidos pelo *Observatório das metrópoles* e podem ser acessados. Em geral, esses estudos levam para o centro do debate o papel das cidades no contexto de transformações em escala global. Uma excelente abordagem dessas questões é realizada por Bógus e Pasternack (2009).

⁹ Ambiente, por definição, corresponde ao conjunto de condições materiais, culturais, psicológicas e morais que envolve uma ou mais pessoas (HOUAISS, 2009).

¹⁰ Adota-se a expressão microambiente em vez de termos, tais como zonas, bairros, áreas, por entender que o microambiente fornece um referencial mais preciso, uma vez que, uma zona, um bairro, uma área podem abrigar mais de um microambiente, o que não invalida as ocorrências em que um microambiente possa corresponder a totalidade de um bairro, de uma zona ou de

uma área.

¹¹ Essa questão desdobra-se e se complementa na constante valorização territorial que determinadas áreas recebem em razão da incidência de certas atividades.

¹² Não se desconhece que o estabelecimento de uma atividade, de uma empresa, de um profissional nas diversas regiões que compõem o ambiente urbano de uma cidade sofre influência de outros fatores, tais como: capacidade de investimento, projeção de consumo, questões ambientais, etc. Contudo, tais questões não inviabilizam os argumentos que se vêm desenvolvendo.

¹³ Um trabalhador empregado no Vale do Silício, pelo simples fato de integrar aquele ambiente, tem projetado sobre o seu trabalho uma expectativa valorativa positiva que lhe confere um *status* superior. Tal fato pode ser explicado em razão de o Vale do Silício ser reconhecido pela alta qualificação daqueles que trabalham nas empresas lá estabelecidas. No Brasil estudos têm sido realizados enfocando tais questões. Neste sentido, Mamão e Santos (2004) elaboraram, com base em dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) um mapa referencial das cidades brasileiras consideradas polos de inovação, e a cidade de São Carlos, localizada a 250 km da capital paulista, ganhou fama não só por de abrigar um grande polo tecnológico, mas por ser conhecida por aglutinar um alto índice de profissionais com nível de doutorado.

¹⁴ Para uma ampliação sobre o debate acerca do *status* desvalorizado da atividade de catação, ver Pizzio (2007; 2009).

¹⁵ Para efeitos de argumentação, não se considera a disputa entre diversos municípios do Rio Grande do Sul para sediarem a referida empresa e, igualmente, não considera a valorização que o município obteve com a implantação dessa montadora.

¹⁶ Pôde-se colher tais depoimentos e impressões em eventos do qual se participou, quando atuava como consultor na prefeitura do município de São Leopoldo-RS e, em diversos eventos realizados pelo Sindicato dos Metalúrgicos daquela região.

¹⁷ Considerando os argumentos centrais deste artigo não se abordará com mais profundidade os aspectos relacionados a questão social brasileira. Uma boa análise sobre este debate pode ser encontrado em Bastos (1991); Rago (1997); Ianni (2004); Pizzio (2009), entre outros.

¹⁸ Ver epígrafe no início deste trabalho.

¹⁹ Para uma maior descrição dessas questões em âmbito internacional, ver OIT-Brasil (2006a)

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 6ª ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense 2008.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BASTOS, E. R. A questão social e a sociologia paulista. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, nº 5 (I), pp. 31-39, 1991.

BÓGUS, L. M. M.; PASTERNAK, S. (Orgs). **Como anda São Paulo**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

COSTA, Lucia Cortes. **Marx e a barbárie capitalista**. material foi elaborado inicialmente para uma palestra, realizada na Universidade Estadual de Maringá/Pr, em outubro de 1999. Disponível em: <<http://www.uepg.br/nupes/marx.htm>>. Acesso em 23 nov. 2010.

DOUGLAS, M. **O mundo dos bens, vinte anos depois**. Horizontes Antropológicos, nº. 28, pp. 17-32, 2007.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo**. 1ª ed. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2009.

FRIEDMANN, G. O objetivo da sociologia do trabalho. In FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. Tratado de sociologia do trabalho. São Paulo: Cultrix, 1973.

HOUÍAISS. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.

IANNI, O. questão social. In IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

LOPES, J. R. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. **Cadernos CRH**, V. 21, n. 53, pp. 349-363. 2008.

MAMÃO, Gustavo; SANTOS, Euler. **Onde está a inovação no Brasil?** 2004. Disponível em: <http://www.institutoinovacao.com.br/downloads/artigo_200407_onde_esta_inovacao.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2010.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Agenda nacional de trabalho decente**. Brasília: OIT, 2006.

_____. **Trabalho decente nas Américas: agenda hemisférica 2006-2015**. Brasília: OIT, 2006a.

PIZZIO, A. A qualificação social nos empreendimentos solidários de reciclagem. **ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa**, nº 2 (I), pp. 23-34, 2007.

_____. Desqualificação e qualificação social: uma análise teórico conceitual. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, V. IX, nº I, pp. 209-232, 2009.

RICCI, R. Um fordismo tupiniquim que concilia interesses. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, nº 352, pp. 8-10, 2010.

O trabalho como bem: contribuições ao debate sobre as desigualdades sociais

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SHORE, Cris. Comunidade. Em: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do séc. XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

TAYLOR, C. **As fontes do self**: a construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.

TELLES, V. S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

WALZER, M. **Esferas da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WANDERLEY, L. W. A questão social no contexto da globalização: o caso Latino-americano e Caribenho. In CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. 2ª ed. São Paulo: Educ, 2004.

Artigo recebido para publicação em 16 de setembro de 2011.

O ATOR E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Enaide Tereza Rempel¹
Roberto Alves de Arruda²

RESUMO: O artigo pretende refletir sobre alguns dos elementos que compõem o novo cenário de organização econômica política e social da sociedade ocidental, em que a centralidade das demandas por direitos e por reconhecimento se constitui a partir dos conflitos. Neste cenário os atores sociais se mobilizam para institucionalizar agendas de interesses em termos de demandas culturais. Como elementos centrais desses novos processos de organização social se fazem presentes à luta por direitos ao reconhecimento na diversidade, e as teorizações em torno do tema identificam o declínio das categorias sociais fazendo emergir a noção de sujeito cultural. Na ordem dessa nova configuração apresenta-se a emergência de atores enquanto sujeitos da ação individual ou coletiva impondo o reordenamento na construção de políticas públicas que passam a ser incrementadas a partir da demanda outorgada que remete à cultura, gênero, etnia gerando uma pluralidade de atores. A relação capital e trabalho se deslocam para o discurso que envolve a pluralidade e o novo desempenho dos atores a partir da incrementação de capacidades e do agenciamento de recursos através de projetos.

PALAVRAS-CHAVE: Atores. Direitos. Conflito. Cultura. Regulamentação.

ABSTRACT: The paper reflects on some of the elements that make up the new landscape of social policy and economic organization of Western society, in which the centrality of demands for rights and recognition is constituted by the conflict. In this scenario the actors are mobilized to institutionalize social agendas of interest in terms of cultural demands. As central elements of these new processes of social organization are present to fight for rights to recognition in diversity, and theories on the subject identify the decline of social categories giving rise to the notion of cultural subject. In order of this new configuration presents the emergence of actors as subjects of individual or collective action by imposing the reordering in the construction of public policies that are being improved from the demand granted that refers to culture, gender, ethnicity, generating a plurality of actors. The relationship between capital and labor move to the discourse surrounding the plurality and the new performance of the actors from the scaling up of agency capabilities and resources across projects.

KEY-WORDS: Actors. Rights. Conflict. Culture. Regulation.

DESSOCIALIZAÇÃO E REIVINDICAÇÃO CULTURAL

Na sociedade sistêmica o conflito é regulado a fim de garantir o processo de integração e onde encontramos a economia como um elemento meio da noção de Estado. Com a internacionalização da economia, esta ganha soberania e o Estado perde o papel central de controle da sociedade e a integração falha, mudando a lógica de regulação dos conflitos.

A segurança nacional garantida pelo monopólio da força se quebra com a internacionalização da economia evidenciando uma crise no processo de integração que afeta as instituições, que perdem o seu caráter socializador. A regulação da sociedade atribuída às instituições como a escola, perde sua eficácia e entra em crise, pois, não atendem mais as demandas e expectativas políticas e culturais dos novos atores que surgem nesse contexto.

As reflexões sobre a crise do social se inserem no debate da emergência de um novo paradigma social, onde se verifica o processo de declínio das categorias sociais do qual emerge a noção de sujeito cultural (TOURAINÉ, 2001). O discurso e as ações dos atores não correspondem à dinâmica imposta pela visão sistêmica, onde a sociedade é compreendida como um sistema de ação com a finalidade de promover a ordem social, mas, pelo contrário, o discurso dos atores se desprende do social associado à idéia de ruptura. A ruptura é favorecida pelo contexto em que falham os mecanismos de socialização que auto-regulam a sociedade, permitindo que esta venha decompor-se.

A decomposição da sociedade nos países mais modernizados atinge suas formas extremas quando o elo entre o sistema e o ator se rompe, quando o sentido de uma norma para o sistema não corresponde mais ao sentido que ela tem para o ator. Tudo assume então um duplo sentido e o indivíduo deseja afirmar-se por sua oposição à linguagem da sociedade (TOURAINÉ, 2007, p.77).

A noção de sociedade que por longo período em nossa história manteve sustentou a integração e coesão dos indivíduos ao sistema através de princípios universalistas da razão e dos direitos universais (DUBET, 1996), hoje se encontra em crise onde se evidencia o surgimento de movimento que opõe o indivíduo à sociedade. As instituições como a família, a escola, cuja finalidade era manter os vínculos sociais que integram os atores no sistema social, perdem sua eficiência, e portando a capacidade de socialização, compreendida como o processo pelo qual o indivíduo interioriza normas que operam coercitivamente sobre a consciência individual e coletiva, promovendo a integração (DUBET, 1996).

No cerne da crise do social devemos identificar as conseqüências negativas produzidas sob a forma de destruições materiais, intensificando o problema da fome e da falta de recursos para a sobrevivência, a exclusão social, a violência e a criminalidade que são reflexos da nova ordem onde predomina o fator econômico. Os conflitos sociais se originam agora ao nível da economia globalizada e principalmente sobre o trabalho, pela sua precariedade, risco e vulnerabilidade que produz insegurança.

A categoria trabalho considerada essencial para análise da sociedade industrial, represente ainda hoje um papel central na nova representação do mundo econômico, assim interpretada.

O trabalho traça mais que nunca a linha demarcatória entre a parte central e superior da sociedade a sua periferia. É verdade que muitos não pensam no trabalho senão como meio de conseguir férias e garantir recursos na idade da aposentadoria; mas para um número igual – ou até maior – de pessoas, o trabalho ocupa um lugar mais importante, que não se reduz às horas que lhe são consagradas diretamente: assim a formação, a reciclagem, os jogos tecnológicos ou a informação estão no cerne do tempo livre (TOURAINÉ, 2007, p.78).

O trabalho e seu significado na vida dos indivíduos é também uma das facetas da crise do social que se volta para o consumo de bens e informações, as exigências de trabalho qualificado não impediram que grande massa de trabalhadores permanecesse em trabalhos precários e não qualificados, fator que revela a distinção entre os que possuem qualificação, (os especialistas) dos que não possuem formação ou que viram suas funções serem desvalorizadas pelas frentes tecnológicas.

As transformações ocorrem a partir dos processos de crise, sobretudo dos valores que sustentam a sociedade e que passam a ser questionados pela mesma. Define-se a sociedade a partir da complexidade do social, onde os atores não propugnam mais a unidade, no entanto busca a identidade, a diversidade do social influenciando o conceito de democracia que deve dar-se no dissenso e não mais no consenso (WANDERLEY, 2004).

A dessocialização entendida como a rejeição a normas e valores sociais indica também as transformações no sentido da reivindicação de direitos culturais através de sujeitos pessoais. O pensamento social deve organizar-se em torno dos problemas culturais, contexto em que são nomeados novos atores e novos conflitos a partir de uma representação do eu e das coletividades. A passagem de um paradigma a outro, de uma linguagem social sobre a vida coletiva a uma linguagem cultural (TOURAINÉ, 2001). Esta ruptura ocorre quando o indivíduo opõe-se ao sistema e suas normas, buscando afirmar-se a partir de uma identidade individual

e coletiva que possibilite sua libertação do sistema e da ordem social.

O sujeito e os direitos culturais estão no centro das representações do social, evidencia-se o movimento de resistência dos atores a todas as formas de impessoalidade do sistema, evocando o individualismo e novas formas de subjetividade a fim de se libertarem de toda forma de poder que lhes impedem de construir sua própria autonomia através de uma busca incessante de si mesmo. “[...] movimento de libertação pelo qual os dominados, rejeitando sua submissão, atribuem-se uma subjetividade, afirmam-se como seres de direito que rejeitam a injustiça a desigualdade e a humilhação” (TOURAINÉ, 2001, p.101).

Para Touraine o sujeito se define pela resistência ao mundo impessoal das regras e das normas que promove a violência e as guerras e pela busca incessante de si mesmo e de sentido para a sua ação. “O sujeito é a vontade de um indivíduo de ser reconhecido como ator” (TOURAINÉ, 1999, p.220). O individualismo é a desagregação do eu definido como um conjunto de papéis, e a ascensão de um individualismo consciente reivindicando uma liberdade criadora que é seu próprio fim. “O indivíduo deixa então de ser uma unidade empírica, um personagem, um eu e, por um movimento inverso, torna-se o fim supremo que substitui não só a Deus, mas também a própria sociedade” (TOURAINÉ, 2001, p.102).

Nesse sentido a destruição da idéia de sociedade leva à construção da idéia de sujeito autocriador, que pela resistência busca escapar aos determinismos sociais impostos pelos modos de modernização ocidental. Constituíram em movimentos de libertação, identificados como o movimento operário, o movimento de libertação nacional, e mais recentemente, os movimentos feministas e ecologista que impunham lutas em prol de direitos universais à igualdade, liberdade e justiça.

Envolve o debate sobre o sujeito que se torna ator, reivindicando a igualdade e a diferença, também o reconhecimento em sua singularidade. Serão abordados os aspectos relacionados ao pluralismo cultural, aos direitos sexuais e a mestiçagem étnica. Na busca por reconhecimento na diferença podem ser relacionados principalmente o movimento das mulheres que lutam por subjetivação associada à liberação sexual e a identidade cultural da mulher; e o movimento dos homossexuais que buscam o fim da discriminação e o reconhecimento da bissexualidade.

DIÁLOGO E OUTORGAMENTO NA NOVA ORDEM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As transformações na era da globalização requerem a compreensão das relações complexas que permeiam os sujeitos em sua ação social. As políticas sociais pensadas a partir de uma nova categorização integram os conceitos de luta – demanda – negociação – outorgamento (PASTORINI, 1997) através dos quais os sujeitos e grupos sociais numa relação processual e de uma instância de negociação

pressionam o Estado a fim de terem suas reivindicações atendidas. No que se refere ao emprego da categoria demanda - outorgamento incorporada à nova configuração das políticas sociais.

Assim, partindo do processo previamente analisado, pensamos ser mais útil e fácil o emprego da categoria "demanda-outorgamento", obviamente incorporando nela as contribuições que fez a perspectiva marxista clássica da luta de classes, que nesta nova categorização refere-se a uma relação processual (e não uma relação unilinear) entre sujeitos ou grupos sociais, uns que pressionam e demandam, outros que outorgam e integram (PASTORINI, 1997, p. 98).

Os atores definem as demandas a partir dos implementadores, traçando planos no diálogo com conselhos que levam ao outorgamento das políticas públicas. As críticas devem se institucionalizar no nível da negociação e outorgamento numa ordem democrática, esta é a nova ordem das políticas públicas. Os atores produzem as demandas e as transformam em políticas públicas (SOUZA, 2006). No centro dessa discussão está a preocupação com a construção de agendas que são as necessidades incorporadas às políticas públicas nos processos reivindicatórios.

Para Souza (2006) a formulação ou definição de políticas públicas numa sociedade complexa não é um processo decisório unilateral, mas deve ser vista sob a ótica da totalidade que envolve elementos econômicos, sociais e políticos. O Estado nesta perspectiva possui uma autonomia relativa, que lhe garante espaço de atuação, porém permeável a influências externas de grupos de interesse e movimentos sociais.

No século XXI as políticas sociais a nível nacional são implantadas por um contexto internacional que caracteriza a política social global. São transnacionais porque não estão ancoradas em nenhum Estado ou território especificamente, ocorrendo em diferentes países simultaneamente. Cenário que decorre de uma nova configuração do espaço social e dos conflitos plurais gerando processo de desterritorialização espacial e de desterritorialização dos direitos (LOPES & MÉLO, 2008).

A ruptura com o modelo de sociedade sistêmica propiciou novas formas de organização em que os atores definem suas demandas através de ações que apresentam novas configurações no que se refere à luta por direitos e ao combate à desigualdade. Processos organizacionais identificados como novos movimentos sociais ou reivindicativos, que se distanciam daqueles encontrados nos moldes tradicionais de reivindicação que foram as ações através da representatividade dos sindicatos e partidos políticos no início do século.

Nesta perspectiva, a desterritorialização espacial e a desterritorialização dos direitos impuseram aos atores a luta por autenticidade e reconhecimento com princípios universalizantes.

Tal emergência e difusão de novos atores reivindicativos permitiram que direitos constituídos em espaços delimitados passassem a influir em novos modos e estilos de vida e, portanto, em novas configurações de reivindicações de direitos onde se entrecruzam lutas por reconhecimento e por redistribuição de recursos materiais, como as reivindicações de emprego, formação e atenção à saúde (LOPES & MÉLO, 2008, p.07).

No entanto é importante mencionarmos que o significado da ação social nesta nova configuração do ator concentra-se em torno do sujeito e dos direitos culturais, onde as variadas formas de resistência traduzidas por protestos e conflitos visam ultrapassar o Estado assistencial que caracterizou o Estado de bem-estar social, modificando seus objetivos e modos de intervenção pública.

Tais mudanças são viabilizadas no contexto da sociedade liberal, onde se verifica o empenho político que converge para o governo representativo, o regime de direito e para a garantia de liberdades, desenvolvendo formas de participação sociais fora dos âmbitos do Estado, através de associações voluntárias e espontâneas “[...] poderíamos pensar nela como uma sociedade que tenta maximizar os bens da liberdade e do autogoverno coletivo em conformidade com direitos fundados na igualdade” (TAYLOR, 2000, p.276).

Nesta perspectiva, a noção de como a sociedade civil se organiza a partir de associações livres, sendo que os múltiplos atores podem atuar intervenção do Estado vindo a constituir-se na esfera pública, compreendido num “espaço comum em que os membros da sociedade se congregam, por meio de uma variedade de meios (impressos, eletrônicos), bem como em encontros diretos, para discutir questões de interesse comum (TAYLOR, 2000, p.277).

Numa nova definição traduz-se num lócus de discussão onde os atores buscam chegar à idéia comum em torno de determinada questão possuindo status normativo, ou seja, “A esfera pública é, pois, um lócus em que são elaboradas as concepções racionais que devem guiar o governo” (TAYLOR, 2000, p.282).

Enquanto característica central da sociedade moderna a esfera pública desempenha papel importante de ação extra político, assim considerada.

Porque a esfera pública é não só uma característica ubíqua de toda sociedade moderna como também desempenha um papel crucial na autojustificação dessa sociedade como sociedade livre, autogovernada, isto é, uma sociedade em que (a) as pessoas formam livremente suas opiniões, tanto individualmente como em termos de uma idéia comum, e (b) essas idéias comuns importam – elas de alguma maneira agem sobre o governo ou o controlam (TAYLOR, 2000, p.277).

Tomando as discussões de Jovchelovitch (2000) em torno das representações sociais sobre a esfera pública, apontam para a centralidade do debate relacionando esfera pública à democracia e a cidadania.

É nessa esfera que o princípio da prestação de contas é desenvolvido, o que leva a uma transformação na natureza do poder enquanto tal. O exercício do poder em si não está em questão; o que muda é a forma do seu exercício: ele deve ser exercido de forma visível e transparente (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 30-31).

A importância da esfera pública para a reflexão dos atores no contexto de uma nova configuração do social está em apresentar-se como espaço de reivindicação radical que leva a mudanças na natureza das relações entre Estado e sociedade. Nela é produzida uma nova concepção de participação política e canal através do qual o cidadão cobra do Estado prestação de conta de suas ações.

É no domínio da esfera pública que se estabelece a relação entre o público e o privado, aspecto a ser considerado nesta reflexão, pois que se refere à forma como questões que se discutem no limite dos espaços privado ou doméstico podem tornar-se públicos gerando novas formas de subjetivação. Tais elementos nos levam a compreender a esfera pública como:

Enquanto espaço que existe por causa da pluralidade humana, enquanto espaço que se sustenta em função da diversidade humana, enquanto espaço que introduz a noção de transparência e prestação de contas e encontra sua expressão no diálogo e na ação comunicativa, a esfera pública traz para o centro da análise a dialética entre o Eu e o Outro (JOVCHELOVITCH, 2000, p.61).

Os atores sociais a partir da esfera pública se mobilizam no sentido de constituir demandas e representações que se universalizam na medida em que são reconhecidas como um bem. São as demandas que se transformam em reivindicações por direitos à seguridade social, casa própria, etc., que vão conduzir os projetos de políticas públicas em longo prazo imprimindo legitimidade à esfera pública.

A REGULAMENTAÇÃO SOCIAL E A LÓGICA DA INCREMENTAÇÃO DE CAPACIDADES

Na ordem da constituição de uma nova cultura política que compõem o cenário de mudanças contemporâneas, identificamos a dinâmica da crise envolvendo a idéia de pertencimento. No aspecto econômico as desigualdades e a exclusão social geradas pela decadência da sociedade salarial associada ao desemprego, precariedade do trabalho, riscos e vulnerabilidade imprimem a direção das políticas sociais e as reformas do estado baseada na cidadania passiva e na incrementação de capacidades.

No aspecto político verifica-se a unificação dos blocos e mudanças nos projetos de desenvolvimento ditadas pela globalização e internacionalização da economia em que o discurso da política neoliberal se volta para a revisão dos programas de regulação social e das liberdades exercidas através de um sistema de obrigações em torno do plano da cidadania. Comportamento e ética na distribuição dos bens dentro de uma perspectiva da cidadania com ênfase num novo desempenho dos atores através da lógica da incrementação de capacidades (LOPES, 2009). No contexto das novas configurações do social os sujeitos se organizam a partir de um novo desempenho, ou seja, pela capacidade de desenvolver projetos.

Nesta perspectiva o incremento das políticas sociais está em proporcionar ao cidadão a formação no sentido de capacitá-lo a agenciar os recursos através de projetos financiados pelos fundos públicos. A regulamentação social se dá através do sistema de obrigações em torno do plano da cidadania. De acordo com (LOPES, 2009) comportamento e ética na distribuição dos bens dentro de uma perspectiva da cidadania proposto num modelo de organização onde os movimentos sociais incrementam a regulamentação social.

No bojo das transformações ocorridas na ação social no tocante a liberdade de atuação das associações civis, é importante trazer para esta discussão o debate proposto por Krischke (2003) em torno da constituição da cultura política em que a crise constitui-se em estratégia do sistema onde os atores agem a partir de conflitos que extrapolam os interesses particulares.

As reivindicações e demandas se organizam em torno da questão da formação identitária. Os atores sociais combinam orientações e ações estratégicas e de identidade que levarão a iniciativas sobre a lógica de reestruturação dos atores, promovendo a transição democrática. A lógica da ação coletiva desloca-se para a lógica identitária através de canais de participação no contexto da expansão.

A representação política e a participação têm fortes conseqüências para os processos de expansão e consolidação do regime democrático. O movimento feminista e similares (KRISCHKE, 2003), atribuindo-lhes a capacidade de manejar com flexibilidade suas ações estratégicas e identitárias, conquistando espaços e

reconhecimento público na esfera política que viabilizaram mudanças de legislação e gestão a cerca de seus problemas específicos traduzidos em benefícios. A ação coletiva nos movimentos de gênero gera capacidade de intervenção que constrói formas de influencia cultural e o intercâmbio recíproco com os atores significativos da sociedade.

Dentro desta nova configuração dos atores, as organizações civis e suas representações são concretizadas na efetivação de novas alianças com o campo político que permite aos sujeitos se legitimarem e suas demandas que favorecem as mudanças nos padrões de intervenção do Estado. A este respeito, o debate atual é apontado para o movimento que se realiza em torno da democratização da sociedade no contexto da nova configuração da sociedade civil (LAVALLE, 2003).

[...] o atual leque de temas nas agendas acadêmicas e das agências de financiamento é sintomático: cidadania responsável, isto é, participativa, não limitada ao exercício passivo de direitos preexistentes, desenvolvimento local, não como decorrência de macrodiretrizes, senão vinculado ao controle, conhecimento e anseios de microatores de base territorial; governança em vez de governabilidade: *accountability* enquanto horizonte de exploração para ampliar as interfaces entre o Estado e a sociedade civil (aquém ou além dos mecanismos democráticos clássicos); inovação institucional para a criação de espaços de gestão e participação da sociedade civil no Estado (LAVALLE, 2003, p.108).

As novas formas de representação civil estão ancoradas em instituições democráticas, onde as demandas projetadas são levadas ao debate no campo político, negociadas dentro de estruturas do aparato democrático. As lutas e ações se dão no âmbito das representações de expressão democrática no qual o exemplo mais significativo é o modelo de gestão com base no orçamento participativo. A pluralização das esferas públicas e a garantia de novos espaços de participação encaminham as ações no sentido da ordenação de políticas públicas ampliando a esfera democrática.

Devemos ainda considerar como elemento constitutivo da regulação social na contemporaneidade o enfoque dado à cultura enquanto recurso, envolvendo a esfera econômica e política, com a argumentação de que ela reduz os conflitos sociais e promove o desenvolvimento econômico. Nesse sentido enfatiza-se que: “pode-se dizer que a cultura simplesmente se tornou um pretexto para a melhoria sociopolítica e para o crescimento econômico [...]” (YÚDICE, 2006, p. 26).

Ainda com base na teorização de Yúdice (2006) inferimos que a arte como cultura tem no capitalismo o potencial de solucionar problemas sociais como a criação de empregos que contribuem para a estabilidade econômica. Os bens culturais como cinema, teatro, turismo e artesanato tem a função de intervir

na desagregação social mantendo a auto-estima e coesão social, também fornecendo recursos materiais e geração de renda.

O interesse em canalizar recursos para investimentos na cultura por parte de grandes empresas e fundações internacionais advém da compreensão de que se trata de uma esfera crucial, com possibilidades de gerar retornos econômicos e sociais a nível local e nacional constituindo-se em capital social. "Alguns até defendem que a cultura se transformou na própria lógica do capitalismo contemporâneo" (YÚDICE, 2006, p.35). "O que conecta sujeito e sociedade são as forças performativas que os operam, por um lado, para "arrear" ou fazer convergir as muitas diferenças ou interpelações que constituem e singularizam o sujeito, e, por outro lado, para rearticular um maior ordenamento do social (YÚDICE, 2006, p. 35)".

A regulamentação social se dá no plano da cidadania através de processos democrático, em que cabe ao Estado a organização de um sistema de obrigações e de distribuição de bens oriundas das reivindicações e demandas dos atores. As políticas sociais conectam-se a uma nova configuração do ator, ligada a lógica da incrementação de capacidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas podemos concluir que a sociedade moderna apresenta configurações que vão inaugurar uma nova concepção de ator social, sobretudo, a partir do declínio da sociedade sistêmica. No contexto do mundo globalizado os atores lutam para dar um novo sentido as suas ações e investem nas reivindicações aos direitos culturais como uma forma de apelo ao sujeito pessoal.

Com a crise do social o indivíduo fragmentou-se e tornou-se mais suscetível a desagregação promovida pelas guerras, violência e desigualdades sociais, no entanto, no bojo desta realidade os indivíduos encontram novas formas de resistência expressas na construção de defesas, de críticas e de movimentos de libertação.

A correlação de forças entre as coletividades e o Estado caminha na direção dos direitos culturais ligados a direitos políticos que visam à proteção da diversidade das práticas sociais e das identidades particulares. Verifica-se que os novos atores constituem-se como sujeitos de direitos que resistem ou lutam em nome da individualidade e do direito de ser ele mesmo. As lutas e ações se dão no âmbito das representações e da expressão democrática nas esferas públicas, que se projetam como espaços abertos à participação popular. As ações coletivas

O ator e as novas configurações do social na contemporaneidade

possuem potencial de sinergia nas relações entre Estado e sociedade rompendo a lógica do representante e do representado que pode ampliar a esfera democrática.

NOTAS

¹ Enaide Tereza Rempel - Professora na Rede Pública Municipal de Educação de Sinop – MT, Mestre em Ciências. Rua das Hortências, 351 – Bairro Jardim Paraíso – CEP 78.556.134 – Sinop – MT. enaiderempel@hotmail.com

² Roberto Alves de Arruda - Professor na UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus de Sinop, Mestre em Ciências Sociais. Rua das Hortências, 351 – Bairro Jardim Paraíso – CEP 78.556.134 – Sinop – MT. Roberto_a_arruda@hotmail.com

REFERÊNCIAS

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget. 1996.

KRISCHKE, Paulo. **Aprendendo a democracia na América Latina: atores sociais e mudança cultural**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LAVALLE, Adrian Gurza. Sem pena, nem glória: a sociedade civil nos anos 90. **Novos Estudos, CEBRAP**, n.66, p.91-109, jul. 2003.

LOPES, José Rogério; Mélo, Jose Luis Bica. **Democracia, desigualdades e direitos desterritorializados: um esboço da questão**. Ciências sociais Unisinos, vol.44, n.1, p. 5-12, jan./abr. 2008.

LOPES, José Rogério. **Mudanças contemporâneas, agenda mundial das políticas sociais e o Fórum social mundial de 2010**. Seminário do IHU: Unisinos. RS. 2009.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria "concessão-conquista. **Serviço social e sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 18º, n. 53, p.80-101, mar-1997.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, n.16, Porto Alegre, jul./dez. 2006.

TOURAINÉ, Alain. **A procura de si: diálogo sobre o sujeito**. Instituto Piaget. 2001.

_____. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. 3. ed. Petrópolis, RJ, 2007.

_____. **Crítica da Modernidade**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000.

WANDERLEY, Luis E. W. **O enigma do social**. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luis Eduardo W; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. **Desigualdade e a questão social**. 2. Ed. São Paulo: EDUC, 2004.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Artigo recebido para publicação em 18 de setembro de 2011.

A INTERSUBJETIVIDADE DO PODER NO PENSAMENTO DE FOUCAULT

Victoria Elena Santillán Briceño ¹
Ángel Manuel Ortiz Marin ²

RESUMO: Para Foucault os indivíduos concretos poderiam ser entendidos como resultado de aparatos sócio-políticos que os configuram, os fixam, os submetem e os limitam. Sujeito constituinte, que articula uma série de tecnologias de exclusão e inclusão que aspiram à produção de um específico modelo de subjetividade. Ou seja, o sujeito na plenitude de suas determinações: corpórea e transcendental, factual e eidética, com a totalidade de suas experiências transcendentais e a totalidade de seus respectivos correlatos objetivos, junto a seu mundo circundante. Assim, se propõe uma reflexão teórica a partir da discussão dos instrumentos teórico-metodológicos do pensamento e obra de Michel Foucault. Dispositivos que ao serem considerados no trabalho investigativo de campo, modificam a análise hermenêutica, os processos de construção e reconstrução das identidades sociais sempre dentro de uma perspectiva dialética. No geral, o investigador se encontra situado dentro de um espaço social numa circunstância histórica específica, e pode compreender o significado da experiência cultural, assim como a identidade social da realidade, a partir de descobrir e descrever os dispositivos ou os sistemas estratégicos de poder e saber que configura a subjetividade.

PALAVRAS-CHAVE: Realidade, Poder, Subjetividade, intersubjetividade, Relações de poder.

ABSTRACT: On Foucault point of view sound individuals might be understood as result of social – political devices that design them, fix them, and impose boundaries on them. Constitutive subject, which to articulate a series of inclusive and exclusive technologies which expect to produce a specific subjective model. What we meant, the subject in full use of its own determination: bodily, transcendental, factual end eidetic, with all of its transcendental experiences and all of its respective objectives, among the world surrounding him. Therefore, we propose a theoretical reflection starting from the discussion of theoretical-methodological thinking instruments and complete works of Michel Foucault. Devices who when taken in account in field investigation, modified in the hermeneutic analysis the building and re-building process of the social identifies always immersed in a dialectic perspective. In general, the researcher is embedded in a social space inside and specific historic circumstance and can understand the meaning of cultural experience, as well as social identity of the true, starting from unveiled and describe the devices or the strategic power systems and knowing what configurates its subjectivity.

KEY-WORDS: Reality, Power, Subjectivity, Intersubjectivity, Power relations.

Na empresa da produção do conhecimento social, as ciências humanas designam como objeto central de seus esforços a análise que conduz à precisão, descobrimento e compreensão ampliada do homem, tanto em sua dimensão individual como coletiva, assim como de sua cultura. A partir da interpretação da experiência pessoal, se revelam as relações que estruturam e organizam o tecido social.

Sem dúvida, não há uma só racionalidade desde que sejam pensadas todas as dimensões da atual complexidade, pelo contrário, a compreensão do presente abre espaço à análise histórica das instituições sociais e de seus processos. Portanto, existem diferentes formas de revisar os distintos estratos das manifestações materiais e imateriais da sociedade. Disjunção que se realiza principalmente por meio da compreensão das intenções intersubjetivas.

Em tal possibilidade haveria que localizar os postulados enfocados à compreensão da lógica dos sistemas de relações, reflexionados a partir do desenvolvimento histórico de determinadas situações. Isto é, buscar nas coisas para encontrar a forma do conteúdo, o que supõe um esforço de indagação alcançável na interpretação do sentido da ação humana. Pretensão que aposta pela reflexão continua que nutre a construção de um conhecimento produzido em condições de reconhecimento intersubjetivo.

É justamente no cruzamento dos dispositivos desenvolvidos no pensamento de Foucault, onde se propõe a observação dos instrumentos teórico-metodológicos para a abordagem e reflexão do social. Enfoque divergente que amplia a análise hermenêutica ao modificar os processos de construção e reconstrução das representações e as identidades sociais, em virtude de que os sujeitos se agrupam e participam ativamente na elaboração do processamento e as situações do discurso social dominante, mesmo que outorga sentido e significação às práticas sociais.

É assim que neste ponto é substancial compartilhar uma análise teórica dos conceitos do pensamento de Michel Foucault, sentido que propõe destacar e colocar em perspectiva o valor reflexivo de tais postulados para a compreensão e interpretação intersubjetiva da realidade social. Intenções que conduzem e dão origem a este texto.

ENTRANDO NA REALIDADE

Com as ciências sociais também chamadas ciências humanas (alguns autores as distinguem), a atenção se focaliza nas manifestações materiais e imateriais da sociedade e com isso, se irrompe nos assuntos do homem não atendidos pelas ciências naturais. Dedicção centrada na interpretação do sentido da ação humana, principalmente por meio da compreensão das intenções subjetivas dos sujeitos, em prol de revelar ou descobrir as regras e leis detrás das condições

sociais que configuram a realidade.

Orientação investigativa na qual a sociedade se encontra no conjunto de signos que asseguram um modelo de relação e/o comunicação. Ou seja, através de sistemas de pensamento e ação que produza significado dentro de uma realidade. Surge então como relevante o questionamento: o que é a realidade? Pretensão que excede muito os propósitos do presente trabalho, além de resultados nada simples, e muito menos finita. No entanto, parece necessário alguma aproximação para fazer inteligível as estruturas que articulam a ordem da realidade empírica.

Assim pensada, no sentido comum, a realidade da conta de tudo o que existe, o que inclui tudo o que é, seja ou não perceptível, acessível o entendível. Noção que abre espaço à precisão dada por Lacan (2006), quem distingue o real, entendido como o conjunto de coisas independentemente de que sejam percebidas pelo ser humano; da realidade, não fundamental de natureza fenomenológica, propriamente subjetiva, que compreende esse conjunto de coisas tal como são percebidas pelo ser humano. Assim, a realidade está contaminada de subjetividade, e a sua vez, mediada pela ordem estrutural (produtor de sentido), de uma época determinada.

No sentido estrito, esta realidade abarca tanto o aparente, dimensão que corresponde ao aspecto exterior das coisas, na qualidade de ser enganosa e parcial, que bem parece e não é, ao ocultar o interior, o que a coisa é realmente; como, a manifestação da coisa, identificando aparência e realidade. Discrepância na qual efetivamente ambas formam parte da realidade, da *realidade-real*, em três dimensões: a coisa como é em realidade; a coisa tal como se apresenta; e o conhecimento da realidade.

É necessário perceberem em primeiro lugar, que não há uma única realidade; em segundo, esta realidade pode manifestar-se em ocasiões tal como é, e em outras, aparecer de um modo ou de maneira enganosa que ao ser examinada de maneira minuciosa resulta ser de outro modo; e terceiro, conhecer a realidade implica dar uma explicação de como e por que é ou aparece como o faz.

Por tanto, a realidade de si, não é imediatamente cognoscível e transparente, mas sim, se manifesta através de aparências de modo fenomênico, não diretamente perceptíveis. De fato, em boa parte esta é obra nossa. Assim, o convencional, os códigos standardizados de pensamento e comportamento (artifícios construídos), desempenham a função social de contribuir a dar forma a isso que chamamos realidade social.

É nesta diferenciação entre a realidade ou essência das coisas e sua aparência ou forma de manifestar-se, que está dada a opacidade do mundo, e precisamente se faz imperiosa sua elucidação, o que estava oculto para que agora fique revelado, pois a realidade social contém elementos ideológicos e de interesse que a constroem, reconstroem e a transformam, produzindo efeitos sociais

reais.

O que leva diretamente ao tópico da construção social da realidade, agora entendida como um produto humano no que são incluídas as realidades e as aparências, o oculto e o visível, o mediado e o imediato. Produto da atividade social humana, não é, portanto, algo dado natural, como lembram Berger e Luckmann (2005), dispõe de caráter dual: facticidade objetiva *versus* significado subjetivo. Nesse ponto, a sociedade é uma realidade objetiva construída através da objetivação dos significados subjetivos, em consequência, o homem, também é de e por origem, produto social.

No sentido estrito, a realidade social é a vida cotidiana que construímos e vivemos, segundo costumes socialmente admitidos pelo grupo. É uma ação de consciência, pois se mostra como uma realidade ordenada, objetivada e tornada ontogênica. Em seguida, é um mundo que se origina nos pensamentos e nas ações, consequentemente sustentado como real. Dualidade em que o externo cede ante o subjetivo no espaço da intersubjetividade.

Deste modo, a prática social como atividade de produção material do social, é o ponto de partida na construção do mundo da vida cotidiana, do sentido comum que se dá por estabelecido como realidade. Mesmo que paulatinamente permite a compreensão do mundo e suas leis, além das relações entre os membros de uma sociedade para participar conjuntamente em determinadas relações de produção.

No processo da prática, o homem como ser social participa em todos os domínios da vida em sociedade, dando origem a um conhecimento que temos atribuído não só de ser comum, mas também, de ser compartilhado. O qual circula e "se transmite de geração em geração e está ao alcance do indivíduo na vida cotidiana" (BERGER e LUCKMANN, 2005, p.162), mas que também, tem a propriedade de limitar-se à concorrência pragmática, que faz referência ao que se tem que saber para o presente e possivelmente o futuro.

Conhecimento ou melhor realidade dada (possibilidade de existência e reprodução da vida cotidiana) concretizada e objetivada em signos, símbolos e significações que agrupados em sistemas materializados, permitem aos sujeitos o acesso aos conhecimentos do seu entorno e à exteriorização das experiências de sua prática cotidiana. Em tal sentido, se avança na configuração de uma ordem social e cultural, existente como produto da atividade humana mediante sua institucionalização a partir da instauração habitual de atos.

Compreender a composição da realidade/sociedade implica portanto reconhecer a tensão do humano presente na sua estrutura, já que as comunidades não compartilham valores ou ideais de forma natural. Os conflitos na construção do social são partes imanes da vida cotidiana, mas se reconfiguram e detêm graças a acordos temporais e contratos instáveis aos quais os atores sociais logram chegar

a partir da luta pelo poder.

Segundo Berger e Luckmann (2005), a realidade ou as realidades são conhecimentos que guiam à conduta dos sujeitos, pelo que aquele é essencialmente individual e particular, condição na qual, é viável chegar a consensos na claridade de ser um produto compartilhado por meio de vários processos sociais que organizam e tornam objetiva a realidade. Continuando com as idéias dos autores, estes postulam que a atividade do ser humano tende a tornar-se habitual e vai se instituindo como realidade objetiva em virtude das tradições e convencionalismos que definem papéis sociais num todo organizado e plausível.

Processo dialético onde, de maneira resumida, “a sociedade é produto humano; é uma realidade objetiva, e o homem é produto social” (BERGER e LUCKMANN, 2005, p. 82). Neste sentido, as representações sociais se constroem, reconstroem e transmitem para permitir a comunicação no interior dos grupos, além de determinar sua identidade.

PODEROSA REALIDADE

Ainda que não comentado com anterioridade, de alguma maneira já se abordou o tema da realidade social e sua construção, para os fins de reflexão considerados é substancial recuperar a convicção de que uma realidade como a que se está imerso, é a de uma sociedade que impõe como única realidade implacável.

No entanto, o discurso de Foucault mostra as fissuras do pensamento que celebra a idéia de que a realidade é a coisa em si, instrumento que permite repensar o social em relação à noção de poder e correlativamente, a idéia do poder que se exerce na própria construção, reconstrução e transformação da realidade social.

Percepção que sabem é justificável, igualmente é limitativa, em virtude da associação generalizada do poder com respeito à dominação, aclaração que censura *a priori* as implicações do poder na análise teórico-prático da própria evolução da sociedade. Bertrand Russell, filósofo inglês, considerava que o poder constituía o conceito central das ciências sociais, situado justo no centro das relações do corpo social (PELEGRÍ, 2004).

Tese desenvolvida por Foucault, após afirmar que “existe um sistema de poder, que bloqueia, proíbe e invalida..., que penetra profunda e sutilmente todo o tecido social” (FOUCAULT, 1977, p. 207-208). Afirmação que destaca o poder, a conotação de sistema de relações sociais, suas características e efeitos. Revelação que só é possível no estudo das condições mesmas de constituição do quadro social.

Relações sociais caracterizadas pelo conflito para o qual se definem objetivos, métodos, instrumentos e lugares de confrontação. Logo então, o combate é contra o exercício do poder que se assume como intolerável, para desde esta

posição e espaço de atividade ou passividade dar origem à disputa, sempre conseqüente com a especificidade de tais interesses. Trata-se de conflitos específicos contra um poder particularizado, contra suas restrições e controles exercidos. Castells ao referir-se ao poder o compreende “como dominação reproduzível e o processo de legitimação pelo qual os valores e regras se aceitam por parte dos sujeitos de referencia” (CASTELLS, 2009, p. 37). Daí a circunstancia de que o empoderamento dos atores sociais é interdependente do empoderamento contra outros atores sociais.

Movimentos de luta dirigidos a combater, ali onde se expressa baixo outro nome (saber, justiça, objetividade, política, técnica), todas as coerções que conduzem à configuração e conservação do mesmo poder (GUZMÁN, 2008). Aspecto que ressalta o papel do poder na conformação e desdobramentos do social, e desta maneira, a conjectura de um enfoque relacional da sociedade, vista como um conjunto de relações sociais e não de coisas.

Perspectiva relacional que permite entender os fenômenos sociais num sentido amplo de resultados, criações, produções, e não como algo dado de uma vez e para sempre. Isso permite a percepção das relações, que são de uma só vez combate e poder, em duas dimensões: na forma objetivada e na de subjetivação humana, em conseqüência, entendidas como produções e resultados de atividades ou práticas específicas. Dualidade na qual se forja isso que chamamos e vivenciamos como realidade, mesmo que agora seja possível descrever como produto de um sistema de relações articulado por diversas forças de poder.

Poder, produtor de conhecimento e realidade, que determina as vias pelas quais se constroem as verdades aceitas numa época determinada. Epistemes, etapas históricas, nas que se hão de descobrir e analisar em relação a cada contexto, a concepção concreta de verdade, entendida como um produto social mediatizado pelas características, posição e interesses do sujeito e os sujeitos sociais que a produzem (DÍAZ, 2005). Intimamente vinculada numa relação circular com um sistema de poder que a cria e a mantém, e aos efeitos de poder que ela induz, e que a estendem (GUZMÁN, 2008).

A realidade é produção que se assume como verdadeira, também é certo que esta ponta de verdade deriva ou é condicionada por certas condições estruturais organizadas em relação a determinados significados postos em comum à maneira de discurso, isto é, um conjunto de regras adequadas de uma prática, as quais definem o regime dos objetos, nunca a existência de uma realidade *per se*.

De tal forma que em toda sociedade, a produção da palavra está controlada, selecionada e distribuída por certos procedimentos, assim o mistério se revela ao solucionar as forças que articulam a expressão da seqüência de enunciados que o integram em virtude do lugar em que se manifesta, assim como do sujeito portador deste (DÍAZ, 2005). Elementos configuradores da veracidade discursiva no

encontro com a institucionalidade, que o aloca em quanto a sua legalidade a respeito das regras e normas que a regem.

Todo discurso se organiza no contraste de permissões e restrições no jogo da verdade, a fim de evitar conjurar poderes. Recriação importante não só para reconhecer a constituição do verdadeiro, senão também para identificar como se constitui este saber verdadeiro, através da análise mesma do discursivo (enunciados) e o não discursivo (acontecimentos). Busca-se na, e de maneira profunda, as formas de produção da vida cotidiana na qual somos a sua vez, sujeito e objeto.

Se efetivamente, o ato do discurso surge de regras estabelecidas segundo um jogo de verdade (campo enunciativo), em resposta a uma vontade da mesma ordem, cobra relevância ao elucidar esse conjunto de relações de força que entrelaçam e certificam a veracidade do discurso. O que significa, descobrir como se tece a malha social, que forças lhe dão origem e forma a essa trama.

Precisamente ali na essência deste questionamento, é onde se torna sensível saber dois sujeitos: as posições e funções que na dimensão do exterior objetivamos usos e costumes, o que os sujeitos dizem e fazem dentro de uma conjuntura particular. Em outras palavras, conhecer as práticas que materializamos acontecimentos, de modo que Foucault (1993) o pressupõe não como uma decisão, senão como uma relação de forças que se invertem, um poder que se confisca, recupera e se volta contra quem o utiliza. Trata-se de uma dominação que se debilita para autorizar outra que surge de maneira disfarçada.

Sucedendo então, que o comportamento humano está ligado inevitavelmente ao poder, de tal forma que as relações dos sujeitos, não são só sociais mas também de poder. Entretanto, o que é o poder? Ou ainda melhor, como se exerce o poder? Sem ter a pretensão de esgotar ou bem, estreitar até seus últimos limites tal categoria, ademais de reconhecer que existem múltiplas e diversas noções ao respeito, as ferramentas teóricas aportados por Foucault representam uma contribuição significativa para sua compreensão, e das particularidades da ordem social que lhe acompanham.

Neste ânimo, e para os propósitos do texto convêm atender sua aproximação desde duas considerações, o que não é, num primeiro momento, para posteriormente, expressar o que é. Para Foucault o poder não é uma forma, não é algo singular, nem bipolar, mas sim, algo múltiplo. Neste sentido, não reside numa só pessoa ou coisa, tampouco lhe pertence em exclusividade aos governantes, nem é capacidade única das instituições, ainda quando as instituições também detenham poder. De igual maneira, não radica só "nas coisas materiais (ainda que em muitos se lhe representam), nem na força física, nem na psicológica como formas de controle e dominação sobre os indivíduos" (ORTIZ, 2006, p. II). No fundamental, em um primeiro recorte acerca do poder é possível matizar que não

há uma instância pontual do poder, no sentido substantivo não existe, seu estado ontológico não é o de um ente objeto.

De maneira sucinta, o poder circula através do indivíduo, não contra ele, neste sentido, considerá-lo como algo estático é um erro de apreciação. De igual forma acreditar que só reside num indivíduo, grupo ou classe, é uma idéia equivocada ou uma visão reducionista do mesmo, pois dialeticamente é efeito e conexão do poder (ORTIZ, 2006). Este está constituído por um conjunto de disposições estratégicas que se exercem mais do que se possuem.

Em uma segunda vista e de acordo com Foucault, numa primeira premissa o poder é um complexo sistema de relações de forças, assim entendido, circula e funciona em cadeia; manobra através de uma organização reticular. Desde esta dimensão, se trata de um jogo de forças, onde força não tem outro objeto nem sujeito que a mesma força, e como tal exceda violência, em outras palavras, seu objetivo são as outras forças. Poderia se dizer ações sobre ações: induzir, incitar, facilitar, dificultar, limitar, ampliar, e fazer mais ou menos provável certas possibilidades. Forças do poder definidas por sua capacidade de afetar a outros, mas a sua vez, com capacidade de resistência. Neste sentido, existem efeitos ativos e reativos. Os primeiros são de incitação, de suscitação, de produção, de obrigação; enquanto os segundos, de serem incitados, de serem suscitados, de serem obrigados a produzir. Ontologicamente significa que as forças afetadas têm em essência capacidade de resistência (DÍAZ, 2005).

No substancial, em seu ser o poder é relacional. Portanto, "não surge depois de que se há estruturado o todo social, senão que é elemento de sua conformação" (ACANDA, 2003, p. 115). Trata-se de relações de forças nas quais este se exerce não como uma propriedade, mas sim como uma estratégia, cujos efeitos de dominação não são atribuíveis a uma apropriação, mas sim, a umas disposições, manobras, táticas, técnicas ou funcionamentos, que decifram nele uma rede de inter-relações de tensão complexa e recíproca, que operam como forças de produção (FOUCAULT, 2005). Intrínseco no que se definem pontos de enfrentamento, de luta de forças ativas e reativas, que os atravessam de ponta a ponta e de lado a lado.

Atributo que pondera as dimensões produtivas do mesmo, as formas em que este atua através das ações individuais, adjudicando aos sujeitos a capacidade de atuar, pensar e sentir (FLEVBJERG, 2001). O que lhe descreve como técnica de domínio e controle que tem por efeito conduzir condutas ao ser real, objetivo, ativo e dinâmico, mais que um privilégio que se detém. Assim, no sentido social, se converte, de gestor da capacidade de obrar, em capacidade para determinar a conduta dos outros (ORTIZ, 2006).

Desta forma, num esforço de refinamento nominal, Foucault (1991, p. 144) considera que "o poder transita transversalmente, não está quieto nos indivíduos".

Portanto, só existe no ato concreto de seu exercício, na especificidade de diversas contingências, pois “o poder não se possui, se exerce” (GUARESCHI, 2005, p. 381), dentro da singularidade das relações de força, que é onde se localiza sua origem e duração. Por conseguinte, as vicissitudes de sua produção se encontram na penetração da sociedade, na trama relacional cuja continuidade se articula numa série de mecanismos complexos que em sua execução, as torna efetivas relações de poder, e dado que está em toda relação social, de um ponto a outro, sua transfiguração é a de ser veículo e expressão do mesmo (ACANDA, 2003).

Além disso, as relações de força sempre acontecem sobre a base de dois elementos em conexão ou interação: um que exerce a ação de poder e outro sobre o qual se exerce tal ação, mantendo em tal consideração até o fim, e o segundo, um campo de respostas, reações, efeitos e invenções possíveis, já que sem liberdade não existe poder, pois é condição de sua existência. Conexão explicativa, segundo a qual, dominados e dominantes sempre dispõem de capacidade contestatória, em outras palavras, sucede que na trajetória contínua do exercício do poder, este não só se sofre, mas também se exerce (FOUCAULT, 1991).

Matiz que elucida a idéia de que todos os sujeitos possuem e expressam na prática social das interações cotidianas, alguma forma de exercício de poder. Trata-se do reconhecimento da capacidade de resposta dos sujeitos, pois geralmente se pensa nela unidimensionalmente, supondo que aquele só se aplica desde a posição do dominante para com o dominado, ao qual se confere uma condição de passividade, com o qual Foucault (1991) não está de acordo. Entretanto, é possível sinalizar que como ação humana é um ato consensual, um instrumento real, e óbvio, de organização relacional para conduzir ou formar condutas, pelo que, no cotidiano o consenso ocorre no referente ao acordo para o exercício do poder ou para a aceitação de seu exercício (SANTILLÁN, 2009).

A questão é que o poder não é uma propriedade adquirida, não se conserva de uma vez e para sempre, mas que é o efeito de um conjunto de posições estratégicas que às vezes acompanha aos dominados. Não aplica obrigação, nem proibição a quem não o tem, senão que os invade, se apóia e passa por, e através deles, da mesma forma que aqueles, em sua luta contra ele (FOUCAULT, 2005). Do que se deduz seu efeito transversal e contínuo, ao transitar livremente nas relações, cuja organização se dá de acordo a intervalos ou lugares intercambiáveis, o que significa, como já se há referido, que nelas simultaneamente se é objeto e sujeito de poder. Condição concretizada a partir da utilização de um conjunto de práticas culturais que ordenam à subjetividade dos sujeitos, constituída através da liberdade destes, quem por múltiplas estratégias se encontram determinados (SANTILLÁN, 2009).

Não estrito, poder significa relações, assim que não é uma instituição ou estrutura, ou certa força, é uma complexa rede de relações estratégicas mais ou

menos organizadas, hierarquizada e coordenada numa sociedade dada, em ocasiões é mais uma estrutura simbólica. Não se impõe à sociedade para regular o que esta produz, senão que desde o princípio sociedade e poder interatuam produzindo-se um para o outro como parte de expressões de poder (ACANDA, 2000). Concebido desta maneira, é uma construção social, e como tal, produto de uma relação social, que especificamente se exerce sobre os outros. Ou seja, como fenômeno social sua manifestação e operação sobre os indivíduos demanda da vontade daqueles, cuja concreção existe na possibilidade de alguma intenção, decisão o sequência de decisões determinadas, em função das quais sua aplicação pode se guiar e dirigir-se.

Tal parece que em essência o poder não é repressivo, então é inevitável perguntar: por que existe o que o sustenta? Corolário que estenda a visão à análise dos mecanismos onde se produz aquilo chamado poder. Ainda assim, para que realmente se dê é indispensável à liberdade dos indivíduos, luta agônica inspirada na incitação e provocação recíproca e permanente. Equilíbrios e desequilíbrios no deslocamento de forças no sentido de uma governabilidade, ou seja, da estrutura do campo de ação da ordem multilateral, nunca unilateral. Pois cada força pode afetar e ser afetada por outra ou outras, e justamente ali, é onde se localiza e estende sua origem, distribuição, redistribuição e conservação. Inequivocamente isso implica relações de poder, através das quais as forças se distribuem estrategicamente em função das relações e suas variações no campo (DÍAZ, 2005). De modo que, desde o poder se constrói a sociedade, mas a sua vez, esta configura ao poder através do tecido da intersubjetividade dos atores que participam do social. Daí sua dialética.

Segundo Foucault a aceitação do poder em nossa vida está sujeita à produção de coisas, de situações, de prazeres, de discursos; no básico, a prática e exercício do poder está intrínseco à possibilidade e oportunidade de dirigir e induzir condutas, em dispor o campo de alternativas prováveis de ação. Condição recriada na capacidade de estruturar a esfera de atuação dos outros, com o que se logra estabelecer os canais sociais de produção da subjetividade e intersubjetividade humana. De fato, a construção da subjetividade não é um processo livre, nem espontâneo, pelo contrário, é precisamente mediante a intervenção de estruturas de socialização criadas desde o poder que se logra o desenvolvimento comportamental do indivíduo (ACANDA, 2000). Encontra-se na divisão das estruturas institucionais que confirmam o modo socialmente estabelecido de apropriação da realidade, onde o poder, como já se há sugerido, não só reside nas forças institucionais de coerção e violência, mas sim na rede de relações dos processos de produção cultural através da intersubjetividade.

Subjetividade ancorada na vida cotidiana aos mecanismos do poder, conforme a um regime de verdade, próprio de uma formação social, que assegura

seu surgimento e reprodução, estruturalmente falando. Neste marco, é o domínio do poder, o espaço onde o indivíduo se constitui como sujeito, como sujeito de conhecimento, mas sobretudo, como sujeito de poder. Condição de possibilidade tanto para o atuar, como para o resistir (DÍAZ, 2005). Dinâmica na qual inequivocamente, se troca ao sujeito na medida em que vive, fala e produz, isso significa que a interiorização do externo é o processo condicionante para a constituição da subjetividade, que em si mesma não é uma relação surgida desde o indivíduo e para o mundo, pelo contrário, se trata de uma relação forjada desde os saberes e poderes com os quais o indivíduo se encontra no mundo, numa produção que vai do exterior ao interior.

Tal criação subjetiva se materializa em exercícios práticos vindos de fora, poder e relações de força, que afetam (espontaneidade), e a sua vez, podem ser afetadas por outras forças (receptividade). São “relações agnósticas entre homens livres” (DÍAZ, 2005, p. 157), no efeito duplo de incluir a força interior, “dominar a si mesmo para dominar aos outros” (DÍAZ, 2005, p. 157). O que significa que para Foucault, a subjetividade deriva do poder e do saber, mas não depende deles.

Derivação que a respeito das condutas recodifica o diagrama relacional do poder, em quanto princípio regulador interno desdobrado na relação com os outros a partir da multiplicidade de papéis, e dada a complexidade social. De tal forma que os fluxos da subjetividade do ser adquirem visibilidade na abertura das práticas culturais, o de dentro co-extensivo ao de fora, no domínio da intersubjetividade social. Para Foucault os indivíduos concretos poderiam ser entendidos como resultado de aparatos políticos que os conformam, os fixam, os submetem e os limitam.

Desde um ponto de vista geral, os significados compartilhados, construídos pelos sujeitos, se utilizam no ato da anuência do exercício do poder como recursos cotidianos das relações interpessoais do dia a dia para interpretar o sentido dos elementos da vida cultural e social. Intersubjetividade que se condescende pelas relações intencionais que os sujeitos praticam, que se bem existe consenso, também ocorre a divergência, catapultando desde a subjetividade, a constituição consciente da intersubjetividade, a partir do embate entre forças dissidentes concentradas na produção e reprodução do tecido social.

Tipo de associação na qual um elemento não pode se dar sem o outro, e na qual, cada sujeito tem a capacidade de atuação e oposição, pois se trata de relações livres, cuja prática pode no fluxo das relações produzir efeitos de induzir ou dirigir, numa direção, condutas que modificam a malha social para redistribuir o poder e condicionar sua produção. Qualidade que permite fazer visível o jogo de poder, o que significa que nem sempre acontece em posição de exterioridade, mas é iminente e próprio das relações interpessoais (CAVALLERO, 2010). Foucault afirma que toda relação social, é de origem, relação de poder, e poderia agregar-

se, numa realidade intersubjetiva que envolve a seres que se correspondem uns aos outros.

DE FOUCAULT AO SOCIAL

Revelada a realidade da vida cotidiana como um mundo compartilhado produto da construção intersubjetiva, regido por uma forma de poder, é que se torna possível desde a figura e exercício desta capacidade, traçar o diagrama analítico disposto pelo pensamento singular do autor.

Agora sim, depois das previsões anteriores surge a abordagem de como aproximar se a partir das projeções interpretativas deste pensamento. Para isso é importante não deixar dado a consideração mesma que o autor faz a respeito de suas idéias. Em quanto se trata de uma forma analítica que se propõe romper com a visão tradicional, em outras palavras, singulares instrumentos arqueo-genealógicos de reflexão para a compreensão social. "O que digo deve de ser considerado como umas proposições... não se trata de afirmações dogmáticas que devem ser tomadas em bloco" (FOUCAULT, 1978, apud GUZMÁN, 2008, p. 18), mas sim oferecimentos para o saber.

Mapa discursivo no que a reconstituição interpretativa se assenta na relevância de três dispositivos: a) o fundamento da verdade, a representação na época, como dispositivo procedimental da razão e auto-referente dentro dos processos de articulação para a constituição do tecido social; b) posição compreensiva ante a contingência humana, o homem como limite da experiência histórica e intelectual, dimensão que co-existe de maneira implicativa no espaço e o tempo no exercício de sua liberdade; e c) o devir sócio-histórico, o sujeito é tanto o produto como a fonte propiciatória da historia humana (GUZMÁN, 2008).

Tripla forma de problematização na qual a ênfase subjacente se encontra na compreensão sócio-histórica, para pressupor processos de interação mediante os quais, se experimenta e comparte com os outros num sistema de relações. São estas estruturas sociais as quais se canaliza a atividade dos indivíduos e lhe proporcionam sentido, e onde de ordem dominante, afiançadas na vida social, dispõem da capacidade de permear sutilmente a mentalidade dos sujeitos. Com isso, a análise promovida revelará o poder das estruturas, assim como a dinâmica própria de sua existência, emanada da lógica de seu funcionamento. Assim de simples e de complexo.

Portanto, é factível considerar que as ferramentas teórico-metodológicas identificadas para o estudo do social, se derivam de uma das teses centrais do pensamento de Foucault, a saber, o caráter articulador do poder a respeito das relações sociais, numa analogia relacional do poder, e em consequência, da sociedade. Desta maneira, a compreensão da trama histórica se abre baixo o estudo

do poder e seu exercício. Preocupação para a qual o autor expressa algumas regras gerais que guiam a análise e reflexão.

- Não estudar o poder só como forma repressiva ou de proibição, mirar seus efeitos positivos (o que produz);
- Analisar o poder e suas técnicas em termos de sua própria especificidade e não reduzi-lo em consequência da legislação e da estrutura social;
- Realizar uma análise microfísica do poder, isto é, não vê-lo como o domínio hegemônico de um grupo mas como uma organização circular, como uma rede;
- Não analisar o poder em termos de intenção ou decisão consciente, mas sim no nível da sujeição, dos processos que governam os corpos, gestos e ditam condutas, esses processos que nos constroem como sujeitos;
- Considerar que o poder passa através de dominados e dominantes;
- Analisar o poder não como uma propriedade, mas como estratégia; não se possui, se exerce;
- Perceber que o poder e o saber são de natureza distinta, mas interatuam;
- Estudá-lo como algo ubíquo, produzido e reproduzido nos interstícios da vida cotidiana passando por pontos singulares numa abrangência instável e local;
- O poder converte a todos e tudo em instrumento de sua reprodução, em objeto de sua existência; assimila toda relação humana e intersubjetiva;
- As relações de poder não são conhecidas mais que em seu exercício;

· Os indivíduos sempre estão em situação de sofrer ou exercer o poder, são os elementos de conexão;

- Se bem todos os indivíduos são lugares de poder, nem todos incorporam, quantitativa e qualitativamente, a mesma forma de poder; e
- Reconhecer ao poder como instância que constrói totalmente o sujeito.

Dispositivos interpretativos que na discussão analítica do quadro social, mesmo para os fenômenos sociais, listam a possibilidade de compreensão expressada por Foucault: "o que é interessante, é saber, como um grupo, numa classe, numa sociedade operam as redes de poder; ou seja, qual é a localização exata de cada um na rede do poder, como ele o exerce de novo, como o conserva, como impacta nos demais" (FOUCAULT, 1993, p. 72).

Assim avistado, o poder aparece como instrumento conceptual que permite entender, pensar e ordenar nosso mundo social, aos sujeitos e a suas práticas sociais e culturais.

A MANEIRA DE REFLEXÃO

Sem lugar a dúvida o conjunto de poder, conhecimento e subjetividade, tomam formas e mecanismos diferentes nas sociedades. O efeito do poder é

atribuível a uma especificidade de modalidades postas em jogo numa microfísica de relações, as quais não são unívocas, mas, definem pontos de enfrentamento, de risco, de conflitos e de lutas transitórias, onde necessidades são também instrumentos políticos. Trata-se de uma consideração para o controle e a utilização dos homens mediante uma observação minuciosa do detalhe, dos micropoderes, do conjunto de técnicas, procedimentos e do saber, que fazem do corpo força útil ao configurá-lo em produtivo e submetido (FOUCAULT, 2005).

Aproximação que se localiza no centro das estratégias, dos dispositivos e dos procedimentos concretos de saber e de poder, a dimensão do sujeito, e em efeito, a subjetividade do eu, intrinsecamente atribuído á constituição da verdade, em tanto território e campo de produção de certa subjetividade do conhecer e por isso, do discurso verdadeiro. Em sentido estrito, o mesmo sujeito é produto do poder, de redes específicas de relações de luta fixadas em estruturas de saber que moldam um particular modelo de subjetividade, igualmente derivado de vetores de poder. Assim, sociedade, sujeito e realidade guardam em comum o vínculo com a causa e efeito do poder, em outras palavras, de sua origem e produção.

Inegavelmente na visão tradicional, poder se associa com dominação, tanto que ao largo do tempo foram constituídos como sinônimos. Foucault procura romper com esta identificação, substituída pela de um poder produtor, criador de um regime de verdade que desenvolve um pensamento sistematizador e racional, o mesmo que, a constituição de subjetividades (auto-constituição dos sujeitos). Entretanto o objetivo não é eliminar o poder, pois não se trata de “emancipar a verdade de qualquer sistema de poder (o que seria uma quimera, pois a verdade é já poder), mas sim de separar o poder da verdade, das formas de hegemonia social, econômica e cultural dentro das quais opera no presente” (FOUCAULT 1991, apud ACANDA, 2000, p. 87).

NOTAS

¹ Victoria Elena Santillán Briceño - Doutora em Educação. Universidade Autónoma de Baja California. vicky@uabc.edu.mx

² Ángel Manuel Ortiz Marin - Pós-doutorado em Sociologia Política. Universidade Autónoma de Baja Califórnia. mortiz@uabc.edu.mx

A intersubjetividade do poder no pensamento de Foucault

REFERÊNCIAS

- ACANDA G., J. L. De Marx a Foucault: poder y revolución. **Inicios de Partida**. Agosto de 2000.
- ACANDA G., J. L. Amor y poder o la relación imposible. Homenaje a Michel Foucault. **Temas**, 35, 2003.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN T. **La construcción social de la realidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- CAVALLERO, C. 2010. Usos y aplicaciones del pensamiento de Michel Foucault en el estudio de los tratados anti-mágicos de Lope de Barrientos (Castilla, siglo XV). A parte Rei. **Revista de Filosofía**, 69, 2010.
- CASTELLS, M., **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.
- DÍAZ, E. **La Filosofía de Michel Foucault**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2005.
- FLYVBJERG, B. Habermas y Foucault: Pensadores de la sociedad civil? **Estudios Sociológicos**, 19, 295-324, 2001.
- FOUCAULT, M. **Language, Counter-Memory, Practice. Selected Essays and Interviews**. Edited by Donald F. Bouchard, Cornell University Press. Ithaca. New York, 1977.
- _____. **Microfísica del poder**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1991.
- _____. **Las redes del poder**. Buenos Aires: Almagesto, 1993.
- _____. **Vigilar y Castigar, Nacimiento de la prisión**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2005.
- GUARESCHI, M. Del modelo institucional-jurídico a la analítica del poder: Michael Foucault. En Duso, G., **El poder para una historia de la filosofía política moderna** (p. 380-386). México, D. F.: Siglo Veintiuno, 2005.
- GUZMÁN, M., F. Michel Foucault: El pensamiento de la contingencia. **Revista Observaciones Filosóficas**, 2008.
- LACAN, J. **Intervenciones y Textos**. Buenos Aires: Manantial, 2006.
- ORTIZ M., A. M. Las Fronteras entre poder, estado y medios de comunicación masiva desde la teoría crítica. **Estudios Fronterizos**, 7, 9-31, 2006.
- PELEGRÍ, V., X. El poder en el trabajo social: Una aproximación desde Foucault. **Cuadernos de Trabajo Social**, 17, 21-43, 2004.
- SANTILLÁN B., V. E. **La relaciones de poder en el Diseño Curricular**. Tesis de Doctorado, UAEH, México, 2009.

Artigo recebido para publicação em 11 de junho de 2011.

CAPITAL SOCIAL E COMUNITARISMO

Francisco Uribam Xavier de Holanda¹

RESUMO: O artigo aborda o conceito de capital social de forma analítica e descritiva, apresentando-o como portador de características práticas capazes de reconstruir um processo de relações comunitárias como contraponto ao processo de desenvolvimento que corrói as relações de confiança, de lealdade e de compromisso mútuo.

PALAVRAS-CHAVE: Capital Social, Desenvolvimento Sustentável, Engajamento Cívico.

ABSTRACT: This article is intended to provide a descriptive and analytical account of social capital, which favors a view of development as a process that re-build loyalties and mutual agreements in community relations instead of undermining them.

KEY-WORDS: social capital; sustainable development; civic engagement

INTRODUÇÃO

Uma das grandes lições do século XX para o século XXI foi a demonstração empírica de que os avanços científico e tecnológico (biotecnologia, robótica, genética, telemática, tecnologia aeroespacial, etc.) aplicados na produção de bens materiais, seguindo à lógica de mercado, não tornam a humanidade mais livre das amarras sociais e nem das amarras impostas pela forma como aprendemos a ganhar a sobrevivência, ou seja, o trabalho. A apropriação privada das várias formas de riqueza não torna a humanidade mais civilizada, não a conduz a uma vida mais igualitária, nem a deixa com tempo livre para se dedicar a coisas mais nobres, como a arte, a literatura, a vida espiritual e a sua relação com a natureza.

O período pós-guerra consolidou a crença de que o crescimento econômico seria a condição necessária e suficiente para a superação do subdesenvolvimento. O crescimento econômico era visto como um processo no qual quando a taxa de investimentos crescia fortemente, as técnicas produtivas se transformavam rapidamente, diversificando a demanda graças ao aumento da renda *per capita*. Para manter o círculo virtuoso, era só ampliar as oportunidades de investimentos, assim as desigualdades sociais seriam resolvidas.

O que se viu ao longo do século XX é que o crescimento econômico assumiu formas estruturalmente excludentes. O colapso do desenvolvimentismo latino-americano, no final dos anos 60, combinado com o agravamento dos problemas ambientais, principalmente a crise do petróleo, colocaram em xeque a idéia de que o crescimento econômico é condição necessária e suficiente para melhorar a qualidade de vida da humanidade. Foi identificado também que o padrão tecnológico e de consumo predominante dos países industrializados ou de primeiro mundo não é sustentável e nem é possível de ser estendido ou globalizado para todos os cantos do planeta. O que acontece é que quanto maior é o desenvolvimento tecnológico, maior é também o domínio da racionalidade instrumental na natureza, na economia e, sobretudo, no homem. Como bem identificou Karl Marx:

No sistema capitalista, todos os métodos de aumento da produtividade social do trabalho são empregados à custa do trabalhador; todos os meios para o desenvolvimento da produção se transformam em meios de dominação e exploração dos produtores; mutilam o trabalhador, transformando-o num fragmento de homem, degradando ao nível de apêndice de uma máquina, destruindo todo o remanescente encantamento de seu trabalho e transformando-o em um trabalho árduo e detestável; tiram dele as potencialidades intelectuais do processo de trabalho, na medida em que a ciência é aplicada no trabalho, como força independente; distorcem as condições em que ele trabalha, sujeitando-o, no processo de trabalho, a um

despotismo odioso por sua mesquinaria; transformam sua vida em uma vida de trabalho e arrastam sua esposa e seus filhos para o domínio do capital idolatrado (MARX, 1961, p. 645).

Atualmente ainda existem indivíduos e instituições acreditando que desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico são suficientes, principalmente nos países pobres, para alavancar o desenvolvimento, mesmo diante da constatação empírica de que os países que cresceram muito economicamente convivem com parte significativa de sua população desempregada ou na pobreza, com degradação ambiental e exclusão social. Portanto, se é aceitável que na contemporaneidade se retroalimentam a tradicionalidade e a renovação, então, como a história e o cotidiano podem contribuir na formação de uma visão mais complexa de desenvolvimento?

Na sociedade capitalista contemporânea, pós-industrial (Daniel Bell), ou na sociedade da informática (Adam Schaff), da terceira onda (Alvin Toffler), da flexibilidade do trabalho, do capitalismo flexível (David Harvey) ou da cultura de risco (Giddens), não há mais lugar para o longo prazo. A efemeridade, a negação da continuidade corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, "qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável." (SENNETT, 1999, p.27). Esse fenômeno produz um comportamento cético, individualista e relações anômicas que corrompem o caráter.

Para Richard Sennett (1999, p.10), o caráter é um valor que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros. Ele "é expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas a longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro". O desenvolvimento do caráter depende de virtudes estáveis como lealdade, comprometimento e ajuda mútua. Diante de tais exigências, Sennett (1999) levanta questões de fundo para quem quer pensar o desenvolvimento sustentável frente ao capitalismo flexível:

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? (SENNETT, 1999, p.27).

A construção do caráter é inerente à questão da reciprocidade e da justiça social. No século XXI, o grande desafio é o de buscar respostas para a questão da justiça social. Sabemos que o crescimento econômico é necessário; mas não é suficiente, porque o desenvolvimento deve estar relacionado à constante melhoria universal da qualidade de vida e, como defende Amartya Sen (2000, p.17), deve

“ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”².

Um desenvolvimento humano e sustentável não precisa seguir um modelo único como paradigma, mas exige a retroalimentação do capital físico-econômico (insumos, estrutura, financiamento, recursos naturais), com o capital humano (educação, capacitação), com o capital social (confiança, solidariedade, cooperação, normas) e com a boa governança (transparência administrativa, controle social, legitimidade, eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas), como defende Robert Putnam (1996, p.192), “Para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano”.

Diante da insustentável crença liberal – que prega a não intromissão organizada da sociedade no desenvolvimento econômico e, por sua vez, na construção das normas de sociabilidade, porque existe um mercado que é conduzido por uma “mão invisível” que assegura automaticamente o progresso para todos –, a teoria do capital social surge como uma categoria sociológica aplicada à ação coletiva. Seu pressuposto é de que a capacidade de ação é ampliada em situações onde a confiança permeia uma coletividade facilitando a otimização do uso de recursos socioeconômicos e humanos disponíveis.

Para a teoria do capital social, a sociedade é formada pela interação de indivíduos e grupos que criam normas, estruturas, valores e redes (articulações de reciprocidade), cujos objetivos são aferir vantagens sociais. Portanto, o social não é apenas o somatório de ações individuais, independentes umas das outras, coordenadas por uma estrutura impessoal chamada mercado. O capital social, segundo Putnam:

refere-se a características da organização social, tais como confiança, normas e redes que podem aumentar a eficácia de uma sociedade facilitando ações coordenadas [...] Confiança compreende uma previsão sobre o comportamento de um ator independente. Normas de reciprocidade generalizadas e redes de engajamento cívico estimulam a confiança social e a cooperação porque reduzem os incentivos a defecção, reduzem a incerteza e fornecem modelos para a cooperação futura. (PUTNAM, 1995, p. 4).

O conceito de capital social, desenvolvido pelo sociólogo James Coleman (1994) procurou demonstrar sobre quais condições as instituições públicas podem mobilizar recursos sociais com o escopo de alcançar um eficiente processo de desenvolvimento com justiça social. Segundo Jawdat (1999) Coleman levantou a

hipótese de que existe uma complementaridade entre capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). A otimização do capital físico, do capital-econômico e do capital humano é alcançada na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade.

Segundo Coleman (1994), a principal tarefa das Ciências Sociais encontra-se na explicação de fenômenos sociais e não de comportamentos individuais. A partir dos três elementos básicos do sistema social (os atores e seus interesses; os recursos necessários à satisfação desses interesses e o sistema de controle sobre os recursos), ele identifica relações de autoridade e de confiança, examina a demanda por normas sociais e sua realização, para em seguida elaborar sua teoria de capital social.

Para Coleman (1994), as normas são construções sociais. O que ele se pergunta é como as normas podem emergir e ser mantidas entre um conjunto de indivíduos racionais, e como esses indivíduos são levados racionalmente a agir de forma a beneficiar outros indivíduos ou a renunciarem voluntariamente a realizar ações que lhes possam beneficiar imediatamente. Em última instância, ele indaga sobre como é possível à produção de bens coletivos. Para isso, o seu pressuposto é de que as ações sociais praticadas por indivíduos no espaço micro constituem os nexos causais que ligam os fenômenos uns aos outros.

O conceito de capital social, como indutor de mudança social, encontra limites na hierarquia (criadora do clientelismo e do apadrinhamento), como forma de relacionamento político, e na autocracia (geradora do medo, da violência e da coerção), como forma de regulação da sociabilidade e dos conflitos sociais, porque são comportamentos que inibem a produção, reprodução de relações democráticas fortalecedoras do capital social. Para Robert Putnam:

toda sociedade – moderna ou tradicional, autoritária ou democrática, feudal ou capitalista – se caracteriza por sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais, tanto formais quanto informais. Alguns desses sistemas são basicamente horizontais, congregando agentes que têm o mesmo status e o mesmo poder. Outros são basicamente verticais, juntando agentes desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência [...]. Os sistemas horizontais de participação cívica (cooperativas, associações, partidos, clubes desportivos, sindicatos, associações culturais e de ajuda mútua) ajudam os participantes a solucionar os dilemas da ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral [...]. Um sistema vertical, por mais ramificado e por mais importante que seja para seus membros, é incapaz de sustentar a confiança e a cooperação sociais (PUTNAM, 1996, p. 182-185).

Confiança e engajamento cívico estão fortemente correlacionados; quanto maiores as densidades de participação em associações, mais confiantes são seus cidadãos. Confiança e engajamento são duas facetas do capital social. Para Putnam (1996), a vida é mais fácil numa comunidade com um estoque substancial de capital social, por várias razões: primeira, porque as redes de engajamento cívico criam normas vigorosas de reciprocidade generalizada e estimulam a emergência da confiança social. Essas redes facilitam a coordenação e a comunicação, amplificam reputações e, assim, permitem a resolução de dilemas de ação coletiva; segunda, quando a negociação política e econômica está fundada em redes de interação social, reduzem-se os incentivos para o oportunismo e para o clientelismo; terceira, redes densas de interação ampliam o sentido da individualidade desdobrando o eu no nós, ou, na linguagem das teorias da escola racional, realçando o gosto por benefícios coletivos.

Para Peter Evans (1993), entre as funções reguladoras da interação social que cabem ao Estado estaria o papel de mobilizador do capital social.

Segundo Jawdat Abu-El-Haj:

ele ressaltou a idéia segundo a qual o ativismo institucional incentiva as redes cívicas adormecidas, ou historicamente reprimidas, a ganharem uma vida autônoma. A nova construção se baseou na hipótese de que o poder de autonomia coletiva é essencialmente desigual. O Estado é a única instância com potencial de mobilização ou desmobilização das iniciativas coletivas. O sucesso do Estado depende de uma síntese contraditória da autonomia do Estado e da sua exposição cotidiana aos interesses organizados da sociedade. Em outro sentido, a mudança social acontece na medida em que o Estado passa da regulamentação para ação (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 13).

Capital social é uma categoria de uso multidisciplinar, na Sociologia é um conceito aplicado à ação coletiva. Seu pressuposto é de que a capacidade de ação é ampliada em situações cujas relações de confiança permeiam as relações de sociabilidade, otimizando o uso dos recursos disponíveis ou solucionando problemas. Quem mais publicizou o uso do conceito de capital social foi Robert Putnam, para ele,

capital social refere-se a características da organização social, tais como confiança, normas e redes que podem aumentar a eficácia de uma sociedade facilitando ações coordenadas [...] confiança compreende uma previsão sobre o comportamento de um ator independente. Normas de reciprocidade generalizadas e redes de engajamento cívico estimulam a confiança social e a cooperação porque reduzem os incentivos, a defecção, reduzem a incerteza e fornecem modelos para cooperação futura (PUTNAM, 1995, p.4).

Para existir sociabilidade, é preciso que os indivíduos tenham determinadas crenças, criem determinados consensos, coordenem determinadas ações e coíbam determinadas práticas. Para que tais atitudes sejam validadas, é preciso que haja uma sinergia entre as dimensões ética e moral. A dimensão ética pertence a cada indivíduo, faz parte da natureza humana, mas não é dada pela natureza, tem que ser construída culturalmente pelo agir do ser humano. É uma realidade ligada à ordem dos fins, do dever ser: viver bem e de forma sustentável; sua finalidade é a auto-realização do ser no plano pessoal e social. A dimensão moral expressa as distintas formas culturais e históricas da ética. A moral é o conjunto de valores e hábitos consolidados pela história e pela tradição de uma comunidade, povo ou nação; por isso são diversificados e localizados. Portanto, de forma simplificada, ter ética significa ter princípios fundamentais, ter moral significa ter virtudes (costumes e valores).

Capital social são relações sociais construídas e vivenciadas a partir de princípios e virtudes – tais como: confiança, cooperação, reciprocidade e normas de sociabilidade – que são sedimentadas no mundo da vida. O capital social é produzido, alimentado e reproduzido a partir do mundo da vida, suas raízes são culturais e históricas. O mundo da vida é o espaço do cotidiano, como define Aldous Huxley, é o mundo

em que os homens nasceram, em que vivem e, por fim, morrem; o mundo em que amam e odeiam, em que experimentam o triunfo e a humilhação, a esperança e o desespero; o mundo dos sofrimentos e das alegrias, da loucura e do senso comum, da estupidez, da hipocrisia e da sabedoria; um mundo de todas as espécies de pressão social e de pulsão individual, da discórdia entre a razão e a paixão, dos instintos e das convenções, da linguagem comum e dos sentimentos e sensações para os quais não temos palavras (HUXLEY apud HABERMAS, 1994, p.94)

O fato de o capital social ser enraizado no mundo da vida e de possuir dimensões históricas e culturais, não significa que existe um determinismo histórico ou cultural que instrumentalize sua existência. Logo, ele pode ser construído e/ou intensificado até mesmo onde não tenha havido uma história de tradições cívicas. Contudo, no mundo da vida, onde as ações cívicas estejam presentes, como fato histórico ou uma força viva, mais fértil será o terreno para produção e intensificação do capital social. Mesmo achando limitada a fundamentação biológica³ utilizada por Francis Fukuyama (2000) para explicar o conceito de capital social, pensamos como ele quando afirma contra o determinismo histórico de Robert Putnam que :

o capital social não é, como às vezes é descrito, um raro tesouro cultural transmitido de uma geração a outra – uma coisa que, caso seja perdida, nunca poderá ser recuperada. Ao contrário, ele é criado o tempo todo por pessoas que estão cuidando de suas vidas diárias. Ele era criado em sociedades tradicionais e é gerado diariamente por indivíduos e organizações numa sociedade capitalista moderna (FUKUYAMA, 2000, p.154).

A presença de grupos locais de ascendência (reserva de reciprocidade), de identidade compartilhada, de resgate da memória histórica das ações comunitárias, de redução da repressão, de empoderamento das mulheres camponesas e de interação dos camponeses com os agentes de desenvolvimento rural foram os seis aspectos sistematizados por John Durston (1999) que permitiram explicar o processo de formação de capital social numa região acívica (comunidades camponesas de Chiquimula, na Guatemala), contrariando conclusões de Robert Putnam (1996) para quem, na construção de instituições, o tempo se mede em décadas, e para quem na criação de normas de cooperação e participação cívica, o processo é ainda mais lento. Todavia, se os seis fatores supracitados contribuíram para a criação do capital social numa realidade onde predominava a ausência de ações cívicas, a materialização do incipiente capital social criado só foi possível devido à iniciativa do Programa de Apoio aos Pequenos Produtores de Zacapa e Chiquimula – PROZACHI e do Fundo de Inversão Social – FIS⁴ por meio da integração de três ações: capacitação com o propósito de fortalecer as habilidades sociais e de comunicação das comunidades, dotando-as de conhecimento para a realização de diagnóstico da realidade e planificação de suas ações; criação de oportunidades para que as comunidades pudessem fazer uso de suas novas habilidades obtendo benefícios materiais imediatos do Prozachi e do FIS; e proteção (incubação) das embrionárias experiências do clientelismo político e econômico presentes na região.

Para John Durston (1999), a experiência de Chiquimula aponta para modificações no paradigma de capital social, principalmente na concepção de Putnam no que se refere aos obstáculos à construção do capital social em comunidades onde predominam normas e práticas acívicas. Também apontam para modificações nas concepções e execuções de políticas públicas junto às comunidades camponesas. As principais lições da experiência de Chiquimula são: i- a confiança e a reciprocidade se estendem para além do domicílio nuclear, se associam com os laços de parentesco próximo e com os longos anos de interação com os vizinhos; ii- a repetição freqüente de exercícios de confiança e de cooperação entre os camponeses cria uma disposição cada vez maior a cooperar reciprocamente com a vida comunitária (no início lenta e insegura, depois acelerada); iii - a confiança se constrói sobre o passado, não sobre o futuro. É na experiência de cumprimento

anterior que se prova a confiabilidade das pessoas, e não sobre acordos e contratos de promessas para o futuro; iv - e embora as relações de reciprocidade vertical sejam consideradas, pela maioria dos teóricos, como contrária à formação do capital social, porque unem pessoas de poderes desiguais e assimétricas, em Chiquimula, a reciprocidade vertical resultou ser, em parte, necessária na construção do capital social.

O capital social pode ser articulado por meios de sistemas ou redes, facilitando ações coordenadas entre indivíduos, grupos e instituições. Pode ser canalizado para efetivação e manutenção de interesses diversos (virtuosos e viciosos). Atualmente, vem-se criando uma consciência de que ele é um fator importante na construção do desenvolvimento econômico de comunidades, regiões ou de grupos sociais excluídos pelas regras do mercado.

Investigações sobre a relação entre o capital social e o desenvolvimento econômico, conforme sistematização feita por Woolcook (1998), podem ser classificadas em quatro perspectivas diferentes: comunitaristas, redes, institucionais e sinérgica. Em ambas, o capital social pode ser canalizado para tirar proveitos individuais e coletivos, enfrentar vulnerabilidades como a pobreza, solucionar conflitos e tirar proveito de novas oportunidades. Mas o capital social em si, sem se retroalimentar com outros fatores, pode não ser eficiente. No Quênia, uma avaliação sobre a situação da pobreza registrou a existência de mais de 200.000 grupos comunitários ativos nas áreas rurais, mas a maioria estava descoberta pelos recursos externos, o que os tornavam incapazes de agirem com sucesso na redução da pobreza. Em muitos países latino-americanos, grupos indígenas são freqüentemente marcados por elevados níveis de solidariedade social, mas permanecem excluídos economicamente porque lhes faltam os recursos necessários para mudarem as regras do jogo. Tanto no caso do Quênia, como das experiências dos países latino-americanos, a construção de redes pode ser um instrumento eficiente em relação aos limites da ação comunitária; elas podem permitir que o capital social se materialize beneficiando, de forma mais visível, o desenvolvimento econômico, mas, para participar de redes, é preciso ter certas habilidades (capital humano) e recursos (capital financeiro). Uma relação de parceria, ação sinérgica, entre o Estado e a sociedade pode acabar gerando uma relação de confiança que produza benefícios e maior eficácia das instituições estatais e comunitárias.

O capital social pode ser intensificado ou inibido a partir de ações individuais e institucionais de ordem governamental e não governamental. Ele é intensificado quando uma ação estimula e valoriza seus princípios (confiança, cooperação, reciprocidade e normas de sociabilidade); e é inibido quando os ignoram ou os depreciam. A construção dos mecanismos para intensificar ou inibir o capital social pode ocorrer a partir de diferentes processos: dos sujeitos locais (indivíduo, grupo, comunidade, instituição) entre si; do sujeito local com um

sujeito externo (igrejas, ONGs, sindicatos, partidos, órgãos governamentais, empresas); do sujeito externo com o sujeito local.

O capital social se torna visível e se manifesta através da ação social dos indivíduos nos espaços comunitários (ação voluntária, assessoria, mutirão, time de futebol, atividades educativas, filantropia, cotização), nas instituições (sindicato, igreja, associação comunitária, partido políticos, cooperativas etc.) e em redes (rede de economia solidária, rede de defesa dos direitos humanos, articulação do semi-árido, rede Brasil, rede em defesa dos direitos das mulheres etc.). Assim, o capital social é um instrumento capaz de criar um processo de empoderamento à medida que fortalece laços de coesão, cria espaços para socialização de conhecimentos e informações, fortalece a auto-estima dos indivíduos, credibilizando-os para a construção do autodesenvolvimento.

Um aspecto que achamos inadequado, quando se fala em capital social, foi de tratar os princípios e valores que constitui o capital social no mundo da vida como estoque. O termo estoque é um juízo analítico, no sentido kantiano, que já traz em si a idéia de quantidade; bem como passa a idéia de algo que, ao ser utilizado, sofre uma baixa ou pode se acabar. Portanto, o mais adequado é falarmos de intensidade de capital social, semelhante ao sentimento que temos em relação à idéia de felicidade, que é qualitativo e não quantitativo. Assim, quanto mais ativa e eficiente for uma ação cívica maior será a possibilidade do capital social se manifestar.

Redes são instrumentos ou estruturas de expansão do capital social, elas podem e devem se constituir como meio de articulação dos princípios, virtudes e relações sociais que dão vida ao capital social. Assim sendo, capital social são relações sociais tecidas por valores que podem ser assimilados por indivíduos, grupos ou instituições. Essas relações sociais são enraizadas na realidade (território, situação e época) dos indivíduos. Ter consciência desse enraizamento é de fundamental importância para que as Ciências Sociais possam se reportar às inserções dos indivíduos nas microrrelações sociais.

NOTAS

¹ Francisco Uribam Xavier de Holanda – Graduado em Filosofia Política, doutor em Sociologia, professor do Departamento de Ciências Sociais da UFC, membro da Rede Universitária de Pesquisadores sobre a América Latina - RUPAL. uribam@ufc.br

² Para Sen (2000, p.17), são cinco as liberdades que, se forem intensificadas, contribuirão para reforçar e ampliar a capacidade geral dos indivíduos em suas relações sociais: liberdades políticas, facilidades econômicas, garantias de transparência, oportunidades sociais e segurança protetora.

³ Para Fukuyama (2000, p.172) são duas as fontes de capital social: a natureza humana e o processo espontâneo de auto-organização. Sua hipótese é de que o comportamento social faz parte de nossa herança genética.. Cito-o mais : "talvez a maneira mais fácil de demonstrar que o comportamento cooperativo nos seres humanos tem base genética e não é apenas culturalmente construído seja observar não os seres humanos, mas o seu parentesco genético mais próximo, o chimpanzé. Os chimpanzés demonstram um comportamento social que é, muitas vezes, estranhamente humano".

⁴ O PROZACHI, criado em 1992, tinha como estratégia a superação da pobreza através da facilitação do acesso de crédito bancário, assistência técnica, capacitação e infra-estrutura aos camponeses. O FIS, criado em 1997, promoveu gratuitamente a infra-estrutura física: estradas, escola e centro de saúde.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O Capital Social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 47, 1999.

COLEMAN, James Samuel. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Presse, 1994.

DURSTON, John. Construyendo capital social comunitario. **Revista de La CEPAL**. Santiago de Chile, dec. , p. 103-118, 1999.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28 e 29, 1993.

FUKUYAMA, Francis. **A Grande ruptura: a natureza humana e a reconstrução da ordem social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1994.

MARX, Karl. **O Capital**. Moscou: Línguas Estrangeiras, 1961.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. Capital social e democracia: a vida comunitária anima o desenvolvimento político. **Braudel Papers**, São Paulo, n. 10, 1995.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WOOLCOOK, Michael. **Social capital and economic development: toward a theoretical synthess and policy framework**. *Theory and Society*, n. 27, p. 151-208, 1998.

Artigo recebido para publicação em 07 de julho de 2011.

GERAÇÕES, FRONTEIRAS E ITALIANIDADE NO SUL DO BRASIL

Silvio Antonio Colognese¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é sugerir a importância da noção de fronteira enquanto unidade de análise nas pesquisas sobre relações geracionais em ambientes de mobilização étnica. Para a demonstração desta importância, são utilizadas informações de pesquisas sobre associativismo étnico, encontros de parentelas e movimentos pela busca da dupla cidadania entre descendentes de italianos no Sul do Brasil.

PALAVRAS – CHAVE: gerações; fronteiras; italianidade; unidade de análise.

ABSTRACT: The aim of this paper is to suggest the importance to boundary as a unit of analysis in research on generational relations in environments ethnic mobilization. For the demonstration of this importance, we use information from research on ethnic associations, gatherings and movements of kingroups the quest for dual citizenship from descendants of italians in southern Brazil.

KEY-WORDS: generations; borders; italian; unit of analysis.

INTRODUÇÃO

A temática das gerações não é recente na análise sociológica. Em sua trajetória, a importância relativa enquanto objeto de pesquisa tem sido descontínua. Na atualidade o conceito de gerações assume nova centralidade nas análises sociológicas, como artifício para o entendimento das mudanças sociais, em suas imbricações com recortes de classe, gênero, idade, étnica, racial e cultural.

De maneira geral em Sociologia a geração se refere à determinada duração comum, na qual o tempo individual e o tempo social se fundem. Enquanto formulação teórica a obra de Mannheim (1928) permanece como uma das principais inspirações para o equacionamento da problemática geracional na Sociologia. Mais especificamente, para este trabalho, assumimos preliminarmente que geração “designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, tem aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência” (BRITTO da MOTTA, 2004, p.350). Isto significa que em cada momento do tempo histórico existe a presença simultânea de várias gerações que, mesmo vivendo contemporaneamente, são diferentes em suas experiências e trajetórias de vida. Mas cada geração não vive isoladamente a sua identidade. “Uma geração não se define isoladamente: é na interação com outras gerações que cada uma delas delinea sua identidade e contribui para a produção das outras” (DOMINGUES, 2002, p.75).

Tradicionalmente as controvérsias em torno das gerações se organizam a partir de algumas questões principais: “se as gerações constituem grupos objetivamente ou necessitam para isso de certa consciência geracional; se as relações geracionais são essencialmente conflitantes e marcadas pela ruptura ou consensuais e marcadas pela continuidade” (DOMINGUEZ, 2000, p.1). Ou ainda, “quando uma geração termina e quando outra geração começa?” (BRITTO da MOTTA, 2004, p.349). As respostas a estas interrogações têm sido variadas, dependendo de fatores como às tradições das áreas de abordagem científica e das perspectivas teóricas assumidas.

Particularmente na área da Sociologia, os estudos mais recentes têm priorizado as abordagens das relações geracionais, enquanto “relações de poder” (BRITTO da MOTTA e WELLER, 2010, p.175). Esta prioridade não exclui as preocupações com a existência concreta ou não de grupos geracionais e suas posições no universo da família, de grupos de parentela ou da sociedade mais abrangente. Porém, nesta perspectiva a problemática da mudança social não é derivada das supostas características das gerações em si, mas sim do contexto de relações envolvendo diferentes arranjos geracionais. Assim, “la sucesión se produce a través de continuidades y rupturas simultáneas aun cuando em cada momento pueden predominar unas sobre otras” (DOMINGUEZ, 2000, p.2).

Em termos metodológicos, esta perspectiva implica em deslocar a unidade de análise dos supostos grupos geracionais para as suas fronteiras. Com isso a noção de fronteira assume centralidade enquanto unidade de análise nas pesquisas sobre a problemática geracional. “As fronteiras que separam as gerações não são claramente definidas, não podem deixar de ser ambíguas e atravessadas e, definitivamente não podem ser ignoradas” (BAUMANN apud FEIXA e LECCARDI, 2010, p.186).

O objetivo deste trabalho é sugerir a importância da noção de fronteira enquanto unidade de análise nas pesquisas sobre relações geracionais em ambientes de mobilização étnica. Para a demonstração desta importância, são utilizadas informações de pesquisas sobre associativismo étnico, encontros de parentelas e movimentos pela busca da dupla cidadania entre descendentes de italianos no Sul do Brasil.

A NOÇÃO DE FRONTEIRA E SUAS COMPLEXIDADES

A noção de fronteira compreende um diversificado espectro teórico-conceitual, sendo utilizada em várias disciplinas e na abordagem de diferentes objetos. Este seu caráter interdisciplinar impõe a necessidade de especificar o tratamento a ser privilegiado em cada caso. Neste trabalho enfocamos a fronteira na perspectiva das Ciências Sociais. Nesta área a “noção de fronteira pode ser considerada clássica”, remontando aos pensadores dos séculos XVII e XVIII, em suas preocupações pelos “fenômenos humanos, seus limites e diferenças” (SILVEIRA, 2005, p.18). Particularmente “na Antropologia o desafio é abordar a fronteira em suas implicações simbólicas, identitárias e culturais” (FAULHABER, 2001, p.106), sem esquecer a dimensão do conflito que as perpassa. Em nosso caso, interessa pensar as fronteiras geracionais como unidade de análise privilegiada nos estudos sobre italianidade.

Etimologicamente a palavra fronteira indica os limites de um território, as suas margens. Esta visão da fronteira é relativa, uma vez que privilegia um centro, do qual as fronteiras seriam as suas bordas. Mas as fronteiras sempre são contraditórias, na medida em que ao marcarem as bordas, pressupõe a existência de outros em relação aos quais um centro pretende se diferenciar e estabelecer limites. Ou seja, limites sempre são relativos ao diferente, ao outro. Assim, o sentido de limite traduzido pela noção de fronteira, contraditoriamente também é condição de interação, na medida que sugere o contato entre diferentes (COELHO, 2011).

Em nosso caso isto sugere que, ao mesmo tempo que a fronteira demarca os limites entre gerações, também as coloca em contato, em relação. E estas relações

não são simétricas, mas marcadas por fragilidades e poder, resistência e passagens, bloqueios e rupturas, movimentos e estagnações, permissões e proibições, estigmatizações e encontros, enfim, conflito e integração. “As fronteiras sempre implicam um nível relacional, evidenciado pela interação das diferenças, sejam elas quais forem” (SILVEIRA, 2005, p.18).

Assim as fronteiras, ao demarcarem o contato de diferentes, são um *locus* privilegiado da manifestação das interações relacionais e conflitivas que as constituem. Conforme já definia Barth (1998), as identidades se constroem e reconstroem relacionalmente, umas em relação as outras. E como estas fronteiras relacionais estão em permanente movimento, às identidades que elas põem em contato nunca são estáveis e passíveis de uma definição essencialista. Por isso o seu entendimento pressupõe a sua apreensão a partir do *locus* das relações, que são as fronteiras. Sem as fronteiras, as margens, não pode existir a diferença. Isto significa que as diferenças geracionais somente podem se manifestar nas fronteiras, nas bordas que as opõem e as separam. Assim: “los grupos y las identificaciones no pueden comprenderse en si mismos, sino en relacion con otros, en un entramado de relaciones que repone una situacion de contacto, una situación de frontera” (GRIMSON, 2000, p.89).

Nestas zonas fronteiriças se constroem e se reconstroem as identidades geracionais, assim como os conflitos e as estigmatizações. Sem as fronteiras, simplesmente não existem diferenças. Por isso, as complexas relações que se estabelecem entre diferentes gerações se manifestam de maneira privilegiada nas fronteiras.

Estudiando limites podemos saber aquello que un grupo o una identificación incluyen y excluyen, así como los dispositivos a través de los cuales construyen esas diferencias, articulandolas en la mayor parte de los casos con formas de desigualdad (GRIMSON, 2000, p.89).

Analiticamente, para a apreensão das relações, as fronteiras não são focadas a partir de determinado centro. As próprias fronteiras são convertidas em centro analítico através do qual as diferentes gerações são enfocadas e analisadas. No caso das relações geracionais, o foco de análise é deslocado dos fatores internos a cada grupo geracional e sua história, para processos relativos às fronteiras geracionais. As fronteiras geracionais e não os grupos geracionais passam a constituir a unidade básica de análise.

ITALIANIDADE E GERAÇÕES

A problemática geracional tem se mostrado decisiva para o entendimento das transformações sociais que tem conduzido à recuperação da importância da questão étnica na atualidade. Como se trata de um fenômeno em efervescência em diferentes ambientes do planeta é pertinente interrogar sobre os papéis sociais das gerações nestas mudanças. Mais do que uma preocupação classificatória para definir grupos geracionais e seus papéis primordiais em relação à efervescência étnica e sua mobilização, trata-se de entender as novas configurações étnicas e de parentelas que emergem a partir das relações entre diferentes segmentos dos grupos étnicos, particularmente em seus recortes geracionais. Isto implica em organizar a análise a partir do ambiente das relações e não dos grupos geracionais. E as relações se desenrolam (e se enrolam) no contexto das fronteiras geracionais, o que torna imperiosa a sua consideração como unidade privilegiada de análise nos estudos sobre grupos étnicos.

A recuperação da importância da questão étnica não é um fenômeno isolado. Ela ocorre em diferentes pontos do planeta, paralela a emergência da sociedade global. Nas palavras de Breton, “o fenômeno étnico é um dado permanente e fundamental dos nossos dias, um fenômeno essencial da sociedade global” (BRETON, sd, p.5-6). Ou ainda no dizer de Hall, “A tendência em direção à ‘homogeneização global’, pois, tem seu paralelo num poderoso *revival* da ‘etnia’(...)” (HALL, 2000, p.95). O reconhecimento das íntimas relações existentes entre estes fenômenos implica como consequência, para Ianni (1995, p.24), que o esclarecimento das questões relativas à etnicidade deva ocorrer nos horizontes dos rearranjos e tensões provocados pela emergência da sociedade global.

É claro que, teoricamente, estas relações podem assumir diferentes sentidos, desde a assimilação até a sua negação radical. Isto vai depender das estratégias que em cada contexto, diferentes grupos étnicos, em seus recortes sócio-econômicos, de gênero, trajetória e geracional, venham a assumir diante da globalização, na medida em que, enquanto atores sociais, eles não estão desprovidos de certa margem de manobra. Este caráter estratégico, na visão de Bourdieu, “não implica necessariamente em uma perfeita consciência dos objetivos buscados pelos indivíduos e tem a vantagem de dar conta dos fenômenos de eclipse ou de despertar de identidade” (CUCHE, 1999, p.198). Por isso pode-se supor provisoriamente que estas relações representam estratégias étnicas diante da globalização, que “atinge as coisas, as gentes e as idéias, bem como as sociedades e as nações, as culturas e as civilizações” (IANNI, 1995, p.21). Estratégias, a partir do “*Homo ethnicus*, talhado por uma cultura particular, que lhe dá uma bagagem não unicamente de técnicas, mas de gostos, de atitudes, de atrações e repulsões, de sentimentos, de solidariedades;” (BRETON, sd, p.151).

No entanto, é prudente supor que estas estratégias possam se diferenciar em termos geracionais no interior dos grupos étnicos e que o ambiente das suas fronteiras possam se revelar decisivos para o entendimento do fenômeno em cada situação específica.

Mesmo por que estas estratégias geracionais, através dos grupos de parentelas, dos movimentos de italianidade e de busca da dupla cidadania, implicam necessariamente a reinvenção de sua identidade e trajetória coletiva, não apenas familiar, mas também étnica. Isto porque, "A identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói segundo as situações" (CUCHE, 1999, p.198). Para este estudo assume-se que os grupos étnicos, em seus recortes geracionais, são coletividades cuja identidade se manifesta relacionalmente.

Nesta concepção, a identidade é uma construção, um modo de categorização classificatório utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. As identidades resultam assim das relações dos grupos entre si, nas quais cada um utiliza determinados traços distintivos para marcar uma distinção cultural. Estes traços não são definitiva e nem totalmente determinados pelas 'raízes' etno-culturais do grupo, mas constantemente construídos, reconstruídos e mobilizados no interior das trocas sociais (COLOGNESE, 1999b, p.08).

Isto significa que as relações geracionais entre os descendentes de italianos no Sul do Brasil implicam necessariamente na questão da reinvenção da identidade, através de um processo de construção social. E nesta direção,

qualquer processo de construção de identidade étnica esta baseado em determinadas interpretações de 'origens', trajetórias e características sociais que se tornam emblemáticas para o grupo. (...) não vem ao caso a 'veracidade' factual destas 'origens' e características sociais, visto que se trata de estereótipos, culturalmente definidos e valorizados, positiva ou negativamente, em oposição a outros estereótipos (CORADINI, 1996, p.33).

Neste sentido, parece razoável supor que esta construção identitária não é homogênea, mas se desenvolve em um ambiente de relações de disputa e de conflitos entre diferentes segmentos geracionais do grupo étnico. Por isso sugere-se a fronteira geracional como unidade de análise para entender como os descendentes de italianos interpretam suas origens, trajetórias e características sociais distintivas, na definição de sua identidade étnica. É claro que estas definições ocorrem num campo de forças, no qual somente aqueles grupos geracionais que dispõem de autoridade legítima podem impor suas próprias definições de si mesmos e dos outros.

Entre os descendentes de italianos do Sul do Brasil, o interesse mais direto na questão étnica se expressa por uma série de iniciativas, no sentido da reconstrução das suas origens, trajetórias e características sociais distintivas. Para isso, os recursos utilizados têm sido a realização de encontros de parentelas (família), a criação de associações étnicas, a recuperação de objetos e utensílios pertencentes aos antepassados, a reconstrução de genealogias e histórias dos grupos familiares, o encaminhamento de processos com vistas à obtenção da cidadania italiana etc. Neste processo, os grupos de parentelas representam o reduto íntimo de reinvenção da italianidade. E neles as relações geracionais se revelam centrais para a configuração que as identidades e movimentos étnicos assumem a cada momento em diferentes ambientes. Enfim, "As fronteiras sempre implicam um nível relacional, evidenciado pela interação de diferenças, sejam elas quais forem" (SILVEIRA, 2005, p.18). No caso da problemática da italianidade, a interação de diferenças geracionais parece decisiva.

COLETIVIDADES GERACIONAIS ENTRE OS DESCENDENTES DE ITALIANOS

As gerações têm a ver com uma duração comum, na qual o tempo social e o tempo individual se fundem. Apesar da complexidade que a problemática envolve, para este estudo consideramos geração "um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, tem aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência" (BRITTO da MOTTA, 2004, p.350). Não se trata de uma definição exaustiva, mesmo por que são discutíveis as possibilidades de utilização de qualquer critério objetivo para a demarcação geracional (REIS, 2003). Trata-se de uma definição mínima, a partir da qual é possível identificar diferentes recortes geracionais no interior do grupo étnico dos descendentes de italianos. Recortes geracionais constituídos por grupos de pessoas heterogêneos, mas com afinidades geracionais.

Assim, a partir desta definição mínima é possível distinguir pelo menos quatro coletividades geracionais no grupo étnico dos descendentes de italianos. Uma primeira coletividade geracional é formada por italianos que imigraram para o Sul do Brasil no período de 1875 a 1914. Fixados em áreas rurais do Sul do Brasil pelo sistema de colonização, ocuparam territórios tidos como vazios e criaram colônias de pequenos proprietários rurais (COLOGNESE, 2004). Ocupando terras mais afastadas e montanhosas, eles se depararam com uma natureza exuberante, porém adversa. Não havia casas e nem estradas, e a mata precisava ser derrubada para viabilizar a agricultura.

Nada havia por perto. Afinal, vindos de cidades onde praticavam uma certa vida social, essas famílias viam-se de um momento ao outro sem igrejas, sem padres, sem médicos, sem intermediários que fizessem a ponte com o Governo, sem agentes consulares, sem nada (ALVIM, 1999, p.390).

Nestas condições, a construção de uma solidariedade étnica passou a ser uma condição de sobrevivência para estes imigrantes. Foi assim que, embora originários de diferentes regiões da Itália, eles se constituíram em italianos, em oposição aos não-italianos, criando os seus povoados e demarcando o seu território étnico relacionalmente.

Para os originários do vêneto, que eram a maioria, o anseio maior era a conquista da propriedade da terra, o que se tornou um sonho possível nestas colônias. Para os originários das regiões meridionais da Itália, o anseio maior era a constituição de um negócio próprio, fora da agricultura. Estes se fixaram nas sedes das colônias, onde montaram oficinas, moinhos, ferrarias, alfaiatarias e pequenos comércios. Com as altas taxas de natalidade, à realização destes anseios familiares, da conquista da terra ou de um negócio próprio, muitas vezes exigiram novas migrações e a constituição de novas colônias no Sul do Brasil.

Trata-se de uma coletividade geracional marcada pelas dificuldades na Itália, pela trajetória da imigração e que se constitui como um grupo étnico em oposição aos não-italianos. A suas experiências e valores são afirmados como os símbolos da identidade étnica dos descendentes de italianos: trabalho duro, valorização da família, forte religiosidade católica e solidariedade étnica. Para eles a experiência rural e a dos povoados se confundiam no interior de comunidades etnicamente homogêneas. As pessoas desta coletividade geracional já são falecidas.

Uma segunda coletividade geracional é constituída por descendentes de imigrantes italianos, nascidos no Brasil ou não, mas que tiveram a infância marcada pela vivência em famílias numerosas e comunidades rurais relativamente homogêneas em termos étnicos. Foram socializados no dialeto das regiões de origem dos imigrantes italianos e estudaram em escolas comunitárias. Participaram da consolidação e do processo de expansão das regiões coloniais de predomínio dos descendentes de italianos. Coletividade geracional amparada no trabalho como fator de crescimento, na família e na comunidade da capela como valores inquestionáveis, residência no meio rural e com trajetórias ascendentes em termos sócio-econômicos. É uma coletividade marcada traumáticamente pelo contexto da Segunda Guerra Mundial e o Decreto-Lei n.383, de 14.04.1938, do Presidente Getulio Vargas. Pelo decreto, as festas típicas italianas deixaram de ser realizadas, as escolas comunitárias foram nacionalizadas e o uso da língua italiana ficou

proibido em locais públicos. Após o final da Grande Guerra esta situação passou a se alterar lentamente. Mas o temor e as incertezas permaneceram entre esta coletividade geracional de descendentes de italianos, que passaram a temer o ensino do dialeto italiano e a se preocupar com a integração social dos filhos na sociedade nacional. É a coletividade geracional dos nonos e nonas, muitos dos quais já falecidos, e que servem de modelo idealizado do típico descendente de italianos.

Uma terceira coletividade geracional é formada por descendentes de italianos que tiveram contato e vivências limitadas em famílias e comunidades rurais de predomínio étnico italiano, especialmente na infância. Passaram por trajetórias migratórias para o meio urbano, onde concluíram a escolarização e passaram a viver em ambientes heterogêneos em termos étnicos. Experimentaram vivências esporádicas e ocasionais em ambientes típicos de descendência italiana, basicamente em ocasiões de visitas aos nonos e demais membros da parentela que permaneceram no meio rural e em comunidades típicas italianas. Não foram incentivados pela coletividade geracional anterior a cultivar a identidade étnica específica, motivo pelo qual muitos aprenderam rudimentos do dialeto com os nonos e não com os pais. Nas cidades vivem isoladamente o que desperta certo saudosismo em relação ao passado. É a coletividade geracional responsável pela efervescência étnica atual. São pessoas bem sucedidas, urbanizadas e que identificam o fator étnico como uma forma de valorização e prestígio social.

A quarta coletividade geracional no grupo étnico dos descendentes de italianos é representada pelas pessoas nascidas aproximadamente a partir da década de 1980 no meio urbano das cidades e que não tiveram contato com famílias e comunidades típicas de descendentes de italianos. Foram socializados em ambientes heterogêneos em termos étnicos, não conhecem o dialeto, a culinária, os cantos e a trajetória das gerações anteriores dos representantes do grupo étnico. Por este motivo não são portadores de um sentimento de pertencimento étnico e não manifestam interesse pela identidade étnica específica. Os movimentos de italianidade e efervescência étnica visam atingir esta coletividade geracional, afim de resgatar os seus vínculos étnicos.

Esta classificação mínima de coletividades geracionais não conduz automaticamente ao esclarecimento dos objetos em disputa no processo de efervescência étnica entre os descendentes de italianos. Ela busca tão somente a identificação das fronteiras geracionais, nas quais se manifestam relações e conflitos na (re) construção da identidade étnica do grupo. São estas fronteiras as unidades de análise a partir das quais é possível apreender os fenômenos de efervescência étnica em curso entre os descendentes de italianos. É o que se pretende exemplificar a seguir com dados oriundos de pesquisas sobre Associações Étnicas de Italianos, Encontros de Parentelas Italianas e Movimentos de Busca da Cidadania Italiana.

AS FRONTEIRAS GERACIONAIS COMO UNIDADE DE ANÁLISE

As unidades de análise são as realidades as quais as pesquisas se referem, indicando o que e/ou quem será investigado. Nos exemplos a seguir sugerimos as fronteiras como unidade de análise a ser privilegiada no estudo de relações geracionais no interior do grupo étnico dos descendentes de italianos. Defende-se que o foco das investigações deve recair sobre as fronteiras e não sobre as coletividades geracionais isoladamente. Vejamos os exemplos a seguir:

a. A busca da dupla cidadania entre os descendentes de italianos constitui um fenômeno relativamente recente no Brasil (final dos anos 1980 e início dos anos 1990). Em todo o Brasil, em 2008, cerca de quinhentos mil brasileiros estavam na fila de espera em consulados para o reconhecimento da cidadania italiana. Até esta mesma data, o número de brasileiros que já conseguiram o reconhecimento da cidadania italiana era de duzentas e quinze mil pessoas. Apenas no Consulado Geral da Itália, em Curitiba, a fila de espera já era de cerca de oitenta mil pessoas em 2007. Trata-se assim de um fenômeno de dimensões significativas, cuja ocorrência é motivada por diversos fatores.

O fenômeno da busca da cidadania italiana se define como um processo pelo qual cidadãos brasileiros, descendentes de imigrantes italianos, empreendem ações sociais com vistas ao reconhecimento da cidadania italiana. Como ações sociais, a elas os sujeitos associam sentidos cujos conteúdos podem ser bastante variados. Pesquisa realizada (COLOGNESE e ROSSI, 2009) revelou que a sua ocorrência não se dá de maneira homogênea entre o grupo étnico dos descendentes de italianos. Ele apresenta diferenças significativas em termos de gênero, nível sócio-econômico, escolaridade, atividade profissional, local de residência e de trajetória entre os seus protagonistas. Mas apresenta também uma sensível diversidade em termos geracionais, com implicações importantes para o entendimento do fenômeno.

Quanto às motivações dos sujeitos para a busca da cidadania italiana, o estudo revelou a existência de um conflito entre dois fatores fundamentais. Enquanto as autoridades consulares da Itália no Brasil defendem que a procura pela cidadania italiana se deve única e exclusivamente a razões e interesses econômicos, como estudar ou trabalhar na Europa, para os dirigentes de associações e instituições de descendentes de italianos no Brasil a busca da cidadania italiana estaria associada à afirmação dos sentimentos de italianidade. Este conflito entre razões econômicas e sentimentais vinculadas à busca da dupla cidadania pode ser explicado a partir da fronteira entre duas coletividades geracionais no interior do grupo étnico dos descendentes de italianos: a fronteira entre a terceira e a quarta coletividade geracional deste grupo étnico.

Assim, “para 34,5% dos entrevistados a motivação para a busca da cidadania italiana surgiu do cultivo da italianidade em família e o sentimento de italianidade foi indicado como o fator principal” (COLOGNESE e ROSSI, 2009, p.32-37). Este contingente coincide com os sujeitos da terceira coletividade geracional, situados numa faixa etária superior aos 50 anos de idade. Já para outros 48,3% dos entrevistados, a motivação decisiva para a busca da dupla cidadania foi à intenção de trabalhar ou estudar na Europa. É uma coletividade cuja faixa etária se concentra na faixa inferior aos 40 anos de idade e, portanto, representativa da quarta coletividade geracional deste grupo étnico.

Isto significa que o conflito entre motivações distintas associadas ao fenômeno da busca da cidadania italiana, está localizado nas fronteiras entre a terceira e a quarta coletividade geracional deste grupo étnico. E o seu entendimento pressupõe assumir esta fronteira como unidade de análise principal. Na fronteira entre estas coletividades geracionais se manifesta

uma grande tensão entre os dois sentidos predominantes atribuídos pelos sujeitos em relação à cidadania italiana: ora a satisfação de um desejo de realização sentimental, ora a possibilidade de uso da cidadania para a realização material e profissional (COLOGNESE e ROSSI, 2009, p.47).

Estes sentidos disputam a legitimidade e provocam conflitos e disputas nesta fronteira geracional, com repercussões para todo o grupo étnico dos descendentes de italianos.

b. A importância analítica das fronteiras geracionais também se evidencia através do fenômeno das Associações Étnicas de Italianos. As Associações Étnicas podem ser definidas como agrupamentos sociais seletivos e excludentes, situados em ambientes sociais heterogêneos etnicamente, mas que buscam agregar pessoas que compartilham uma mesma identidade étnica. São entidades com estatuto e personalidade jurídica próprias, de caráter voluntário e sem finalidades lucrativas. Sua origem e difusão ocorrem notadamente durante a década de 1990 em diversos países onde existe a presença de descendentes de italianos. Estas Associações Étnicas de Italianos foram objeto de pesquisa, cujos principais resultados estão retratados em Colognese (2004).

Estas Associações são seletivas no interior do grupo étnico e reúnem grupos restritos de descendentes de italianos. Esta seletividade tem como uma das características marcantes o recorte geracional. Mais de 80% das lideranças e associados a estas entidades situam-se na faixa etária superior aos 40 anos de idade, dos quais cerca de 60% na faixa superior aos 50 anos de idade. São pessoas que viveram as suas infâncias em comunidades rurais com forte homogeneidade étnica italiana e experimentaram trajetórias posteriores de migração para o meio

urbano das cidades e ascendentes em termos sócio-econômicos. "Além de residirem no meio urbano, em sua grande maioria eles são donos dos próprios negócios ou atuam como profissionais liberais e funcionários públicos" (COLOGNESE, 2004, p.121).

Fazem parte da terceira coletividade geracional dos descendentes de italianos. Para eles, as Associações funcionam como um refúgio étnico para a convivência e a afirmação da identidade específica enquanto descendentes de italianos. Mas também são entidades que tem objetivos de atuação claros em relação à quarta coletividade geracional. As suas ações partem de uma constatação até certo ponto dramática:

as novas gerações não estão assimilando as características distintivas da etnia. (...) os mais jovens desconhecem a trajetória migratória e de sofrimentos realizada pelos antepassados, e não estão assimilando a língua, os costumes e os valores distintivos da etnia (...). Nesta perspectiva, as associações étnicas buscariam cumprir também um papel de ação coletiva, cuja direção estaria voltada para o interior do próprio grupo étnico, notadamente para as gerações mais jovens (COLOGNESE, 2004, p.124-125).

Estas ações a partir da terceira coletividade geracional encontram resistência entre os membros da quarta coletividade geracional e são motivos de conflitos nas suas fronteiras. Estes conflitos se expressam pela resistência da quarta coletividade as ações empreendidas pela terceira coletividade geracional, através das Associações Étnicas de Italianos. A resultante é que "elas não conseguem atrair nem atingir os mais jovens, que são os alvos mais visados em suas ações" (COLOGNESE, 2004, p.125). As Associações empreendem ações na tentativa de inculcar na quarta coletividade geracional valores e práticas consideradas essenciais a sobrevivência do grupo étnico. Esta última coletividade por sua vez, resiste a esta tentativa, afirmando novas práticas e conteúdos na construção da sua identidade. Enquanto para a terceira coletividade geracional, organizada em Associações Étnicas, os costumes e valores culturais do passado são motivos de orgulho, para a quarta coletividade geracional estes são motivos de vergonha e um sinal de atraso cultural. É nesta fronteira geracional que se expressam estas disputas e conflitos e é através dela que é possível o seu entendimento.

Por outro lado, o fenômeno do associativismo étnico também evidencia a ocorrência de conflitos na fronteira geracional entre a terceira e a segunda coletividade geracional. Estes conflitos se manifestam na seletividade dos fatores definidores da identidade do grupo étnico. Assim, por exemplo, mesmo a blasfêmia sendo hábito arraigado na cultura do grupo étnico, os membros da terceira coletividade geracional a consideram deplorável e sinônimo de falta de cultura: "a

blasfêmia é considerada um péssimo hábito, ligado mais ao 'italiano mais brutão, o italiano mais chucro', aquele menos lapidado, digamos assim. Agora nós, muito da nossa geração (...) já se lapidou bastante para o mundo" (COLOGNESE, 2004, p.154). Nesta mesma direção, as Associações Étnicas acentuam como um dos seus objetivos o ensino da língua italiana oficial e não os dialetos italianos dos antepassados.

Este objetivo de promoção da língua italiana oficial pode ser entendido como um esforço no sentido de 'depurar' a cultura desse grupo étnico de certos aspectos considerados 'ultrapassados' e, portanto, valorizados negativamente por estes descendentes de italianos. Talvez por isso as associações também se propõem realizar finalidades como introduzir formas de cultura italiana atual (COLOGNESE, 2004, p.114).

Estes exemplos evidenciam uma disputa geracional no interior do grupo étnico dos descendentes de italianos cujo objeto é a sua identidade específica. A sua manifestação na fronteira entre a segunda e a terceira coletividade geracional reforça a importância de localizar a análise a partir deste *lôcus* privilegiado.

c. A importância analítica das fronteiras geracionais se evidencia ainda através do fenômeno dos encontros de parentelas italianas. Estes encontros são eventos de curta duração, que envolvem a reunião de indivíduos originários de núcleos familiares e regiões variadas, que mantém entre si laços de parentesco em sentido estrito, ou seja, parentesco de laços de sangue ou de consangüinidade. São realizados com uma periodicidade média de "dois anos e tem uma duração de um a dois dias, reunindo até mais de 1.200 indivíduos em cada encontro" (COLOGNESE e ROSSI, 2007, p.25-26). É um fenômeno de dimensões significativas e com implicações importantes em termos da identidade étnica dos descendentes de italianos.

Isto por que o fenômeno não atinge todo o grupo étnico e, entre as parentelas envolvidas, há uma seletividade significativa em termos sócio-econômicos, local de residência, atividade profissional e geracional. Em termos geracionais, os organizadores e participantes destes encontros fazem parte da terceira coletividade geracional entre os descendentes de italianos. São pessoas com mais de quarenta e cinco anos de idade e residentes nas cidades. Tiveram

experiências de residência no meio rural, especialmente na infância. São sujeitos 'urbanizados', ou seja, que passaram por uma trajetória de mudança de local de domicílio (e de ocupação profissional) do meio rural para o meio urbano das cidades. Esta característica é marcante não apenas entre os líderes, mas abrange também a maioria dos participantes dos encontros de famílias italianas. (...) São eles os principais responsáveis pela atribuição das

características consideradas 'de origem' deste grupo étnico em geral e da parentela em particular (COLOGNESE E ROSSI, 2007, p.48-49).

No entanto, a ocorrência deste fenômeno esta orientada também como uma ação a partir desta terceira coletividade geracional sobre a quarta coletividade geracional, com objetivos de socialização e construção de marcas identitárias típicas enquanto grupo étnico e de parentela. No entanto a quarta coletividade geracional manifesta resistência nesta fronteira. Assim,

Poucos são os jovens que participam destes eventos. (...) Eles nunca chegaram a comparecer em grande número aos encontros (...). Esta situação é uma das principais preocupações dos organizadores dos encontros de parentelas. (...) ou os participantes são adultos e idosos, ou são crianças. Existe um vácuo na participação dos jovens (notadamente entre os 15 aos 30 anos de idade). (...). A participação das crianças se justifica mais pela vontade dos adultos, do que por uma opção própria. Tanto que à medida que estas mesmas crianças vão ingressando na adolescência, em quase a sua totalidade elas deixam de participar dos encontros de parentelas (COLOGNESE E ROSSI, 2007, p.62-63).

Este fenômeno evidencia uma vez mais que a construção da identidade étnica e de parentela não é isenta de conflitos geracionais. Os encontros de parentelas italianas são atravessados por intensos conflitos e disputas na fronteira entre a terceira e a quarta coletividade geracional dos descendentes de italianos. Nos encontros de parentelas, as identidades são forjadas a partir de uma parcela de atores que ocupam posições geracionais específicas, mas com pretensões de validade para todos os membros do grupo. "Assim, os grupos de parentela aparecem como protagonistas de uma identidade que não é a de todos, mas que é pensada e divulgada como se fosse" (COLOGNESE E ROSSI, 2007, p.48). Por isso os grupos de parentela experimentam conflitos nesta fronteira geracional, que se expressam pela resistência dos membros da quarta coletividade geracional e as críticas e ações a partir da terceira coletividade geracional. Por isso a apreensão deste fenômeno exige situar a análise a partir desta fronteira geracional.

Portanto, as fronteiras constituem a unidade de análise básica para o entendimento dos fenômenos geracionais no interior de grupos étnicos. É claro que cada grupo étnico estabelece fronteiras com outros agrupamentos étnicos, cuja análise é decisiva para o entendimento da sua identidade. Em nosso caso, focalizamos as relações geracionais que se estabelecem no interior dos grupos étnicos e que são constitutivas de fronteiras geracionais igualmente decisivas para o seu entendimento.

NOTAS

¹ Doutor em Sociologia pela UFRGS, Coordenador do Mestrado em Ciências Sociais e Professor Associado da Unioeste/Campus de Toledo. E-mail:

silviocolognese@ibest.com.br

REFERÊNCIAS

ALVIN, Z.M.F. O Brasil Italiano. In: FAUSTO, B. (org). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. e STRIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

BRETON, R. (sd). **As etnias**. Porto, Rés-Editora, sd.

BRITTO DA MOTTA, A. Gênero, idades e gerações (Introdução). In: **Cadernos CRH**, Salvador, v.7, n.42, p.349-355, set/dez.2004.

BRITTO DA MOTTA, A. e WELLER, W. Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. In: **Revista Sociedade e Estado**, volume 25, numero 2, Brasília, maio/agosto 2010.

COELHO, K.N.de B. **Intervenções urbanas de fronteira**: o caso de Uruguaiana (RS) e Paso de los Libres (AR). Porto Alegre, 2011.

COLOGNESE, S.A. **Associações étnicas de italianos**: identidade e globalização. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

COLOGNESE, S.A. A dinâmica das identidades. In: **Revista Tempo da Ciência**. Unioeste/Toledo, volume 6, número 12, 1999. (ISSN 1414-3089).

COLOGNESE, S.A. e ROSSI, D. **Os encontros de parentelas italianas**. Cascavel: Coluna do Saber, 2007.

COLOGNESE, S.A. e ROSSI, D. **Cidadania Italiana**: motivações e expectativas. Porto Alegre: Escritos Editora, 2009.

CORADINI, O.L. Os significados da noção de 'italianos'. In: MAESTRI, M. (coord). **Nós, os ítalo-gaúchos**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

DOMINGUES, J.M. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. In: **Tempo Social: Rev.Sociol.USP**, São Paulo, 14(1), p.67-89, maio de 2002.

DOMINGUEZ, M.I. Generaciones y mentalidades: existe una conciencia generacional entre los jovenes cubanos? In: MONEREO, M; RIERA, M; VALDÉS, J.(comp). **Cuba**: construyendo futuro. El Viejo Topo, España, 2000.

FAULHABER, P. A fronteira na antropologia social: as diferentes faces de um problema. In: **BIB**, São Paulo, n.51, 1 semestre de 2001, p.105-126.

FEIXA, C. e LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. In: **Revista Sociedade e Estado**. Volume 25, número 2, Brasília, maio/agosto, 2010.

GRIMSON, A. **Fronteras, naciones y región**. Fórum Social das Américas, Quito, Equador, 25 a 30 de julho de 2004.

GRIMSON, A. Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur. In: GRIMSON, A. (comp.). **Fronteras, naciones e identidades**. Buenos Aires: CICCUS, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

IANNI, O. Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais. In: **Cadernos de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia**, Porto Alegre: UFRGS, Número Especial, 1995.

MANNHEIM, K. El problema de las generaciones. Trad. Ignacio Sánchez de La Yncera, **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, n.62, p.193-242.

REIS, E. dos. Juventude, intelectualidade e política: a ativação do 'legado' de André Forster e a consagração de uma geração. In: **Sociologias**. Porto Alegre: ano 5, número 10, jul/dez 2003, p.380-411.

SILVEIRA, F.L.A. da. As complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. In: **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luis, v.2, n.3, jan/jun.2005.

Artigo recebido para publicação em 01 de julho de 2011.

1. A Revista Tempo da Ciência publica textos inéditos, bem como comentários, traduções de textos clássicos, acompanhadas ou não de apresentações e comentários, e resenhas Que tenham ligação direta com a sua temática.
2. Os originais poderão ser enviados em português, espanhol, inglês e francês.
3. Os textos devem ser enviados em disquete de 3 1/2" em padrão compatível com WORD FOR WINDOWS, em texto corrido, teclando "enter" apenas uma vez para a mudança de parágrafo, e sem a utilização de tabulação ou hifenização.
4. Também devem ser enviadas 2 cópias impressas em espaço duplo (inclusive as notas e a referência bibliográfica).
5. Na capa de cada trabalho enviado devem constar:
 - a) o título do trabalho;
 - b) o nome do autor;
 - c) a identificação do autor (que poderá ser usada para publicação, máximo 7 linhas, contando Instituição, área de trabalho, publicações relevantes);
 - d) o endereço do autor;
 - e) um resumo temático do trabalho, de aproximadamente 15 linhas;
 - f) seguido de pelo menos cinco palavras-chave, ambas as especificações na língua original em que o texto foi escrito e em inglês.

6. Os colaboradores devem seguir, na apresentação de seus trabalhos, a prática editorial da Revista, no que se refere aos padrões de citações, notas de pé de página e referências bibliográficas, referências a artigos, livros, revistas, etc.
7. Os trabalhos devem ser enviados à Comissão Editorial no endereço da Revista.
8. A Comissão Editorial não se compromete a devolver os originais enviados.
9. Todos os trabalhos serão submetidos (anonimamente) à arbitragem de dois *referees*. Os artigos não aceitos receberão um parecer científico com a justificativa da recusa. A Comissão Editorial se reserva o direito de enviar um parecer pedindo ao autor que modifique ou reelabore seu trabalho, total ou parcialmente, sem que isto configure o compromisso com a aceitação final do trabalho para a publicação.
10. Os autores que tiverem seus trabalhos aceitos receberão, gratuitamente, 5 exemplares da Revista em que seu artigo foi publicado.
11. Com a publicação dos originais, o autor cede automaticamente à Revista os direitos autorais de seu texto.

- 1 Os artigos deverão seguir a seguinte estrutura: Título, Resumo (máximo 15 linhas), *Abstract* (máximo 15 linhas), Palavras-chave (máximo 1 linha), *Key Words* (máximo 1 linha), Corpo do texto e Referência Bibliográfica.
- 2 Os textos hoje apresentem ilustrações, gráficos, tabelas, etc. devem estar acompanhados de suas respectivas legendas e ser citada a fonte.
- 3 Padrões utilizados ao longo do texto.
 - 3.1 Letra para o texto: fonte Times New Roman, tamanho 12; para citações de rodapé: fonte Times New Roman, 10. Títulos e subtítulos em negrito.
 - 3.2 Não use sublinhado. Para destacar use apenas itálico.
 - 3.3 As palavras em outra língua devem estar em itálico.
 - 3.4 Referências bibliográficas:

- EXEMPLO 1

“Como sintoma e semiótica, toda moral, todo juízo de valor remete a condições de conservação, crescimento ou declínio fisiológico, por conseguinte a um domínio extramoral” (GIACOIA JÚNIOR, 1997, p. 147).

- EXEMPLO 2

... como escreveu Oswaldo Giacoia Júnior (1997, p. 84) “tanto em Freud quanto em Nietzsche, a reconstituição ‘histórica’ da gênese cultural do Ocidente realiza-se a partir de noções como culpa, remorso, ressentimento, esquecimento, memória, repetição”.

- EXEMPLO 3

Encontramos em Giacoia (1997) uma exposição detalhada

3.5 As citações maiores de 5 linhas devem estar separadas do corpo, em espaço simples.

3.6 O nome dos artigos, livros, ensaios, teses, dissertações ou capítulos de livros, citados no corpo do texto, devem estar entre aspas e sem itálico.

- EXEMPLO

No texto de C. A. Batisti “O método de análise em Descartes” encontramos

4 Padrões utilizados para referências ao final do texto

4.1 Livros

AMES, J.L. 2002: *Maquiavel. A lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste.
ROHDEN, V. (org.) 1997: *Kant e a instituição da paz*. Porto Alegre: Editora da Universidade.

4.2 Capítulos de livros

MARTINEZ, H.L. 1999: “Função e conteúdo na filosofia do primeiro Wittgenstein”. In PEREZ, D.O. 1999 *Ensaio de filosofia moderna e contemporânea*. Cascavel: Edunioeste.

4.3 Artigos de revista

PORTELA, L.C.Y. 1994: “Conhecimento e interesse. O problema da emancipação” *Revista Tempo da Ciência*, n.2 v. 1, pp. 73-83.

CCHS - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

NDP - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO,
INFORMAÇÃO E PESQUISA

NIMUENDAJÚ - GRUPO DE ESTUDOS
EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS SOCIAIS.
LINHAS DE PESQUISA: CULTURA,
FRONTEIRAS E IDENTIDADES;
DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU EM FILOSOFIA.
LINHAS DE PESQUISA: ÉTICA E FILOSOFIA
POLÍTICA; METAFÍSICA E CONHECIMENTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATU*
SENSU EM PLANEJAMENTO, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATU*
SENSU EM PLANEJAMENTO MUNICIPAL
E POLÍTICAS PÚBLICAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATU SENSU EM FILOSOFIA
POLÍTICA E DO DIREITO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATU SENSU EM GESTÃO E
AÇÕES CULTURAIS

